

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS
SAN TIAGO DANTAS

WILSON PEDRO TÉ

RELAÇÕES EXTERIORES DA GUINÉ-BISSAU: UM ESTUDO DAS RELAÇÕES
BILATERAIS GUINÉ-BISSAU/BRASIL (1974-2014)

SÃO PAULO

2015

WILSON PEDRO TÉ

RELAÇÕES EXTERIORES DA GUINÉ-BISSAU: UM ESTUDO DAS RELAÇÕES
BILATERAIS GUINÉ-BISSAU/BRASIL (1974-2014)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (PUC-SP, UNESP e Unicamp) para obtenção do título de mestre em Relações Internacionais. Área de concentração: Paz, Defesa e Segurança Internacional.

Orientador: Prof^a. Dr^a. Suzeley Kalil Mathias

SÃO PAULO

2015

T253 Té, Wilson Pedro.
Relações exteriores da Guiné-Bissau : um estudo das relações bilaterais Guiné-Bissau/Brasil (1974-2014) / Wilson Pedro Té. – São Paulo, 2015.
142 f. : il.; 30 cm.

Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais)– UNESP/UNICAMP/PUC-SP, Programa San Tiago Dantas de Pós-graduação em Relações Internacionais, 2015.

Orientador: Suzeley Kalil Mathias.

1. Brasil – Relações exteriores – Guiné-Bissau. 2. Guiné-Bissau – Relações exteriores – Brasil. 3. Brasil – Relações exteriores – Séc. XX. 4. Brasil – Relações exteriores – Séc. XXI. 5. Guiné-Bissau – Relações exteriores – Séc. XX. 6. Guiné-Bissau – Relações exteriores – Séc. XXI. I. Autor. II. Título.

CDD 327.8106657

WILSON PEDRO TÉ

RELAÇÕES EXTERIORES DA GUINÉ-BISSAU: UM ESTUDO DAS RELAÇÕES
BILATERAIS GUINÉ-BISSAU/BRASIL (1974-2014)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (PUC-SP, UNESP e Unicamp) para obtenção do título de mestre em Relações Internacionais. Área de concentração: Paz, Defesa e Segurança Internacional.

Orientador: Prof^a. Dr^a. Suzeley Kalil Mathias.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Suzeley Kalil Mathias (Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”)

Prof. Dr. Samuel Alves Soares (Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”)

Prof. Dr. Paulo César Souza Manduca (Universidade Estadual de Campinas)

SÃO PAULO

2015

AGRADECIMENTOS

Difícilmente uma dissertação não é um trabalho coletivo, uma vez que o autor acumula dívidas de diferentes tipos com a família, amigos, colegas e especialistas. Ao longo de todo o de confecção da dissertação, foram muitas pessoas que, de alguma forma contribuíram para que a pesquisa avançasse, amadurecesse e fosse concluída. Os agradecimentos que aqui são feitas buscam render tributo a estas pessoas.

Ao governo brasileiro através do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico (CNPq), que me apoiou financeiramente, me deu essa grande oportunidade para fazer o mestrado, realizando o meu sonho.

A minha querida mãe, Abimbol Ié, e a todos os meus irmãos, pelo estímulo e pela esperança depositada em mim.

A minha orientadora, Professor Dra. Suzeley Kalil Mathias, pela sua orientação, exercida com dedicação, generosidade, sinceridade e paciência e sem, contudo tentar fazer predominar a sua visão sobre o tema em detrimento da minha.

Ao Professor Dr. Acácio Santos Almeida pela atenção e cuidado durante estágio docência na PUC/SP e, sugestões na Banca de Qualificação.

Ao Professor Dr. Samuel Alves Soares por toda a sua contribuição intelectual, comentários e sugestões na Banca de qualificação. Pelo incentivo e disponibilidade em ajudar.

Ao Professor Dr. Paulo César Souza Manduca pela participação em minha banca de defesa.

À todo corpo docente do Programa San Tiago Dantas, aos colegas, e também à todos aqueles que de uma forma direta ou indiretamente, contribuíram para que fosse possível a realização deste trabalho. Agradeço à Giovana Vieira, Isabela Silvestre e Graziela de Oliveira.

Aos professores Samuel Alves Soares e Héctor Luis Saint-Pierre que, apesar de não serem meus orientadores, acompanharam comigo, me encorajou, me ajudou incansavelmente.

Ao Professor Pio Penna Filho que me ajudou sem me conhecer pessoalmente durante o período da candidatura e até a minha chegada no Brasil.

À minha querida esposa Leopoldina Da Veiga Doliz Sá Té, que de longe mas esteve comigo durante todo tempo do meu mestrado.

A todos meus amigos, amigas, familiares e conhecidos.

RESUMO

Esta dissertação trata das relações entre a Guiné-Bissau e o Brasil, estabelecidas a partir de 1974, ano no qual a Guiné-Bissau já havia conquistado sua independência. Tomando como base a política externa, serão analisadas as relações político-diplomáticas e cooperação técnica educacional, cultural e militar entre a Guiné-Bissau e o Brasil. Neste estudo, pretendemos mostrar que as relações entre os dois países tiveram um início marcado por amplas expectativas de ambos os lados, mas frustradas na primeira metade da década de 1990. A crise da dívida externa na América Latina, onde se localiza o Brasil, e a grave crise econômica que afetou a frágil economia da Guiné-Bissau, contribuíram para essa retração nas relações entre os dois lados do Atlântico. Buscar-se-á discutir como a cooperação técnica transformou-se em um dos principais pilares dessas relações, se não o mais importante. Por fim, serão analisados os impactos da criação da comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) sobre a política externa da Guiné-Bissau, em 1996, considerada, o elo de ligação nas relações da Guiné-Bissau com o Brasil.

Palavras-chaves: Brasil – Relações exteriores – Guiné-Bissau. Guiné-Bissau – Relações exteriores – Brasil. Brasil – Relações exteriores – Séc. XX. Brasil – Relações exteriores – Séc. XXI. Guiné-Bissau – Relações exteriores – Séc. XX. Guiné-Bissau – Relações exteriores – Séc. XXI.

ABSTRACT

This dissertation covers relationships between Guinea-Bissau and Brazil, stated since 1974, when Guinea-Bissau conquered its independence from Portugal. Based on foreign policy, the political and diplomatic relationships will be analyzed technical cooperation: educational, cultural and military between Guinea-Bissau and Brazil. In the present study, we aim to demonstrate that relationships between the two countries had begun by wide expectations of either sides, but were frustrated in the first half of the 1990s. The debt crisis in Latin America, where Brazil is located, and the serious economic crisis that affected the feeble economy of Guinea-Bissau, have contributed to the downturn of the relationships between the two sides of the Atlantic. This research will be discussing how the technical cooperation has become one of the main pillars of these relationships, if not the most important. Lastly, the impacts of creation of the Community of Portuguese-Speaking Countries will be analyzed on the foreign policy of Guinea-Bissau in 1996, considered the bond in Guinea-Bissau's relationships with Brazil.

Key words: Brazil - Foreign relations - Guinea-Bissau. Guinea-Bissau - Foreign relations - Brazil. Brazil - Foreign relations - XX century.. Brazil - Foreign relations - XXI Century.. Guinea-Bissau - Foreign relations - XX century.. Guinea-Bissau - Foreign relations - XXI Century..

RÉSUMÉ

Cette dissertation aborde les relations entre la Guinée Bissau et le Brésil établies à partir de 1974, année où la Guinée Bissau avait déjà conquis leur indépendance. En prenant comme base la politique extérieure, seront analysés les relations politico-diplomatiques, la coopération technique: éducationnel culturelle et militaire entre la Guinée Bissau et le Brésil. Dans cet étude, nous voulons montrer que les relations entre les deux pays ont eu un début marqué par de grands espoirs des deux côtés, cependant frustrées dès la première moitié des années 90. La crise de la dette extérieure en Amérique Latine, où se situe le Brésil et la grave crise économique qui a touché la fragile économie de la Guinée Bissau ont contribué à cette rétraction dans les relations entre les deux côtés de l'Atlantique. La coopération technique s'est transformée, donc, en un des principaux piliers de ces relations, sinon le plus important. Finalement, seront analysés les impacts de la création de la Communauté des Pays de Langue Portugaise (CPLP), en 1996, considéré, comme le point de liaison dans les relations de la Guinée Bissau avec le Brésil.

Mots-clés: Brésil - Relations extérieures - Guinée-Bissau. Guinée-Bissau - Relations extérieures - Brésil. Brésil - Relations extérieures - XX siècle .. Brésil - relations extérieures - XXI siècle .. Guinée-Bissau - relations extérieures - XX siècle .. Guinée-Bissau - extérieures - XXI siècle.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | |
|---|-----|
| Mapa 1 - Localização geografica da Guiné-Bissau ----- | 19 |
| Quadro 1 - Relação bilaterais do Brasil com os países africanos ----- | 79 |
| Quadro 2 - Embaixadas brasileiras no continente africano ----- | 103 |
| Mapa 2 - Localização geografica de Casamansa ----- | 88 |
| Quadro 3 - Alunos da UNILAB ----- | 115 |
| Quadro 4 - Alunos presenciais de curso de graduação da UNILAB ----- | 115 |
| Quadro 5 – estudantes guineenses que ingressaram universidades brasileiras (1970 a 80)----- | 117 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|---------|--|
| ABC | Agência Brasileira de Cooperação |
| APEX | Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos |
| ALCA | Área do Livre Comércio das Américas |
| ANP | Assembleia Nacional Popular |
| BM | Banco Mundial |
| BAD | Banco Africano de Desenvolvimento |
| BRICS | Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul |
| CEB | Centro de Estudos Brasileiros em Bissau |
| CPPAA | Conselho da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura |
| CLSTP | Comitê de Libertação de São Tomé e Príncipe |
| CEDEAO | Comunidade Econômica dos Países da África Ocidental |
| CENFA | Centro de Formação Administrativa em Bissau |
| CPLP | Comunidade dos Países da Língua Portuguesa |
| CSNU | Conselho de Segurança da Nações Unidas |
| CAPES | Coordenação de aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior |
| CSS | Cooperação Sul-Sul |
| CTI | Cooperação Técnica Internacional |
| CTPD | Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento |
| CGPD | Coordenação Geral de Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento |
| DAO | Departamento da Ásia e Oceania do Ministério das Relações Exteriores do Brasil |
| DEAF | Departamento da África do Ministério das Relações Exteriores do Brasil |
| DOMA | Departamento de Oriente Médio do Ministério das Relações Exteriores do Brasil |
| DMR | Departamento de Mecanismos Regionais do Ministério das Relações Exteriores do Brasil |
| EMBRAPA | Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária |
| EUA | Estados Unidos de América |
| FARP | Forças Armadas Revolucionárias do Povo da Guiné-Bissau |
| FMI | Fundo Monetário Internacional |
| FRELIMO | Frente de Libertação de Moçambique |

| | |
|---------|--|
| FLING | Frente da Luta para Independência da Guiné |
| FUNAG | Fundação Alexanxre Gusmão |
| FIOCRUZ | Fundação Oswaldo Cruz |
| ECOMOG | Grupo de Monitorização de Cessar-Fogo da CEDEAO |
| IBAS | Diálogo Índia, Brasil e África do Sul |
| MEC | Ministério da Educação e Cultura do Brasil |
| MRE | Ministério das Relações Exteriores do Brasil |
| MDIC | Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio |
| MING | Movimento para a Independência Nacional da Guiné |
| MISSANG | Missão Militar de Angola em Guiné-Bissau |
| MFDC | Movimento das Forças Democráticas de Casamansa |
| MLG | Movimento de Libertação da Guiné |
| MPLA | Movimento Popular pela Libertação de Angola |
| ONU | Organizações das Nações Unidas |
| OUA | Organização da Unidade Africana |
| OPEP | Organização dos Países Exportadores de Petróleo |
| PABA | Plano de Ação de Buenos Aires |
| PALOP | Países Africanos de Língua Oficial Porutuquês |
| PAIGC | Partido Africano para Independência de Guiné e Cabo Verde |
| PAICV | Partido Africano para Independência de Cabo Verde |
| PEC-TEC | Programa de Estudantes Convênio de Cursos Técnicos |
| PEC-G | Programa Estudante Convênio de Graduação |
| PEC-PG | Programa Estudante Convênio de Pós-Graduação |
| PNUD | Programa de Nações Unidas para o Desenvolvimento |
| PEI | Política Externa Independente do Brasil |
| RDC | República Democrática do Congo |
| TPA | Territórios Português na África |
| TSE | Tribunal Superior Eleitoral |
| SADC | Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) |
| SENAI | Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial |
| UA | União Africana |

| | |
|---------|---|
| UEMOA | União Econômica e Monetária Oeste Africana |
| UNGP | União dos Naturais da Guiné Portuguesa |
| UNILAB | Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira |
| UNTG | União Nacional dos Trabalhadores da Guiné |
| URSS | União Revolucionária Socialista Soviético |
| ZOPACAS | Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul |

SUMÁRIO

| | | |
|------------|---|------------|
| 1 | INTRODUÇÃO | 14 |
| 2 | CONTEXTO E O PROCESSO DE FORMAÇÃO DA NAÇÃO-ESTADO GUINÉ-BISSAU..... | 18 |
| 2.1 | Contexto histórico/gerográfico da Guiné-Bissau | 18 |
| 2.2 | A Colonização Portuguesa na África | 20 |
| 2.3 | Os Movimentos de Resistência à Colonização | 24 |
| 2.4 | Os Movimentos Nacionalistas e a Luta pela independência | 27 |
| 2.5 | A descolonização da Guiné-Bissau e Cabo Verde | 30 |
| 3 | POSIÇÃO BRASILEIRA NO PROCESSO DE DESCOLNIZAÇÃO DOS TPA | 38 |
| 3.1 | O Brasil e os TPA no Governo Kubitschek | 39 |
| 3.2 | A Política Externa Independente e os TPA | 41 |
| 3.3 | Os Governos Militares e os TPA | 45 |
| 3.4 | O Pragmatismo Responsável e os TPA | 47 |
| 3.5 | O reconhecimento da independência da Guiné-Bissau | 48 |
| 4 | RELAÇÕES POLÍTICO-DIPLOMÁTICAS GUINÉ-BISSAU/BRASIL (1974 A 2002)..... | 50 |
| 4.1 | Relações Político-Diplomaticas no periodo monopartidário (1974 a 1989)..... | 53 |
| 4.2 | Abertura democrática e o afastamento brasileiro (1990 a 1995) | 57 |
| 4.3 | CPLP, elo de reaproximação entre Guiné-Bissau e o Brasil (1996 a 2014) | 70 |
| 5 | A GUINÉ-BISSAU E BRASIL NA ÉPOCA DO LULA E DILMA | 78 |
| 5.1 | África mais perto do Brasil | 78 |
| 5.2 | Lula em Africa | 80 |
| 5.3 | Conflito guineense e a posição brasileira | 86 |
| 5.4 | Guiné-Bissau e Brasil no época de Dilma Rouseff | 97 |
| 6 | COOPERAÇÃO TÉCNICA GUINÉ-BISSAU/BRASIL (1974 A 2014) | 100 |
| 6.1 | Cooperação Cultural..... | 110 |
| 6.2 | Cooperação Educacional..... | 111 |
| 6.3 | Cooperação Militar..... | 119 |
| 7 | CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 131 |
| | REFERÊNCIAS..... | 134 |

1 INTRODUÇÃO

A história do Brasil não pode ser desvinculada do continente africano. As características da população brasileira não deixam margem a qualquer dúvida sobre a importância dos povos africanos para o desenvolvimento nacional, em todos os níveis, seja no plano econômico ou no cultural. Por isso mesmo, ao longo dos anos, o Brasil sempre manteve olhares voltados para o Leste, do outro lado do Atlântico. Obviamente, nem sempre a região mereceu atenção prioritária, nem se colocou como campo de interesse permanente da diplomacia brasileira (MIYAMOTO, 2013).

A segunda metade da década de 1950, no continente africano foi marcada por lutas decisivas no processo descolonização. A Conferência de Bandung, em 1955¹, seria um marco que conferiria aos povos coloniais, especialmente às colônias na África e na Ásia, um novo alento. Nessa conferência, os responsáveis pelos destinos de 1 bilhão e 350 milhões de seres humanos tiveram como objetivo promover uma cooperação econômica e cultural de perfil afro-asiático, buscando fazer frente ao que na época se percebia como atitude neocolonialista das duas grandes potências, Estados Unidos e União Soviética, bem como de outras nações influentes que também exerciam o que consideravam imperialismo, ou seja, promoção indiscriminada de seus próprios valores em detrimento dos valores cultivados pelos povos em desenvolvimento. Outra importante ideia saída desta conferência é a concepção de Terceiro Mundo, além dos princípios básicos dos países não-alinhados, o que se traduz em uma postura diplomática geopolítica de equidistância das duas super-potências. Assim, a “inspiração” para a implementação do movimento dos não-alinhados surge nesta conferência, sendo que sua fundação se dará na Conferência de Belgrado de 1961.

A década de 1960 foi o início do processo de descolonização que estava em curso no continente africano, esse cenário foi propício para o renascimento do interesse brasileiro pelo continente africano no mundo contemporâneo. O continente africano foi se incluindo lentamente

¹ Conferência de Bandung é o nome com o qual ficou conhecido historicamente o encontro ocorrido na cidade de indonésia entre 18 e 24 de abril de 1955 e que reuniu os líderes de 29 estados asiáticos e africanos (Afeganistão, Arábia Saudita, Birmânia, Camboja, Ceilão, China, Costa, do Ouro (atual Gana), Egito, Etiópia, Filipinas, Índia, Indonésia, Iraque, Irã, Japão, Jordânia, Laos, Líbano, Libéria, Líbia, Nepal, Paquistão, Síria, Sudão, Tailândia, Turquia, Vietnã (República Democrática – Norte), Vietnã (República do – Sul) e Yemen (KOCHER, Bernardo. De Bandung a Bagdá: Cinquenta anos de história e economia política do Terceiro Mundo. Disponível em: <http://www.hri.uff.br/textos/terceiro%20mundo/bernardo2.pdf>, acesso em 22 de jan de 2014.

como uma área de ação para interesses da inserção internacional do Brasil e da sua afirmação no contexto do pós-guerra.

A África ganhou ênfase na agenda da política externa brasileira no início da década de 1960, com a ascensão de Jânio Quadros ao poder. Nesse período, as pretensões do Brasil para com o continente africano tornaram-se mais evidentes. A partir de 1961, diante da formulação pessoal de Jânio Quadros em sua mensagem ao Congresso Nacional de 15 de Março, inauguravam-se as relações do Brasil independente com o continente africano. Definindo a nova política exterior do Brasil como um instrumento contra o colonialismo e, sublinhando o apoio brasileiro ao princípio da autodeterminação dos povos da África, o presidente brasileiro avocou para si a responsabilidade maior da sua própria formulação. Ele sustentou que o Brasil tinha aspirações comuns com a África, como o “desenvolvimento econômico, a defesa dos preços das matérias-primas, a industrialização e o desejo de paz” (BITELLI, 1989, p. 180). Além disso, deixou claro que essa nova dimensão era o resultado das necessidades do crescimento interno do Brasil.

Em relação às colônias portuguesas² na África, a posição brasileira foi marcada pela ambigüidade, conseqüência do compromisso que o Brasil mantinha com Portugal baseado no Tratado de Amizade e Consulta, assinado entre as duas Nações em 1953. Na ONU, o Brasil votava a favor das resoluções que condenavam o colonialismo e, ao mesmo tempo, votava contra as resoluções que obrigavam Portugal a prestar relatórios sobre as suas colônias, posicionando-se, assim, a favor da tese portuguesa de que Angola, Cabo-Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe eram partes do território português. Desse modo, o Brasil aceitava o colonialismo português, distinguindo-o dos demais. Entre outras razões foram as pressões dos países árabes e africanos, produtores de petróleo, dos quais o Brasil dependia para suprir o seu consumo interno, que levaram este país a mudar a postura em relação às colônias portuguesas na África. O reconhecimento da independência da Guiné-Bissau pelo Brasil, em 16 de Julho de 1974³, mesmo antes das conclusões das negociações entre Portugal e os líderes do movimento de libertação, marcam o rompimento unilateral com o Tratado de 1953. No ano seguinte 1975, o

² As colônias portuguesas da África são: Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe. Estas colônias eram conhecidas como “Províncias Ultramarinas”.

³ A independência da Guiné-Bissau foi declarada unilateralmente pelo Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), em 24 de setembro de 1973, foi reconhecida por Portugal em 10 de setembro de 1974.

Brasil reconheceu a independência das outras ex-colônias portuguesas, iniciou-se assim, a fase em suas relações.

No entanto o Estado é o ator central na formulação e na execução da política externa, o foco deste trabalho direciona-se para a política externa da Guiné-Bissau e do Brasil nas suas relações bilaterais. Sem deixar de reconhecer que o estudo das relações internacionais comporta uma gama sugestiva de perspectivas, considera-se que uma das mais úteis é a da política externa de um Estado que parte do reconhecimento da especificidade histórica da conduta do Estado como ator, senão exclusivo, pelo menos preponderante na dinâmica da vida internacional.

Assim, pode-se definir a política externa como o conjunto de atividades políticas mediante as quais cada Estado promove seus interesses frente a outros Estados (RIBEIRO 2007, p. 5). Neste sentido, a política externa está vinculada ao Estado-Nação e não apenas a governos, tendo por referência os objetivos e as estratégias que, por meio do governo, determinado país busca realizar seus interesses frente ao sistema internacional, respondendo às demandas tanto de ordem doméstica quanto internacional.

Um dos motivos que justificam a realização deste estudo sobre as relações entre Guiné-Bissau e Brasil é a herança colonial compartilhada e a identidade de inúmeras manifestações culturais, entre as quais o idioma, elemento cultural importante de aproximação entre Guiné-Bissau e Brasil. Os outros dois objetivos são, entender como se desenvolveram as relações político-diplomáticas, a cooperação técnica e a cooperação militar entre a Guiné-Bissau e o Brasil.

O objetivo principal dessa dissertação é analisar as relações político-diplomática, a cooperação técnica e a cooperação militar entre a Guiné-Bissau e o Brasil a partir de 1974 até 2014, ano da conclusão das pesquisas. Do ponto de vista das Relações Internacionais, este estudo sobre as relações da Guiné-Bissau com o Brasil se faz relevante, uma vez que a Guiné-Bissau, país africano lusófono, que está vivendo momentos difíceis na sua transição política e que conta sempre com o apoio brasileiro, é membro da Comunidade dos Países da Língua Portuguesa (CPLP), organização que o Brasil também faz parte. Espera-se que esta pesquisa também seja útil para aqueles que se dedicam ao trabalho prático no âmbito das relações internacionais em geral, das relações Brasil-África, em particular, uma vez que além de fazer uma análise das relações da Guiné-Bissau com o Brasil, traz breves reflexões sobre as relações do Brasil com o continente africano.

As pesquisas foram realizadas na biblioteca do programa intersinstitucional “San Tiago Dantas”, utilizando como fonte documental, os Relatórios do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, telegramas e ofícios no Arquivo Histórico do Itamaraty, Relatórios da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), Pesquisa no Centro de Estudos Africanos da Universidade de São Paulo, análise de jornais, revistas - brasileiras, guineense e portuguesa, bem como por meio de participação em congressos, palestras e cursos.

O presente trabalho encontra-se organizado em cinco capítulos. No capítulo inicial, contextualiza-se o processo de constituição da nação-Estado Guiné-Bissau enfatizando os aspectos conflitivos (a formação dos movimentos de libertação nacional) nesse processo.

No segundo capítulo, estuda-se a posição do Brasil no processo de descolonização dos Territórios Portugueses na África (TPA). Neste capítulo pretende-se abordar a posição brasileira através dos diferentes governos no período da descolonização da África portuguesa.

O terceiro capítulo, dedica-se às relações político-diplomáticas entre a Guiné-Bissau/Brasil (1974 a 2002), destacando o período monopartidário (1974 – 1989), afastamento brasileiro no início do processo democrático guineense (1990 – 1995) e, por último, reaproximação do Brasil da Guiné-Bissau através da institucionalização da Comunidade dos Países da Língua Oficial Portuguesa (CPLP), em 1996. Nesse período, vários acordos bilaterais foram assinados, visando a cooperação mútua para o desenvolvimento de cada país. O capítulo quatro abordará as relações do Brasil com África, especificamente a Guiné-Bissau no mandato do presidente Lula da Silva, destacando suas viagens à África e, terminando com o período atual da presidente Dilma Rousseff.

O último capítulo, estuda a cooperação técnica entre a Guiné-Bissau e o Brasil, partindo do período inicial das relações até a data presente. Destaca-se neste capítulo as áreas educacional e defesa: a primeira é entendida como área chave para o desenvolvimento de qualquer país, a segunda refere-se à defesa e segurança, área indispensável para paz e estabilidade de um país. Neste caso, a Guiné-Bissau precisa da ajuda do Brasil para consolidar a sua força armada e manter a defesa e segurança no seu território.

2 CONTEXTO E PROCESSO DE FORMAÇÃO DA NAÇÃO-EESTADO GUINÉ-BISSAU.

Neste capítulo, estuda-se o contexto histórico e geográfico da Guiné-Bissau e os diferentes momentos de percurso da sua formação como Estado-nação, enfatizando a formação dos movimentos de libertação nacional que conseguiram libertar o país do opressor português após 11 anos de guerra.

2.1 Contexto histórico e geográfico da Guiné-Bissau

Um dos 54 países⁴ do Continente africano, a Guiné-Bissau localiza-se na Costa Ocidental⁵ da África. Estende-se no litoral desde Cabo Roxo até a Ponta Cagete, fazendo fronteira ao norte com a República do Senegal, a Leste e Sudeste com a República da Guiné Conacri e ao sul e oeste é banhado pelo Oceano Atlântico (LOPES, 1982, p.17). Oficialmente, a região foi descoberta no século XV, pelo navegador português Nuno Tristão (PÉLISSIER, 1989, p. 40). É o que mostra o Mapa 1 abaixo:

Mapa 1. Guiné-Bissau

⁴ Na África Subsaariana, o processo de independência teve início em 1957 com a República do Gana, em 6 de março. Com a divisão do Sudão em dois, o Sul Sudão tornou o último país independente em África, em 9 de julho de 2011.

⁵ Os países de África Ocidental são: Benin, Burkina Faso, Cabo Verde, Costa do Marfim, Gâmbia, Gana, Guiné-Bissau, Guiné Conacri, Libéria, Mali, Mauritânia, Níger, Nigéria, Serra Leoa, Senegal e Togo



Mapa da Guiné-Bissau. Disponível em <<http://pt.mapsofworld.com/guinea-bissau/>>. Acesso em 07 fev. 2015.

A Guiné-Bissau tem uma superfície de 36.125 km², com uma população de aproximadamente 1,6 milhão de habitantes⁶, com uma diversidade de 20 grupos étnicos. Os grupos étnicos mais numerosos são: os Balantas (30% da população), os fulas (20%), os Mandjacos (14%), os Mandigas (13%), seguidos dos Papéis (7%). Além do território continental, o país integra ainda cerca de 90 ilhas que constituem os Arquipélagos dos Bijagós, dos quais 17 ilhas são habitadas, separadas do continente pelos canais do rio Geba, Pedro Àlvares, Bolama e Canhabaque.

A conquista da África pelas potências europeias iniciou-se no século XV, quando os portugueses, procurando encontrar o caminho marítimo para as Índias, intensificaram as navegações e contornaram o continente africano (ANDRADE, 1973).

O domínio português na Guiné-Bissau efetivou-se a partir do século XVI, quando colonos estabeleceram uma vila às margens do rio Cacheu⁷. A região passou a ser um importante centro de comércio de escravos. Já em 1687, os portugueses criaram um posto comercial em Bissau⁸,

⁶ Disponível em <<http://www.worldbank.org/pt/country/guineabissau/overview>>. Acesso em 7 de dez. 2013

⁷ Cacheu fica situado no norte da Guiné-Bissau, tem fronteira com a República do Senegal. Portugueses chegaram neste lugar no ano de 1446 através de um barco de cerca de 40 toneladas, que tinha 24 homens, comandados por Nuno Tristão.

⁸ Atual capital da Guiné-Bissau (desde 1942)

cujos interesses foram disputados pelos franceses e britânicos; estes últimos tiveram por um curto período de tempo, um assentamento em Bolama⁹. Em 1879, a região passou a ser uma colônia portuguesa, com disputas fronteiriças com o Senegal, então dominado pela França, que só terminariam após a conferência de Berlim, em 1884/85¹⁰. Os portugueses passam a exercer efetivamente o poder sobre a Guiné-Bissau somente a partir de 1915.

Segundo SILVA (1997), em 1952, a Guiné-Bissau deixa de ser uma colônia e converte-se em “província de ultramar”. Isso aconteceu através da revisão constitucional de 1951, cujo objetivo foi promover a unidade nacional nas colônias e diminuir a onda de revoltas nacionalistas. Em 1956, surge o movimento nacionalista, liderado pelo Partido Africano para Independência de Guiné e Cabo Verde (PAIGC), fundado por homens com espírito de patriotismo e tendo como um dos seus mentores, Amílcar Cabral¹¹. O partido contou com o apoio, desde 1960, da vizinha República da Guiné Conacri¹², e dos demais antigos países comunistas, dentre eles Rússia, Cuba e Tchecoslováquia.

Assim, conforme PERREIRA (2002), três séculos após a exploração mercantil ao longo do litoral da antiga Guiné-Portuguesa, os combatentes do Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo Verde, ofereceram fortes resistências ao colonialismo português, com várias

⁹ Antiga capital da Guiné-Bissau (até 1941)

¹⁰ Conferência de Berlim foi realizada na Capital de Alemanha com o objetivo de dividir África entre as potências européias e questão da exploração da Bacia do rio Congo.

¹¹ Amílcar Cabral nasceu em Bafatá (Guiné-Bissau) em 12 de setembro de 1924, filho de Juvenal Cabral e Iva Pinhel Évora. Em 1933 frequentou a escola primária na Cidade da Praia (Cabo Verde), tendo concluído os estudos secundários em Mindelo, Ilha de São Vicente, em 1944. Em 1945, obteve a bolsa de estudo da Casa dos Estudantes do Império e inicia os seus estudos universitários em Lisboa, no Instituto Superior de Agronomia. Em 1952, regressa à Guiné-Bissau, assumindo o cargo de Diretor do Posto Agrícola Experimental de Pessubé, em Bissau. Em Agosto de 1953, efetuou o recenseamento agrícola da Guiné-Bissau, o que lhe permitiu um aprofundamento do conhecimento da sociedade guineense. Em 19 de setembro de 1956, numa visita a Bissau, propõe a formação do Partido Africano da Independência (PAI), numa reunião que contou com a participação de Aristides Pereira, Luís Cabral, Júlio de Almeida, Fernando Fortes e Eliseu Turpin. O Partido Africano da Independência acabaria por se designar Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) em 1960. Em 23 de janeiro de 1963, após várias propostas de negociações apresentadas ao governo português e através da ONU, desencadeia no sul da Guiné-Bissau, a luta armada de libertação nacional. Em 1966, participou na Conferência Tricontinental realizada em Havana (Cuba), encontrando-se com Fidel Castro. Em 1970, realiza uma conferência intitulada Libertação Nacional e Cultura, em homenagem a Eduardo Mondlane, na Universidade de Siracusa (EUA). Em junho do mesmo ano, participou na Conferência Internacional de Apoio aos Povos das Colônias Portuguesas, realizada em Roma, onde teve uma audiência com o Papa Paulo VI. Em 1972, destaca-se a sua intervenção no Conselho de Segurança reunido em Adis-Ababa (Etiopia), na qual fez um apelo à ONU no sentido de enviar uma missão de visita às regiões libertadas. Esta missão viria a realizar-se entre 2 e 8 de Abril de 1972, e contribuiu para o reconhecimento internacional do PAIGC como representante legítimo do povo da Guiné-Bissau e Cabo Verde. Em outubro do mesmo ano participou na Comissão da Assembleia Geral da ONU. Na noite de 20 de Janeiro de 1973, foi assassinado na Guiné Conacri pelos combatentes da Guiné-Bissau.

¹² Ex-colônia francesa, independente em 1958. Era base da guerra de libertação da Guiné-Bissau.

derrotas e baixas. De acordo com TEXEIRA (2008), em 24 de Setembro de 1973, o partido proclama a independência e busca um reconhecimento internacional.

Em 10 de Setembro de 1974, após a queda do regime de Salazar, Portugal reconheceu oficialmente a independência da Guiné-Bissau, que foi a primeira das ex-colônias a alcançar a soberania internacional de um país livre. Depois da independência, Luis Cabral¹³ assume a presidência da República da Guiné-Bissau. Cabo Verde e Guiné-Bissau constituíram-se Estados separados, mas sob a tutela do PAIGC.

2.2 A Colonização Portuguesa na África

Existe uma série de razões históricas e conceituais pelas quais a descolonização dos territórios portugueses no continente africano tendeu a ser vista de uma maneira especial, por vários estudiosos da história contemporânea da África. A primeira delas, e talvez a mais importante, é que a descolonização da África Lusófona ocorreu pelo menos uma década e meia depois das descolonizações francesa e inglesa. Em segundo lugar, a descolonização foi conseguida mediante uma luta de libertação nacional – assumindo a forma de uma luta de guerrilha em três das cinco colônias portuguesas¹⁴. Em terceiro lugar, a descolonização dos territórios portugueses ocorreu paralelamente à adesão, aparentemente unânime, dos nacionalistas ao “socialismo” pós-colonial. E, por fim, em quarto lugar, a descolonização da África lusófona esteve ligada intimamente com a queda do regime de Salazar-Caetano em Portugal.

Portugal, favorecido pela sua posição geográfica às margens do Oceano Atlântico e muito próximo da extremidade ocidental da África do Norte, começou, no século XV, a enviar barcos para o sul, costeando a margem atlântica da África. Em 1415, o rei de Portugal conquistou a importante cidade de Ceuta, no Norte de África, fato considerado como ponto de partida da política oficial da expansão ultramarina (CABRAL, 1989, p. 3). O Cabo Bojador foi dobrado em 1434, o Senegal foi atingido em 1434, e as ilhas de Cabo Verde em 1456. Em 1485, Diogo Cão descobriu a embocadura do Congo. Bartolomeu Dias avançou para além do Cabo da Boa Esperança, em 1487.

¹³ Luis de Almeida Cabral era o irmão mais novo de Amilcar Cabral. Ele assumiu liderança do país em 1973, depois da morte de Amilcar Cabral, foi deposto do poder através de um golpe de Estado dirigido por João Bernardo Vieira, em 14 de novembro de 1980

¹⁴ Os três que lutaram pela independência são: Angola, Guiné-Bissau e Moçambique.

A colonização portuguesa da África começou efetivamente após a Conferência de Berlim (1884-1885), com a ocupação militar dos territórios definidos, mas como áreas de influências exclusivas das potências coloniais. Esta etapa constitui-se na primeira fase de implementação alargada da soberania portuguesa no continente africano. A segunda fase foi a da ocupação administrativa¹⁵, a qual representou de fato a implantação de um Estado de Direito, caracterizado pela sua intervenção no domínio público e privado. A terceira fase foi a da ocupação científica, que se traduziu na identificação e no estudo da realidade social, geográfica e ambiental.

Qual era, no entanto, o objetivo principal da expansão ultramarina? A historiografia, no que diz respeito ao ideário da expansão, divide-se em duas posições: há aqueles que afirmam que a origem da expansão deveu-se a fatores puramente econômicos, outros sustentam que o motivo principal deveu-se ao alargamento da comunidade cristã, à dilatação da fé e, conseqüentemente, à evangelização dos africanos. Várias bulas papais (a *Romanus Pontifex*, de Nicolau V, em 1454, por exemplo, concedia aos portugueses a posse das terras descobertas entre os Cabos de Bojador e Nao, até o extremo meridional da África) concederam aos portugueses o direito de cruzada para a evangelização desses povos, bem como a posse das novas terras e do direito de navegação e comércio com os povos naturais (MOURÃO, 1992). Desse modo, o motivo religioso, base da legitimação das descobertas, e as motivações de natureza econômica, que passaram a ter primazia em face da descoberta de riquezas várias, andaram *pari passu*.

No que diz respeito às ilhas de Cabo Verde e de São Tomé e Príncipe, estas eram exploradas por intermédio de um sistema jurídico caracterizado por concessão de poderes de administração ao capitão ou donatário, envolvendo, desse modo, o que Mourão chamou de “iniciativa privada”. O capitão ou donatário passava a ter direitos de cunhar moeda, cobrar impostos e rendas e administrar a justiça. Este quadro mudaria com o passar dos tempos, em razão dos sucessivos abusos registrados. A Coroa, aos poucos, foi retirando os poderes públicos dos donatários, até os transferir em definitivo para a Coroa.

Do ponto de vista econômico, muitos estudiosos do tema argumentam que o eixo central de atuação do colonialismo português na África estava ligado à utilização maciça do trabalho forçado dos povos daqueles territórios. Isso se explica em parte pela escassez de recursos para

¹⁵ Existe a diferença entre a colonização portuguesa, francesa e inglesa. As duas primeiras, têm como característica a intervenção direta, isto é, de controlar tudo, desde da exploração até a administração dos povos. A última é chamada indireta, pois concentra-se na exploração das matérias primas, deixando para os locais a administração pública (BELLUCCI & LAMY, 2010, p. 14-18).

investimentos em áreas mais complexas. Segundo KI-ZERBO (1972), a exploração da mão-de-obra negra supriu nas colônias portuguesas, mais do que em qualquer outra parte, o fraco nível dos investimentos. Recorreu-se a todos os meios para ter trabalhadores, para os conservar e para deles tirar o máximo. Do ponto de vista cultural, a ação do colonialismo português mostrou-se também desestruturadora das formações africanas. O colonialismo cultural subordinava as diversas e variadas culturas africanas às dos europeus, considerando-se sempre estas como formas mais avançadas e superiores (PENNA FILHO, 1994).

A administração colonial portuguesa compreendia os órgãos centrais, com sede em Lisboa, e os órgãos pertinentes a cada colônia. Com relação à organização político-administrativa provincial (colônias), destacam-se dois princípios: o da unidade política, que preside a organização administrativa, e o da diferenciação administrativa, fruto da adequação dos princípios gerais da administração às colônias, com ênfase na autonomia de cada colônia. As colônias ou províncias ultramarinas eram de dois tipos: as de Governo Geral (Angola, Moçambique e o Estado da Índia) e as províncias de governos simples (Guiné-Bissau, Cabo Verde, e São Tomé e Príncipe). À frente de cada colônia havia um Governador Geral, com competências específicas e não conflitantes com as da Assembléia Nacional, do Governo e do Ministério do Ultramar, sendo a sua responsabilidade política determinada pelo Ministério do Ultramar. No caso das colônias de governo geral, na África (Angola e Moçambique) havia também os secretários provinciais e o secretário geral (MOURÃO, 1992, p. 41).

É importante ressaltar que a colonização portuguesa na África não ocorreu de forma homogênea, pois seus objetivos variaram de colônia para colônia, embora existam semelhanças entre algumas delas. Neste sentido, Cabo Verde foi sempre considerado pelos portugueses como um caso especial e governado de uma forma singular. São Tomé e Príncipe eram, de algum modo, uma sociedade fechada, evoluindo de acordo com a ascensão e queda da sua economia de plantação. Guiné foi sempre um açude português, considerada, sobretudo, como parte pobre das colônias francesas e inglesas da África Ocidental. Angola e Moçambique tinham muitos traços comuns, das comunidades crioulas mestiças às colônias de povoamento.

Além do relatado, o Estatuto do Indigenato foi outro fato que ilustra bem essa diferença entre as colônias, que surgiu em 1926, em Guiné, Angola, Moçambique, São Tomé e Timor (nestes dois últimos, foi revogado em 1953). Este estatuto surgiu como um procedimento formal de assimilação progressiva dos africanos ao processo social enquadrado pelo Estado, e também

na nação, uma vez que a tradicional e secular atitude portuguesa relativamente aos povos colonizados era sua integração na cultura portuguesa, num prazo indeterminável, razão pela qual Cabo Verde, Goa e Macau não foram incluídos, pois se considerava que aí essa integração já fora atingida.

Pode-se afirmar, no entanto, que a política colonial portuguesa centrava-se no controle da produção e do comércio e na exploração de um regime de trabalho compulsório, seja ele escravo ou não. São essas as regras básicas a partir das quais se constitui a estrutura econômica das colônias. Desse modo, Leila Hernandez afirma que a política colonial portuguesa é responsável por uma dupla determinação: social e política. Social, na medida em que a estrutura social surge como expressão imediata da hierarquia do poder econômico, compreendendo duas classes fundamentais: a dos grandes proprietários e a dos escravos. Contudo, entre elas há gradações que surgem aos poucos com maior nitidez, compondo uma estrutura social mais diferenciada. Dela fazem parte os comerciantes, um número reduzido de pequenos proprietários e os assalariados, muitos deles em regime de trabalho de semi-escravidão. No que diz respeito à estrutura política, a Coroa criou uma série de mecanismos legais e administrativos para estruturar e preservar o exercício do poder político, gerando descontentamentos por parte das próprias autoridades coloniais que reivindicam maior autonomia político-administrativa.

2.3 Os Movimentos de Resistência à Colonização

No continente africano, a história das colônias é compartilhada por movimentos de resistência à penetração europeia. Vale ressaltar o fato de que, ainda no século XIX, a presença europeia na África se fazia sentir apenas no litoral, enquanto no interior preponderava a hegemonia africana. Nesse sentido, Mourão argumenta que as autoridades coloniais, durante um longo lapso de tempo, estabeleceram uma política de arranjos e de alianças com o interior, que continuava preponderantemente africano (MOURÃO, 1992 p. 42).

Com o objetivo de estancar o avanço do colonialismo português, sucederam-se vários movimentos de resistência nos TPA. Por se tratar de uma tarefa muito ampla, limitar-se-á neste trabalho a descrever alguns movimentos de resistência ocorridos nos territórios portugueses na África, nos quais ajudarão a entender obstáculos enfrentados pela colonização portuguesa na África.

Em Angola, o rei de Ndongo, Ngola Kiluanje, em 1590, formou a chamada primeira coligação contra a presença portuguesa; Jinga Mbandi, em 1635, forma a segunda coligação, compreendendo os Estados de Matamba, Ndongo, Congo, Kassanje, Dembos e Kissamas. No século XVII, surge o chamado ciclo de Kuango, abrangendo principalmente os reinos de Matamba e do Kassanje. No fim do século XVI e início do século XVII, surgem vários pequenos Estados na região do planalto e também várias coligações entre Bailundo, Bié, Tchiyaka e Ângulo. Estes estados entraram em crise no início do século XIX, quando foram registrados inúmeros combates, como a campanha contra bailundos e Ndulu (1774-1776), a campanha contra o Kassanje (1861-1862), a campanha contra o Bailundo (1891-1896) e, por fim, a campanha contra a Huíla e Humbe (1845-1915). No século XX, ainda nas primeiras décadas, registraram-se vários combates com os povos do sul e mesmo do planalto; mesmo em zonas já parcialmente dominadas, foram registrados também levantamentos armados, como o dos Seles, em 1917.

Em Cabo Verde, a greve dos trabalhadores das companhias carvoeiras e a revolta de Canhoeira Zambeze, em 1910, na Ilha de Santiago, destacam-se entre os movimentos anticolonialismo antes da Segunda Guerra Mundial. Com duração de um ano e meio, eclode, em dezembro de 1821, em Santiago, o levantamento dos rendeiros da Ribeira de Engenhos contra o morgado Domingos Ramos, de Mosquitos, mergulhando a mais importante ilha da colônia na instabilidade. Em 1841, os rendeiros e parceiros da Achada Falcão recusaram-se a pagar as rendas ao proprietário Nicolau Borges. Em 1910, ocorreu o levantamento de camponeses em Santa Catarina, que ficou conhecido como Revolta de Ribeirão Manuel.

No caso da Guiné-Bissau, a resistência manteve-se até tardiamente. As grandes revoltas de 1907 a 1909 que eclodiram em todo o território e, particularmente, na região de Infali Sonco e da etnia Beafada. Durante cerca de três séculos e meio, entre os anos de 1460 e 1846, os portugueses e os Pepéis se enfrentaram em condições de desigualdade pelo poder hegemônico sobre os espaços da ilha de Bissau. As chamadas “campanhas de pacificação”, iniciadas em 1913, encabeçadas pelo capitão português João Teixeira Pinto, tentaram submeter, pelas armas, aqueles que se recusavam a reconhecer a soberania portuguesa. Naquele ano, uma grande parte das zonas de florestas e litorais continua livre: é o caso de Oio, dos territórios dos Balantas, dos Papeis da ilha de Bissau, dos Manjacos da região situada ao sul do rio São Domingos e dos arquipélagos dos Bijagós.

Os colonos de Teixeira Pinto, apoiados por alguns chefes mandingas ou fulas, tentaram esmagar a resistência popular. Teixeira Pinto cometeu vários crimes e, em 1915, foi destituído, sendo instaurado um inquérito pelo ministro das colônias, para apuração dos fatos. Entre 1884 e 1936, foram registradas 81 campanhas, expedições ou simples operações que envolveram um mínimo de 8.444 soldados regulares e 42.500 guerreiros e auxiliares do lado português (Pélissier, 1989). Após a Segunda Guerra Mundial, destacou-se o levante de Pindjiguiti¹⁶, em 3 de agosto de 1959, quando os trabalhadores portuários que reivindicavam o aumento dos seus salários foram massacrados pela polícia da repressão portuguesa. Este levante, conhecido como Massacre de Pindjiguiti, estava ligado ao surgimento do Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), em 1956.

Em Moçambique, ocorreram vários movimentos de resistência ao longo dos tempos: em 1572, os Mondagazes, Chona-Tonga, dirigiram vários ataques aos portugueses; em 1821, Sochangana é escolhido como o primeiro rei de Gaza; revoltas camponesas no distrito de Quelimane, após tentativas de cobrança de impostos pelos portugueses, em 1878. Anos mais tarde, em 1884, Ngungunha, que se notabilizaria pela luta contra a presença portuguesa em Moçambique, ascende ao poder no Estado de Gaza; levantes camponeses em Quelimane, Sena, Tete e outras regiões, em 1891; revolta em Cambuembra, em 1897; revolta do Baurè, em 1917; greve dos ferroviários de Lourenço Marques (atual Maputo), em 1917, seguida, dois anos mais tarde, pela greve dos portuários da mesma cidade, movimento que se repete ao longo de anos; greves nas plantações de Gaza, em 1947; massacre dos trabalhadores dos canaviais de Xinavave.

Em relação a São Tomé e Príncipe, a resistência à colonização foi sentida principalmente entre 1890 e 1947. Porém já teve seu início em 1574, a chamada Revolta dos Angolares, que invadiram os armazéns da capital. Essa revolta foi chefiada por Amador, que chegou a se proclamar rei e acabou sentenciado à morte pelas autoridades coloniais. Em 1947, ocorreu o chamado massacre de Batepá, um levante dos trabalhadores que foi sufocado com violência. Este acontecimento está ligado à formação do Comitê de Libertação de São Tomé e Príncipe (CLSTP), em setembro de 1960 (MOURÃO, 1991, p. 50).

Paralelamente aos movimentos locais e dispersos acima descritos, grupos de estudantes das diversas colônias que tinham emigrado para Portugal, com a finalidade de realizar os seus

¹⁶ O porto de Pindjiguiti localiza-se na capital Bissau, é o principal porto do país que faz importação e exportação das mercadorias. Foi construído na época colonial.

estudos universitários, dada a ausência de universidades nas colônias, também se organizaram em torno de associações culturais legais. Uma dessas organizações, denominada Liga Africana, criada em 1919, teve um papel importante ao acolher, em 1923, a 2ª sessão da 3ª Conferência Pan-Africana, na qual estiveram presentes alguns dos nomes significativos do movimento pan-africano, como W.E.B. du Bois e George Padmore (SERRANO, 1995. p. 100a). As palavras a seguir, de Padmore, descrevem bem a sessão da 3ª Conferência Pan-Africana realizada em Lisboa:

Os representantes de onze países assistiram à sessão de Lisboa. Os preparativos foram conduzidos eficazmente pela Liga Africana, descrita no relatório do Congresso como “uma verdadeira federação de todas as associações indígenas espalhadas através das cinco províncias da África Portuguesa e representando vários milhões de indivíduos”. Essa Liga Africana que funcionava em Lisboa, no coração de Portugal, por assim dizer, recebeu mandato de todas as outras organizações indígenas e soube exprimir ao governo em termos não equívocos, mas muito dignamente, tudo o que deve ser dito para evitar injustiça e fazer abrandar as leis austeras. Eis aqui por que a Liga Africana de Lisboa é o dirigente do movimento dos negros da África Portuguesa, mas apenas no bom sentido da palavra, sem, contudo, fazer algum apelo à violência e sem se afastar dos limites da constituição (PADMORE apud SERRANO, 1995, p. 100b).

Acredita-se que os exemplos mencionados nessa breve recapitulação ilustram o significado da ação coletiva no curso da História, quer assinalando a emergência das reivindicações e protestos populares, quer registrando a emergência do processo de consciência social negadora do colonialismo.

2.4 Os Movimentos Nacionalistas e a Luta pela independência

Nos fins dos anos 40 e início dos anos 50, a geração de Amílcar Cabral, líder da luta para a independência da Guiné e Cabo Verde, encontrava-se em Portugal, principalmente nas cidades de Lisboa e Coimbra, estudando nas suas Universidades. Isso, aliás, também acontecia com os líderes dos movimentos emancipacionistas das antigas colônias francesas e inglesas.

Esse grupo era composto por Amílcar Cabral e Vasco Cabral, da Guiné; Agostinho Netto e Mário Andrade, de Angola; Eduardo Mondlane e Marcelino dos Santos, de Moçambique; e Alda Espírito Santos, de São Tomé e Príncipe. Esse grupo de intelectuais foi influenciado, na época, pelo fim da II Grande Guerra Mundial, pela literatura da Negritude, que era produzida na França, principalmente por Aimé Césaire, das Antilhas Francesas; por Leopold Sedar Senghor, de Senegal; e pela literatura do Panafricanismo publicada na Europa, nos Estados Unidos da América e nos países do Caribe. Todas essas obras convergiam no sentido da promoção da

consciência dos negros, que viviam na condição de humilhados e desumanizados, para reafirmação da dignidade do homem negro.

Em função desse clima de revalorização do “homem negro” é que, em 1954, tentou-se criar um clube recreativo em Bissau que permitisse aos negros ditos “civilizados” se unirem e confraternizarem nos momentos de lazer. Essa tentativa foi frustrada pelo governo colonial, certamente temendo que esse espaço viesse a ser utilizado para a finalidade não prevista na sua fundação. Em 1955, houve a Conferência de Bandung – foi o marco do surgimento da 3ª força ou 3º mundo no cenário político mundial. Muitos dos líderes emancipacionistas da África participaram dessa conferência, na qualidade de representantes dos seus respectivos movimentos políticos de libertação, já que nessa época havia pouquíssimos países independentes na África Subsaariana. Nesse mesmo ano, fundou-se na Guiné o MING (Movimento para a Independência Nacional da Guiné). Esse movimento era de caráter panfletário e reunia a pequena burguesia nativa, que pretendia substituir os colonizadores na administração do país, sem uma ruptura estrutural com o sistema colonial. Em 1956, foi fundado em Bissau o PAIGC (Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde). Um partido que na sua fundação conseguiu unir os intelectuais, a pequena burguesia nativa e nacionalista e alguns populares. Em dezembro do mesmo ano, fundava-se em Angola o MPLA (Movimento Popular pela Libertação de Angola).

O fim do colonialismo tornava-se cada vez mais uma realidade para os movimentos emancipacionistas, principalmente com a independência de Gana em março de 1957. Esse fato influenciou muito no crescimento da resistência contra a presença colonial na África. Um ano depois, em outubro de 1958, a Guiné (ex-Guiné Francesa) proclama-se independente da França, e o presidente Sekou Turé conchama todos os africanos a se revoltarem contra o domínio colonial. No plano concreto, o presidente Sekou Turé aceitou que o PAIGC instalasse no início da luta o seu QG na capital desse país e passou a oferecer apoio indisfarçável aos guerrilheiros do PAIGC nas suas ações contra o exército colonial português. Em abril de 1960, Senegal tornou-se independente. Em dezembro desse mesmo ano, o PAIGC publicou o primeiro número do jornal “Libertação” na clandestinidade. Em fevereiro de 1961, o MPLA inicia a luta armada contra o exército colonial, e o PAIGC, em agosto do mesmo ano, aprova na reunião do seu comitê central o início da luta armada. Em 25 de junho de 1962, em Moçambique, fundava-se a FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique) e, em julho desse ano, a Argélia tornava-se independente depois de uma sangrenta luta.

A luta armada na Guiné só começou de fato em 1963 com o ataque dos guerrilheiros ao quartel do exército colonial em Tite, no sul da Guiné (MANE, 1998; CABRAL, 1976). Em 25 de maio do mesmo ano, criou-se em Adis-Adeba a OUA (Organização da Unidade Africana), que nasceu nos moldes da ONU, para solucionar as diferenças (os diferendos) entre os países africanos e auxiliá-los na elaboração dos seus projetos de desenvolvimento.

A batalha de Como, no sul da Guiné, em março de 1964, mostrou, com a derrota do exército colonial, a capacidade bélica e organizativa dos guerrilheiros, o que deixou em pânico o governo português. O 1º Congresso do PAIGC reuniu-se, em 1964, na aldeia de Cassaca, no sul da Guiné, área já libertada do governo colonial, para discutir a nova fase da luta de libertação e o desmando de alguns chefes militares (CABRAL, 1976). O PAIGC, em julho de 1967, inaugura a sua emissora “Rádio de libertação”, na clandestinidade, a qual se transformou, mais tarde, numa das armas mais mortais na luta anticolonial, através da propaganda das ações diplomáticas e guerrilheiras do PAIGC. Apesar de tentativas infrutíferas de interferência do governo colonial, a emissora era sintonizada pelos populares em todas as partes da Guiné. Em 1968, o PAIGC já tinha transformado a vida do exército colonial num desespero, a ponto de atacar o aeroporto de Bissalanca a 10 km da capital, quartel-general da força aérea colonial; o lugar era presumivelmente inatingível, por causa da forte segurança. Em 1969 os guerrilheiros do PAIGC libertam Boé do exército colonial, com a tomada do quartel de Madina de Boé – uma das aldeias que compõe esse setor. Em paralelo à ação armada, os dirigentes dos movimentos de libertação das ex- colônias portuguesas desenvolviam também ações diplomáticas com o objetivo de isolar o governo colonial.

Em agosto de 1971, o Comitê Central do PAIGC decidiu, em reunião, proclamar unilateralmente a independência da Guiné-Bissau. Para legitimar esse ato o partido convidou antes uma comissão da ONU para visitar e confirmar que se achavam sobre o seu controle mais de 2/3 do território da Guiné. Amílcar Cabral foi assassinado em 20 de janeiro de 1973. Em fevereiro do mesmo ano, a direção do partido determinou que a palavra de ordem passava a ser “atacar o inimigo em todas as frentes sem tréguas”. Em função desses ataques, Quilege, um importante quartel do exército colonial, foi tomado pelos guerrilheiros, em ação militar comandada pelo ex-presidente da Guiné, João Bernardo Nino Vieira. De 18 a 22 de junho do mesmo ano, reuniu-se o Segundo Congresso do PAIGC, em Boé. Aristides Pereira foi eleito Secretário-Geral do partido.

Em setembro de 1973, foi convocada a 1ª sessão da Assembleia Nacional Popular em Madina de Boé. A 24 de setembro, proclamou-se a independência do país. Luiz Cabral, Secretário-Geral Adjunto do PAIGC, foi eleito presidente da Guiné.

Em 1974, os acontecimentos de 25 de abril culminaram com a queda da ditadura salazarista e deram início aos entendimentos para o reconhecimento da independência da Guiné e da autodeterminação dos demais povos que lutavam contra a presença colonial nos seus respectivos territórios.

Após cerca de treze anos de luta armada, os Territórios Portugueses em África (TPA¹⁷) conquistaram sua independência. A descolonização destes territórios esteve ligada intimamente com a queda da ditadura em Portugal, uma vez que o número de mortos, feridos e mutilados, bem como o grande número de desertores e a conseqüente crise econômica gerada pelo esforço de guerra, contribuíram muito para a emergência da crise do fascismo que conduziria à Revolução dos Cravos e ao início do processo de negociação das independências dos TPA.

O governo português, antes de reconhecer a independência de suas colônias, tentou buscar apoio para a realização de um referendo naqueles territórios para saber se a população era a favor da independência total, mas os movimentos nacionalistas se opuseram a tal idéia. Os líderes nacionalistas argumentaram, na época, que o referendo levaria muito tempo para acontecer e as autoridades portuguesas poderiam criar mecanismos para não reconhecer as independências tão almejadas. Nesse sentido, Samora Machel, líder do Frente para Libertação de Moçambique (FRELIMO), argumenta que “não se pergunta a um escravo se quer ser livre, principalmente quando o escravo já se revoltou” (LOPES, 1996, p. 301).

2.5 A descolonização da Guiné-Bissau e Cabo Verde

Os movimentos nacionalistas que se opuseram ao colonialismo português intensificaram-se mais em 1951, quando Portugal reformou o sistema colonial, todas as colônias portuguesas se passaram a designar Províncias Ultramarinas. A luta pela independência iniciou-se em 1956, quando Amílcar Cabral formou o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), que se manteve relativamente pacífico até 1961, altura em que instalava a Guerra do

¹⁷ É importante salientar que antes de 1975, não existiam os PALOP (Países Africanos de Língua Portuguesa), a designação colocada por muitos estudiosos da África Lusófona. Até essa data, existiam os TPA (Territórios Portugueses em África). Os PALOP vieram a existir a partir de 1975, com a independência de todos estes territórios.

Ultramar, declarando a província ultramarina como independente e alterando o seu nome para Guiné-Bissau (para a distinguir da vizinha República da Guiné). A Guiné foi o conflito mais complicado para Portugal em termos bélicos e, com o decorrer da guerra, a derrota portuguesa avizinhava-se.

O movimento pela independência da Guiné-Bissau contou, no início, com vários movimentos ideológicos, os quais acabaram por abandonar a luta ou simplesmente se estruturar no Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC). Estes movimentos são a Liga Guineense (1911-1915), a Associação Desportiva e Recreativa dos Africanos (1953-1954) e, em 1955, o Movimento para Independência Nacional da Guiné (MING), que se alargou e no ano seguinte se uniu ao PAIGC, Movimento de Libertação da Guiné (MLG) e União dos Naturais da Guiné Portuguesa (UNGP). Sendo esta última a favor da autonomia e não da independência.

Além do PAIGC, atuou a Frente da Luta para Independência da Guiné (FLING) uma organização de emigrantes coordenada pela Frente Unida de Libertação da Guiné Portuguesa e das Ilhas de Cabo Verde (FUL). Mas o PAIGC acabou por prevalecer sobre as demais organizações liderando a FUL e adquirindo uma sustentação de massa cada vez maior. Em Cabo Verde, ao lado do PAIGC, atuaram, embora com pequena base social de apoio, a União Caboverdiana Independente Democrática (UDC) e a União dos Povos das Ilhas de Cabo Verde (UPIC).

A luta armada que conduziu à independência da Guiné-Bissau e Cabo Verde está irremediavelmente ligada a criação e gradual ação (clandestina, política e mobilizadora) do PAIGC. Em 19 de setembro de 1956 foi criado o Partido Africano para a Independência (PAI) por Amílcar Cabral, Aristides Pereira, Luis Cabral, Fernando Fortes, Elysée Turpin e Júlio Almeida (nacionalistas cabo-verdianos e bissau-guineenses), em Bissau. Em 1960, o partido passou a se denominar Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC). Com a criação do PAIGC, apareceu pela primeira vez na história do povo da Guiné e Cabo Verde, uma organização de luta que se propôs libertá-los do colonialismo português (RIZZI, 2012, p. 63).

Segundo Amílcar Cabral, ao analisar-se a história dos povos africanos fica evidente a luta constante desses contra a dominação estrangeira: a busca pela liberdade é um fator concreto e

constante da história do continente. O direito à autodeterminação e à independência traduz essa iniciativa, se manifestando contra a dominação estrangeira.

Os povos africanos nunca deixaram de manifestar o seu ódio pela dominação estrangeira. É esta a gloriosa tradição dos povos de África no que respeita à dominação estrangeira. A luta de libertação dos povos africanos está, pois, na base desta tradição, na base deste ódio ativo para com a dominação estrangeira, que adquiriu novas formas nesta fase decisiva da evolução do Mundo. (CABRAL, 1977 apud COMITINI, 1980, p. 22)

Após sua criação, a atividade do PAIGC limitou-se à mobilização das camadas urbanas suscetíveis de participar na luta política. Entre os integrantes das fileiras da organização estavam muitos funcionários da administração pública, do setor comercial, bem como assalariados da capital.

Um dos grupos organizados era o dos operários do Porto de Pindjiguiti. A primeira grande ação do PAIGC ao nível político foi a preparação de uma greve daqueles operários para contestar os baixos salários. Em julho de 1959, começou a contestação, por parte dos operários, e, em 3 de agosto do mesmo ano, ocorreu a greve. A resposta das polícias portuguesas foi o massacre de dezenas de operários no Porto de Pindjiguiti.

Essa trágica jornada comprovou que os portugueses estavam decididos a utilizar a violência contra toda e qualquer forma de contestação. A partir daí, para os líderes do PAIGC, a luta por meios pacíficos não tinha mais sentido. A preparação para a luta armada mostrava a determinação dos militantes do PAIGC em utilizar todos os meios para pôr fim a dominação colonial portuguesa. O movimento decide mobilizar os camponeses por meio da conscientização dos problemas políticos ligados às suas necessidades políticas e interesse social. A conscientização não era uma tarefa fácil. Era necessário jogar luzes sobre os desequilíbrios, sobretudo social, provocado pelo colonialismo. Era necessário explorar as contradições sociais, tais como os trabalhos forçados, a obrigação de pagamento de impostos, o tratamento racista, a utilização sexual das mulheres, etc. Ao mesmo tempo em que se desenrolava a fase da mobilização nos campos, desencadeava-se uma ofensiva em nível diplomático. Entre as diferentes ações realizadas pelo PAIGC, vale sublinhar a elaboração de um relatório sobre o colonialismo português, apresentado ao Comitê das Nações Unidas para os Territórios Administrados por Portugal, em julho de 1962.

Após o fracasso de várias tentativas de negociar a independência pacificamente, da Guiné e de Cabo Verde, a direção do PAIGC optou pela luta armada. O primeiro ataque armado ocorreu

em 23 de janeiro de 1963, contra a caserna militar portuguesa de Tite, sul da Guiné. Um ano mais tarde os portugueses sofreram a sua maior derrota militar imposta pelo PAIGC na batalha da Ilha do Komo, no sudoeste do país. Este ataque durou cerca de três meses e com um saldo de 650 homens mortos. Foi a mais importante batalha da luta armada guineense. Paralelamente a este combate, o PAIGC celebrava o primeiro Congresso, em Cassaca, sul da Guiné-Bissau, de 13 a 17 de fevereiro de 1964.

O Congresso foi convocado por Amílcar Cabral, porque nas regiões libertas do sul alguns dirigentes do movimento em nível das aldeias e setores atuavam sem qualquer coerência com os princípios do partido. Nesses setores, a imagem do PAIGC estava completamente degradada e devia ser reabilitada, mostrando aos aldeãos que aquelas pessoas eram traidoras, que não seguiam as orientações do movimento. Os responsáveis pelos abusos e crimes cometidos contra a população foram punidos e a partir deste Congresso foram relançadas as bases para um controle ideológico mais forte no seio do PAIGC.

Por se tratar de uma luta de guerrilha, as condições geográficas de Cabo Verde eram desfavoráveis, especialmente por causa da dispersão geográfica das ilhas, pois o arquipélago tornava-se impróprio para este tipo de luta. A luta armada ocorreu na Guiné-Bissau, uma vez que este território reunia melhores condições para o desenvolvimento da luta de guerrilha. No entanto, militantes cabo-verdianos desempenharam também um papel importante durante a luta de libertação.

Em 1965, foram criadas as Forças Armadas Revolucionárias do Povo (FARP), incumbidas das ações ofensivas. No fim dos anos 1960, sob o comando do PAIGC, os combatentes têm sob seu poder cerca de metade do território. As zonas conquistadas contam com escolas, hospitais de campanha e armazéns do povo. Para esse êxito conta o reconhecimento político do Partido no cenário internacional, o qual angariava simpatias e apoios de diversos países, notadamente a China, Cuba e a União Soviética, para onde seguem vários quadros para cursos de formação em comando de pequenos destacamentos. No continente africano, destaca-se o papel de Gana e, sobretudo, de Guiné Conacri, que exercia a função de pólo agregador de quadros africanos originários de diversos países, recebendo assistência técnica e financeira dos países socialistas e abrigando a sede do PAIGC. E é por ser a principal base de apoio dos revoltosos que, em 1972, o governo português tenta enfraquecê-la, atacando-a numa operação surpresa, que, no entanto, foi mal sucedida.

O governo de Portugal, ameaçado pela evolução da luta na Guiné-Bissau, desenvolveu medidas duras para controlar a situação. Spínola, um estrategista militar reputado pelas suas ações em Angola e Moçambique, tomou a responsabilidade de as pôr em prática. A ação demagógica desenvolvida pelas autoridades coloniais visando a recuperação ideológica das populações, pelos métodos a que recorria e pelo seu carácter antipopular, reforçava, numa certa medida, as posições do PAIGC. Spínola infiltra no seio do PAIGC informantes, colaboradores diretos da polícia portuguesa que, dessa forma, procura explorar os dissidentes do movimento, aos quais fez promessas de ocupar um lugar de relevo num futuro Estado Associado, segundo uma fórmula neocolonialista em preparação na época.

O governo português usou, na época, de vários artifícios para tentar impedir o avanço do apoio internacional aos movimentos nacionalistas nos seus territórios no continente africano. Nesse sentido, o governo português mudou sua política colonial instituída pelo Ato Colonial de 1930, transformando, assim, teoricamente, as colônias em Províncias Ultramarinas. Essa iniciativa visava minimizar as pressões internacionais que recebia da ONU e de muitos países ocidentais, que defendiam a tese de que cada povo tinha direito ao progresso econômico, social e educacional, e para que isso acontecesse era fundamental que pudessem desenvolver suas próprias instituições políticas.

As autoridades portuguesas estavam convencidas de que a morte do principal dirigente do PAIGC (Amílcar Cabral) significaria o fim do partido e da luta. Ou seja, a intenção era destruir o partido a partir do seu interior. Assim, em 20 de janeiro de 1973, Amílcar Cabral é assassinado em Ratoma, na Guiné Conacri, por guineenses, a soldo do colonialismo português. Alguns meses mais tarde, o Congresso de Boé, leste da Guiné, designa Aristides Pereira como novo Secretário Geral, e relança as bases da nova Assembléia Nacional Popular (ANP), bem como decide estratégia para afastar definitivamente as tropas portuguesas do território guineense. A morte de Amílcar Cabral não enfraqueceu o movimento nacionalista, muito pelo contrário: as forças do partido começaram a ganhar mais vantagem frente ao exército português, chegando, inclusive, no segundo semestre do mesmo ano, a realizar eleições para que fosse constituída uma Assembléia Nacional Popular nas regiões libertadas.

Essa Assembléia proclamaria unilateralmente, em 24 de setembro de 1973, a independência da Guiné-Bissau, após a conquista de 80% do território guineense pelo PAIGC, que foi reconhecida imediatamente por cerca de 80 países, ultrapassando assim o número dos

países que tinham relações com a potência colonial (LOPES, 1982. p. 18). Em outubro do mesmo ano, a ONU reconheceu a Guiné-Bissau como país independente, tornando assim o seu 148º membro e exigindo que Portugal retirasse seu contingente militar daquele território. Mas o governo português resistia em não reconhecer a independência da Guiné, pois para as autoridades portuguesas negociar com PAIGC era reconhecer também a existência dos outros movimentos nacionalistas que lutavam pela independência em Angola, em Moçambique e em São Tomé e Príncipe, bem como os movimentos de guerrilha que eles representavam. Em agosto de 1974, em Argel, foi assinado um acordo entre os representantes do governo português e do PAIGC. Portugal reconheceu, então, a independência da Guiné-Bissau e garantiu o direito de independência a Cabo Verde.

É importante frisar que o governo português não reconheceu, de imediato, a independência de Cabo Verde, alegando que o caso cabo-verdiano era delicado, porque naquele país não ocorreu luta armada, por isso a sua independência deveria ser diferente, não podendo ser concedida de imediato. A independência de Cabo Verde ficou definida no fim de 1974. Os representantes do governo português e do PAIGC encontraram-se por diversas vezes durante aquele ano para acertar o acordo de independência. O último acordo viria a ser assinado em Lisboa, no dia 19 de dezembro do mesmo ano. Nesse acordo, Portugal comprometeu-se a conceder a independência total àquele arquipélago, num prazo de seis meses. Foi nomeado um governo de transição, formado por metade de ministros nomeados por PAIGC e a outra metade nomeada pelo governo português. Em 5 de julho de 1975, Cabo Verde se torna independente.

Após a independência, os dois países¹⁸ adotaram a fórmula do partido único e comum aos dois Estados, todavia independentes e soberanos. Tanto na Guiné-Bissau como em Cabo Verde, o primeiro governo nacional foi criado ainda durante a luta. Era composto por dirigentes e membros da direção política do PAIGC, entre outros. A hierarquia posta em prática no seio do PAIGC baseada na participação da contribuição à luta armada e política vinha assentar o aparelho do Estado. Na Guiné-Bissau, Luis Cabral, irmão do Amílcar Cabral, foi nomeado Presidente da República e certos dirigentes que tinham se destacado na luta ocuparam pastas ministeriais. Os ministérios chamavam-se comissariados.

¹⁸ Não se pode falar da independência da Guiné-Bissau dissociando-a de Cabo Verde, PAIGC foi formado pelo guineenses e caboverdianos e tem como objetivo a independência e a unificação dos dois países. A independência foi alcançada com o esforço dos dois países, mas o projeto da unificação frustrou-se no golpe de Estado de 1980, que derroubrou Luis de Almeida Cabral..

A questão da unidade Guiné-Cabo Verde era central no pensamento de Amílcar Cabral, logo, na ideologia do PAIGC. Mas o golpe militar, na Guiné-Bissau, que derrubou o governo de Luis Cabral, liderado pelo então chefe do governo, comandante de brigada João Bernardo Vieira, abalou as relações e a organização supranacional do PAIGC que unia Guiné-Bissau a Cabo Verde. Estudiosos das causas que conduziram à ruptura entre os dois países situam-se geralmente na discrepância das realidades que se foram construindo na Guiné-Bissau e em Cabo Verde. Enquanto no primeiro caso havia hierarquia partidária e militar, que era mais obedecida, no segundo prevalecia, pelo menos inicialmente, uma massa crítica e uma liderança considerada por alguns como “confusa”, mais baseada na discussão dos problemas do que numa obediência cega. Como consequência do golpe de estado na Guiné-Bissau, a ala cabo-verdiana do PAIGC mudou a sigla do partido para PAICV (Partido Africano para Independência de Cabo Verde), rompendo assim, definitivamente com a ala guineense.

Na verdade, a supremacia do partido sobre o Estado era um dos princípios políticos da constituição na Guiné Bissau e do programa do PAIGC. Este princípio político continuou até a instauração do pluripartidarismo no país, no início da década de 90. 1991 foi o ano do anúncio da democracia multipartidária, uma importante página na história do país. O PAIGC renunciou ao seu papel de força política dirigente da sociedade e do Estado guineense e permitiu a formação de partidos políticos, por meio da lei constitucional nº 1/91, de 9 de maio. As primeiras eleições multipartidárias foram realizadas em junho de 1994: o PAIGC ganhou no primeiro turno e o seu candidato à Presidência da República, o então Presidente do país João Bernardo Vieira, foi eleito no segundo turno das eleições presidenciais.

No caso de Cabo Verde, Aristides Maria Pereira, então Secretário Geral do PAIGC, assumiu a Presidência da República logo após a independência. Quanto às estruturas administrativas pós-colonial, vale ressaltar que Cabo Verde tem uma especificidade que é particular entre as ex-colônias portuguesas na África, uma vez que suas instituições político-administrativas apresentaram uma certa continuidade após a independência, ao contrário daquelas dos demais PALOP, nos quais a ruptura é predominante. Este quadro deveu-se a características ímpares da colonização realizada pelos portugueses naquele território africano. O regime monopartidário perdurou no país até finais de 1990, quando houve a transição política do regime monopartidário para o multipartidarismo. Em janeiro de 1991, o PAICV foi derrotado nas urnas,

assumindo o poder o Movimento pela Democracia (MPD) e Mascarenhas Monteiro vence a eleição presidencial.

3 A POSIÇÃO BRASILEIRA NO PROCESSO DE DESCOLONIZAÇÃO DOS TERRITÓRIOS PORTUGUESES EM ÁFRICA (TPA)

O fim da Segunda Guerra Mundial trouxe mudanças significativas para o cenário internacional. O centro das decisões que antes estava localizado no continente europeu foi transferido para duas superpotências emergidas no pós-guerra: os Estados Unidos e a União Soviética. As nações que até então exerciam forte peso nas decisões mundiais, e até o início da guerra possuíam *status* de potência e estavam presentes em várias partes do mundo como nações colonialistas, perderam seus poderes de decisão, uma vez que saíram praticamente arruinados do conflito.

Os abalos econômicos e humanos sofridos pelas metrópoles durante a Guerra repercutiram em seus territórios colonizados, uma vez que as metrópoles não conseguiam mais controlar os movimentos de resistência que surgiam nas colônias e nem controlar as pressões destes em favor da descolonização. As pressões internas e externas a favor da descolonização da África e da Ásia aumentaram significativamente. No caso africano, a descolonização foi influenciada pelas próprias contradições internas do colonialismo, bem como por uma convergência de influências internas e externas: as internas, os movimentos pela independência do continente, e as externas, relacionadas com a política ditada pelas duas superpotências mundiais da época, URSS e EUA, e as pressões que vinham das Nações Unidas, exercidas pelas nações recém-independentes. O processo da descolonização da África subsahariana toma seu impulso no fim da década de 50, com ascensão à independência dos primeiros países daquela sub-região (Gana e Guiné Conacri). Até o fim do ano de 1960, vinte e uma nações africanas conquistaram sua independência.

As pressões internacionais a favor da descolonização intensificaram-se a partir da segunda metade da década de 1950, sobretudo no âmbito das Nações Unidas. Nesse sentido, Penna Filho argumenta que rapidamente a ONU se tornaria a principal tribuna para as reivindicações de autodeterminação dos povos colonizados (PENNA FILHO, 1994, p. 47). Na ONU, as nações colonialistas sofreriam as mais pesadas críticas contra o domínio e a exploração dos povos colonizados, sendo pressionadas principalmente pelo bloco oriental e pelas nações agregadas em torno do grupo de Bandung. As pressões do Grupo de Bandung surtiram efeito, resultando na descolonização de vários territórios que, até então, se encontravam sob o domínio dos europeus. Em relação à África, até 1965 a maioria dos territórios africanos haviam se tornado Estados

independentes e reconhecidos internacionalmente como autônomos e sob a liderança dos próprios africanos.

Apesar de ter ocorrido a supressão do colonialismo na maior parte do continente africano, ainda havia áreas que continuavam sob o domínio europeu, como os territórios portugueses, suscitando intensos debates internacionais, sobretudo no âmbito das Nações Unidas. Diante dessa nova e complexa conjuntura internacional, o governo brasileiro não ficou alheio à evolução dos acontecimentos e acompanhou de perto, principalmente na ONU, o desenrolar desse assunto polêmico e de destaque no cenário mundial.

A análise evolutiva da atuação da política externa brasileira, diante da delicada questão do fim do colonialismo português na África, abrangerá os dois momentos em que a política externa do Brasil desvinculou-se dos laços especiais que ligam o Brasil a Portugal e optou pela tomada de decisões mais francamente favoráveis à emancipação dos territórios portugueses na África. O primeiro desses momentos ocorreu no âmbito da Política Externa Independente (PEI), que teve início no governo Jânio Quadros, atravessou o Parlamentarismo e o período presidencialista de João Goulart e terminou com o movimento de março de 1964, período que representou a primeira demonstração de apoio do Brasil à independência dos TPA. O segundo momento foi durante o Pragmatismo Responsável, do Presidente Geisel e do Ministro Azeredo da Silveira. Foi nesse período que os cinco países africanos de língua portuguesa obtiveram a sua independência.

3.1 O Brasil e os TPA no Governo Kubitschek

Nos últimos anos da década de 50, intensificaram-se as campanhas em nível internacional a favor da descolonização dos territórios portugueses na África. O ano de 1960 foi batizado como o “Ano da África”, fato originado pela alteração significativa da correlação de forças no cenário mundial, decorrente da admissão na ONU de numerosos Estados independentes do Terceiro Mundo. Esse fato também contribuiu para o reconhecimento, pela Assembléia Geral das Nações Unidas, do caráter colonial das chamadas Províncias Ultramarinas de Portugal, definindo-as como autênticos territórios não autônomos, nos termos do Capítulo XI da Carta da ONU.

Esse período importante da história africana coincidiu com os últimos anos do Governo Juscelino Kubitschek. O interesse da política externa brasileira nesse período (1956 a 1961)

estava circunscrito ao continente americano, sobretudo por meio da Operação Pan-Americana, e aos países desenvolvidos – Europa Ocidental e EUA (BITELLI, 1989, p. 178). A opção do governo Kubitschek pela aproximação com o Ocidente e com os países desenvolvidos se coadunava com a política desenvolvimentista deste governo, que se baseava principalmente nos investimentos oriundos desses países. Para Saraiva (1996), a África para Kubitschek não tinha valor político. A importância central era com as relações econômicas que se desenvolviam entre a Europa e a África, independente da condição de supressão ou não da situação colonial. A preocupação brasileira em relação à África, em termos econômicos, devia-se à concorrência que o continente africano apresentava nos mercados de matérias-primas e de produtos agrícolas.

No âmbito da descolonização, observa-se que apesar de um certo distanciamento do continente africano, a política externa brasileira não passou completamente ao largo do processo de descolonização africana, e com relação à descolonização dos territórios portugueses, a política externa do governo Kubitschek foi marcada pelo apoio a Portugal. Nesse sentido, na XV Assembléia Geral das Nações Unidas, em 1960, o Brasil votou a favor da Resolução nº 1.514, que garantia a independência dos povos coloniais e votou contra a Resolução nº 1542 (15 de dezembro de 1960), que tratava da “transmissão de informações, segundo o art. 73 letra “e” da Carta”, que requeria de Portugal providências no sentido de encaminhar informações acerca de suas colônias (RODRIGUES, 1961). Desse modo, o Brasil diferenciava os territórios portugueses na África dos outros territórios, aceitando o colonialismo português e distinguindo-o dos demais. O país posicionava-se a favor da tese da exclusiva competência dos Estados-Membros de declarar se possuíam ou não territórios autônomos.

Essas contradições nas posições brasileiras deviam-se ao fato de o Brasil compartilhar com a tese portuguesa de que as Províncias Ultramarinas não eram dependentes, mas sim províncias de um Estado unitário. Por outro lado, o Brasil tentava acompanhar a tendência verificada durante o ano de 1960, que apontava uma posição majoritária dentro da ONU a favor das independências, porém, na tentativa de permanecer fiel a Portugal, acabou gerando estas contradições.

As posições brasileiras favoráveis a Portugal nas Nações Unidas estavam também diretamente ligadas aos compromissos assumidos com aquele país europeu no âmbito do Tratado

de Amizade, assinado entre os dois países em 1953¹⁹. Pelo referido tratado, o Brasil era obrigado a subordinar suas posições sobre as colônias portuguesas na África aos interesses portugueses, pois um dos artigos dizia que a partir de então todos os problemas internacionais que tivessem interesse comum seriam objeto de consultas prévias (SARAIVA, 1996, p. 55). Nesse sentido, Rodrigues argumenta que o Tratado foi uma vitória portuguesa que arrastou o Brasil para a sua órbita, visando dispor do apoio brasileiro nas dificuldades internacionais (RODRIGUES, 1961).

Resumidamente, durante o governo Kubitschek a posição da diplomacia brasileira em face da questão da descolonização dos territórios portugueses na África foi de favorecimento a Portugal. A política externa do governo Kubitschek limitava-se ao reconhecimento, *de jure*, dos países que alcançaram a sua independência a partir de processos negociados com as ex-metrópoles, sem alterar o irrestrito apoio a Portugal, ainda que esta posição contrariasse, talvez, setores mais progressistas do Itamaraty (BITELLI, 1989, p. 179). Na campanha eleitoral de 1960, um dos candidatos pretendia reverter este quadro de indiferenças e de silêncio, que caracterizava a posição brasileira em relação ao colonialismo português na África. Nesse sentido, José Honório (1961) argumenta que, na visão dos acontecimentos internacionais, revelou-se o candidato Jânio Quadros muito mais preparado e arguto que seu competidor. Realmente, o governo de Jânio Quadros e a sua Política Externa Independente marcariam o início de uma nova fase nas relações entre o Brasil e o continente africano.

3.2 A Política Externa Independente e os TPA

Em 1961, Jânio Quadros, eleito presidente, manteve as suas posições a favor da independência dos países africanos e reafirmou o seu compromisso em manter uma política independente e de relação com todos os países. Quadros foi presidente entre 31 de janeiro de 1961 e 25 de agosto do mesmo ano, data da sua renúncia. O breve período de governo Quadros marcou a mudança na política brasileira para a África, visto que pela primeira vez a política externa brasileira buscou afastar-se da defesa simultânea do anticolonialismo e da posição portuguesa no continente.

¹⁹ O Tratado de Amizade e Consulta entre o Brasil e Portugal foi assinado no Rio de Janeiro em 16 de novembro de 1953. Ratificado um ano depois e promulgado pelo governo brasileiro em janeiro de 1955, o Tratado tinha nove artigos estabelecendo consulta mútua entre os dois países nas matérias internacionais.

Visando o aumento da presença diplomática brasileira no continente africano, em 24 de fevereiro de 1961, constituiu-se um grupo de trabalho encarregado de preparar representações diplomáticas brasileiras nos novos Estados africanos e, ao mesmo tempo, re-elaborar a política para aquele continente em todos os aspectos. Em seguida, foram criadas embaixadas no Senegal, Camarões, Guiné Conacri, Serra Leoa, Costa de Marfim e Etiópia, bem como consulados na Rodésia (atual Zimbábue), República Democrática do Congo (RDC) e no Quênia. Também foram instalados consulados em Luanda (Angola) e Lourenço Marques (Moçambique), com a prévia autorização de Portugal.

San Tiago Dantas, ao definir vetores que ordenavam a Política Externa Independente, enumera quatro pontos: 1) contribuição à preservação da paz e da coexistência; 2) reafirmação e fortalecimento dos princípios de não-intervenção e autodeterminação dos povos; 3) ampliação do mercado externo brasileiro; e 4) apoio à emancipação dos territórios não-autônomos, independente de qual a forma jurídica utilizada para sua sujeição à metrópole (DANTAS, 1962, p.6). No entanto, entre os fatores que motivaram a ruptura com a política externa tradicional, destaca-se, inicialmente, o próprio papel do Presidente. De personalidade centralizadora, Jânio Quadros iria – nos poucos meses de seu governo – dirigir pessoalmente a ação externa do país, imprimindo-lhe um sentido personalista e inovador.

O quadro de crise interna, que obrigou o recurso ao Fundo Monetário Internacional (FMI) e a receitas ortodoxas de gestão econômica e o panorama internacional favoreciam a adoção de uma política externa mais independente, não só como elemento de troca de política interna, mas como um instrumento de barganha com os Estados Unidos, e uma tentativa de ampliar mercados para o país. Desse modo, motivações políticas, econômicas e estratégicas aparentemente justificariam a mudança de atitude do Brasil frente à questão do colonialismo português no contexto da Política Externa Independente (PEI).

Em sua mensagem ao Congresso Nacional, em 15 de março de 1961, por ocasião da abertura dos trabalhos parlamentares, o Presidente Jânio Quadros afirmou: “Não aceitamos qualquer forma ou modalidade de colonialismo ou imperialismo. Pode-se afirmar, com sinceridade mais absoluta, que o Brasil se esforçará para que todos os povos coloniais, repetimos, todos, sem exceção, atinjam sua independência” (BITELLI, 1989, p. 180).

Mas, na realidade, o que se verificou nas Nações Unidas foi uma certa ambigüidade nas posições brasileiras frente às questões das colônias portuguesas na África. Apesar dos discursos a favor da descolonização da África lusófona, a inclinação do voto brasileiro na ONU seria a abstenção quando a matéria relativa às colônias portuguesas fosse apreciada.

A contradição da política externa brasileira, sobretudo no âmbito da ONU, diante da questão angolana despertou fortes críticas por parte de defensores de uma posição mais firme do Brasil em favor da independência daquele país. No Congresso Nacional brasileiro, registraram-se veementes discursos que criticavam a posição oficial do Brasil. Segundo Saraiva, para muitos parlamentares o País retrocedia em relação aos postulados apresentados pelo próprio Presidente na formulação da política externa independente. Já os deputados anticomunistas apoiaram a posição de Quadros e do seu Chanceler Afonso Arinos, uma vez que estes parlamentares eram contra o apoio brasileiro a movimentos de libertações no continente africano que expressassem inspiração comunista, como era o caso do Movimento Popular para Libertação da Angola (MPLA). Em 25 de agosto de 1961, Jânio Quadros renunciou. No seu lugar, assume João Goulart, então Vice-Presidente.

O governo Goulart foi caracterizado pela continuação do desenvolvimento das relações do Brasil com o continente africano²⁰. Nesse sentido, logo após o novo governo assumir o poder, Tancredo Neves, então Primeiro ministro do novo governo parlamentarista, afirmou, em seu primeiro discurso três princípios gerais, pelos quais deveria o Brasil assistir aos Estados africanos dali em diante. O primeiro era, a solidariedade moral, pelo fato de que esses países sofreram a colonização européia. O segundo dizia respeito ao fato de que os povos coloniais eram produtores de matérias-primas também exploradas pelo Brasil. E, por último, o vislumbre de que o problema do colonialismo na África era mais importante e imediato para a preservação da paz no mundo do que questões de segurança baseadas em ideologia (SOUZA, 2003, p. 28). Objetivando o estreitamento das relações com o continente africano, foram ampliadas as relações, principalmente com Gana, Senegal e Nigéria, nos quais estavam as três principais embaixadas brasileiras na África Subsahariana.

²⁰ As relações do Brasil com o Continente africano eram com os países já independentes, os da colônias francesas e inglesas. Até nesse período nenhum país da colônia portuguesa era independente.

Em relação à descolonização da África lusófona, na Assembléia das Nações Unidas, o ex-chanceler e chefe da delegação brasileira, Afonso Arinos de Melo Franco, afirmou em seu discurso que:

Os vínculos especiais entre o Brasil e Portugal existem e continuarão a ser um elemento para a nossa esperança de que a situação em Angola será pacificamente resolvida... de uma forma compatível com os interesses portugueses e angolanos e com a preservação dos elementos culturais e humanos que são características da presença portuguesa na África (SARAIVA, 1994, p. 28).

As declarações do diplomata brasileiro foram consideradas desastrosas pelo grupo de países africanos nas Nações Unidas. Por outro lado, o discurso de Afonso Arinos provocou descontentamento por parte da delegação portuguesa, que acabou por abandonar o recinto, uma vez que, ao analisar o relatório preparado pelo Comitê Especial que investigou as condições em Angola, o chefe da delegação brasileira criticou parcialmente a metrópole, mas terminou convocando-a para o exercício de liderança do movimento para tornar Angola livre e para a transformação da província rebelde em país independente, amigo de Portugal e do Brasil.

Considerado por especialistas em política africana do Brasil como o maior exemplo de ambigüidade no período, ocorreu em 1963, na Mensagem anual do Presidente da República ao Congresso Nacional. Na ocasião, Goulart apresentava as diretrizes da Política Externa Independente. Ao descrever a política brasileira para a África Portuguesa, argumentou que o País já havia reconhecido e iria continuar reconhecendo o direito de independência dos povos africanos. O Presidente João Goulart acrescentou que o Brasil havia estimulado os poderes coloniais a concederem a autodeterminação dos povos, incluindo a independência para Angola e outros territórios ultramarinos de Portugal (SARAIVA, 1994, p. 300).

Para concluir, pode-se afirmar que apesar de discursos de autoridades brasileiras a favor da descolonização dos territórios portugueses na África, as suas posições foram marcadas pela ambigüidade. Na verdade, apesar de discurso oficial que condenava o colonialismo, o governo brasileiro limitou-se a se abster nas votações, no âmbito da ONU, de matérias relativas à descolonização da África lusófona. Desse modo, Saraiva (1994) argumenta que as indecisões brasileiras espelhavam, na verdade, as próprias ambigüidades da política africana do Brasil. Eram, mais corretamente, duas políticas: uma abrangente, de aproximação direta à África Negra, e outra, cujas relações com a África ainda passava pela herança lusotropicalista e da Comunidade Luso-Brasileira.

No que diz respeito à política interna, verifica-se que nos fim de 1963 e começo de 1964 o conflito político intensificou-se em uma atmosfera carregada de denúncias de golpes e contra-golpes. Em 31 de março de 1964, o Presidente João Goulart foi derrubado por um golpe militar que, conseqüentemente, mudou os postulados da política africana do Brasil.

3.3 Os Governos Militares e os TPA

No governo do Marechal Castelo Branco, primeiro presidente da Era Militar, a política externa brasileira recuava drasticamente em sua dimensão africana e anticolonialista. Desse modo, as percepções que haviam sublinhado a inflexão brasileira para a África, fundamentada na solidariedade aos povos recém-independentes, verificada durante os governos Quadros e Goulart, foram abandonadas pelo novo governo. No primeiro governo militar, a atenção da política externa brasileira para o continente africano passou a ser centrada na dimensão geopolítica do Atlântico. Em relação aos territórios lusófonos, três meses depois do Golpe Militar, em 31 de julho de 1964, na ocasião da formatura da turma de 1963, no seu discurso, o Presidente Castelo Branco argumentou:

A expressão 'política de independência' tem sido deturpada e perdeu utilidade descrita. (...) No presente contexto de uma confrontação de poder bipolar (...) a preservação da independência pressupõe a aceitação de um certo grau de interdependência. (...) Qualquer política realista de descolonização não pode desconhecer nem o problema específico de Portugal, nem os perigos de um desengajamento prematuro do Ocidente" (BITELLI, 1989, p. 184).

Ainda naquele discurso, o presidente brasileiro definiu o contexto no qual a política externa brasileira para a África deveria se pautar: a Guerra Fria, a segurança coletiva e a participação nas ações externas sob auspícios dos Estados Unidos (SARAIVA, 1995, p. 100). Na verdade, a política africana no governo Castelo Branco foi determinada pela idéia de que a maioria das nações africanas, e muitos dos movimentos de libertação da África estava contaminada pelo comunismo. Desse modo, o presidente, com suas preocupações voltadas para a segurança coletiva do Atlântico, desenvolveu ações que inibiriam relações fraternas com as novas nações africanas.

Em síntese, durante o governo Castelo Branco (1964 a 1967), a política externa brasileira, no que diz respeito ao processo da descolonização dos territórios portugueses na África, foi marcada pelo apoio brasileiro a Portugal. A rígida visão bipolar do governo brasileiro identificava-se com Portugal e, logo, sua política colonial com o ocidente, enquanto o anticolonialismo era associado ao perigo comunista. Nesse sentido, Saraiva argumenta que:

Parte do apoio brasileiro a Portugal deve ser entendida, assim, como uma herança das idéias do lusotropicalismo. Mas outra, mais utilizada aos objetivos geopolíticos pós-1964, associava o legado às percepções geopolíticas e anticomunistas. Portugal era considerado um instrumento seguro para a constituição de vantagens econômicas para o Brasil, que as regras do jogo colonial ainda permitiam, na eventualidade da formação de uma comunidade afro-luso-brasileira (BITELLI, 1989, p. 122).

No governo Costa e Silva (1967 a 1969), segundo presidente militar depois do Golpe de 1964, a política africana foi redefinida. O desenvolvimento industrial brasileiro levava o país a buscar novos mercados e à intensificar os fluxos comerciais com o continente africano. No tocante aos territórios portugueses na África, a posição brasileira, no entanto, continuava a ser de apoio a Portugal nos foros multilaterais, embora isso prejudicasse politicamente a imagem do país junto às nações africanas recém independentes.

Em 29 de novembro de 1968, o Brasil votou, ao lado de Portugal e da África do Sul, contra a Resolução nº 2.395 (XXIII) das Nações Unidas, que condenava todo tipo de colonialismo. A referida Resolução foi aprovada por 96 votos contra 3 (Brasil, Portugal e África do Sul) e 13 abstenções. Embora o Brasil continuasse a apoiar Portugal em foros multilaterais, certas atitudes dos formuladores da política externa brasileira, como o discurso do chanceler brasileiro Magalhães Pinto, na ocasião da sua visita a Portugal, expressavam o crescente desconforto dessa posição para a diplomacia brasileira. O chanceler brasileiro argumenta o seguinte: “Não podemos fugir ao desafio da História, nem descurar das nossas afinidades com o mundo em acelerada renovação. Mas, ao fazê-lo, temos procurado preservar a tradição que nos é cara” (BITELLI, 1989, p. 185).

Foi no terceiro governo militar, o de Garrastazu Médici (outubro de 1969 a março de 1974), que ocorreram mudanças significativas na política africana do Brasil. Na verdade, o governo Médici promoveu a reativação das relações do Brasil com o continente africano. A visita do Ministro das Relações Exterior Gibson Barboza a nove países da África Subsaariana, entre 25 de outubro e 22 de novembro de 1972, foi a mais clara manifestação do esforço oficial visando a aproximação do País com a África²¹. A visita do chanceler brasileiro simbolizou a reativação da diplomacia aos objetivos da recolocação do continente nos mercados brasileiros (SARAIVA, 1994, p. 306).

²¹ O chanceler brasileiro, Gibson Barbosa, visitou Senegal, Costa de Marfim, Gana, Togo, Daomé (atual Benin), Nigéria, Camarões, Zaire e Zaire (CERVO; BUENO, 2002, p. 421).

Em relação à descolonização da África lusófona, verifica-se que, apesar dos esforços do governo Médici visando a aproximação do continente africano, o Brasil continuou a posicionar-se a favor do colonialismo português naquele continente. O fato é que no terceiro governo militar, a idéia da Comunidade Luso-Brasileira ganhava novo alento e, desse modo, o Brasil continuava a apoiar, nos foros multilaterais, a política colonial portuguesa na África. Mas no final de seu governo, o Presidente Médici percebeu que a atitude brasileira de apoiar Portugal nos foros multilaterais prejudicava as relações do Brasil com os países africanos independentes. Nesse sentido, “Médici deixou o governo com recomendações expressas de que o Brasil deveria tomar passos mais decisivos no sentido de reconhecer a necessidade de autonomia das colônias portuguesas na África”. No seu lugar assume o General Ernesto Geisel, inaugurando uma nova fase no relacionamento do Brasil com o continente africano.

3.4 O Pragmatismo Responsável e os TPA

No governo Ernesto Geisel, quarto governo do período militar (março de 1974 a março de 1979), a linha de atuação diplomática passou a dar prioridade aos interesses nacionais autonomamente definidos, rejeitando um alinhamento automático e apriorístico com o Mundo Ocidental, cujos valores declarava, entretanto, seguir identificando-se. A noção de Pragmatismo Responsável como princípio norteador da política externa do quarto governo militar foi introduzida por Geisel no discurso pronunciado por ocasião da primeira reunião ministerial do seu governo (MAIOR, 1996. p. 337). O novo governo que priorizou o relacionamento com nações latino-americanas e africanas.

Em relação à política africana, o Brasil reforçou a cooperação com a África subsahariana, desenvolveu uma política de cooperação com os novos países socialistas da África, reverteu a tradicional cooperação com a África do Sul e pôs um ponto final no alinhamento a Portugal em seus interesses colonialistas no continente africano. Concernente aos territórios lusófonos na África, ressalte-se que este foi o ponto mais delicado das relações do Brasil com o continente africano, uma vez que dificultou um relacionamento mais íntimo com os países africanos que não viam com bons olhos o apoio brasileiro ao colonialismo português na África. Todavia, no governo Geisel, as posições brasileiras que até então tinham sido pautadas pela ambigüidade e/ou pela defesa incondicional ao colonialismo português na África seriam mudadas totalmente.

A mudança da posição brasileira em relação ao colonialismo português na África deveu-se a vários fatores, e o mais importante foi o econômico. A primeira crise de petróleo, entre 1973 e 1974, a guerra do Oriente Médio, de 1973, e a emergência da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) foram elementos que facilitaram o entrelaçamento da cooperação entre países africanos e os países árabes (SARAIVA, 1994 p. 159). Em 24 de novembro de 1973, 17 países da África Negra, exportadores de petróleo, incluíram o Brasil na lista dos seis países que receberiam sanções econômicas, com o embargo do petróleo, por conta das suas posições nas questões da descolonização de Angola e Moçambique. O Brasil dependia na época do petróleo africano e árabe para suprir as suas necessidades internas. Mas foram os acontecimentos que culminaram com a Revolução dos Cravos e a queda do regime de Salazar em Portugal, em abril de 1974, que facilitariam a solução do problema da política externa brasileira diante da delicada questão da descolonização da África lusófona.

Na verdade, apesar das pressões que os países africanos recém independentes faziam ao Brasil nos foros multilaterais, visando a mudança da posição brasileira a favor do colonialismo português na África, o país encontrava-se numa posição cômoda, as pressões exercidas pelos países africanos não eram suficientes para modificar a posição dos governantes brasileiros, uma vez que estes se limitavam a condenar o Brasil. Na verdade, os novos Estados africanos demoraram a coordenar suas ações diante dessa questão e demoraram em perceber a importância do continente africano para o projeto desenvolvimentista brasileiro da década de 1970. Nesse altura Brasil dependia muito dos petróleo vindos dos países africanos e asiáticos Esta tomada de consciência ocorreria somente na primeira metade da década de 1970, como já mencionado, e, nesse sentido, os países africanos exportadores do petróleo ameaçaram incluir o Brasil na lista dos países que iriam sofrer embargo petrolífero caso continuasse a apoiar Portugal. A partir de então a posição brasileira frente a questão da descolonização dos territórios lusófonos na África mudaria totalmente.

3.5 O reconhecimento da independência da Guiné-Bissau

Em 16 de julho de 1974, o Brasil reconheceu a independência da Guiné-Bissau, mesmo antes das conclusões das negociações entre Portugal e os líderes do movimento de libertação. A posição brasileira não foi bem recebida pelas autoridades portuguesas. Mário Soares criticou o reconhecimento unilateral brasileiro, sem qualquer consulta prévia a Portugal. Desse modo, o

Brasil rompia unilateralmente com o Tratado de 1953, assinado com Portugal, que impossibilitava o Brasil de tomar uma posição independente nos foros multilaterais, em assuntos relativos às colônias portuguesas no continente africano.

Em setembro de 1974, na abertura da Assembléia Geral das Nações Unidas, o Chanceler brasileiro Azeredo da Silveira deu boas-vindas à Delegação da Guiné-Bissau, argumentando na ocasião o seguinte: “Como Ministro das Relações Exteriores do Brasil e como brasileiro, nada me poderia proporcionar maior satisfação do que saudar o ingresso, nesta Organização, de um novo país africano e de língua portuguesa, ao qual nos sentimos ligados, pois, pelos vínculos de sangue e da cultura” (SILVEIRA, 1974a, p. 39).

No mesmo momento, o Chanceler Azeredo da Silveira condenou o *apartheid* sul-africano e deixou claro qual seria a posição brasileira em relações aos territórios lusófonos na África a partir de então. Nesse sentido, ele afirmou que “o Brasil prestará o seu apoio a que os povos, ainda sujeitos a formas de dominação colonial, possam alcançar, no mais curto prazo possível, a independência nacional a que aspiram” (SILVEIRA, 1974b, p. 40).

De fato, o reconhecimento de Guiné-Bissau foi um ato de especial importância política para o Brasil, pois o país se antecipou a Portugal e ao mundo ocidental em geral no gesto de reconhecer a primeira nação de expressão portuguesa a tornar-se livre nos últimos 150 anos. De importância não menor foram os atos de reconhecimento de independência de Moçambique, de Cabo Verde, de São Tomé e Príncipe e de Angola, todos em 1975. A independência da Guiné-Bissau abriu caminho para relações político-diplomático deste país com os demais países.

4 RELAÇÃO POLÍTICO-DIPLOMÁTICO GUINÉ-BISSAU/BRASIL (1974 A 2002)

As relações entre o Brasil e o continente africano, como um todo, pode ter como marco histórico a própria comunicação colonial, visto que o tráfico negreiro era de fato uma prática recorrente que aproximava os continentes. Mesmo que os Estados brasileiro e africanos não existissem ainda como entidades políticas autônomas, a vida dos povos de ambos territórios sofria constante interferência dos Estados do continente europeu, o que acarretava, podemos considerar, em uma “relação forçada” (VASCONCELOS, 2014. P. 42).

A Guiné-Bissau recém emancipada de Portugal, via com bons olhos o estreitamento dos laços com o Brasil. A possibilidade de se estabelecer relações fora das malhas do comércio neocolonial e dos alinhamentos da Guerra Fria animava este jovem Estado africano, uma vez que tinha que negociar a sua dependência econômica em face da ex-metrópole e era consciente de que a consolidação da sua independência era também objeto de disputa entre as superpotências.

Do lado brasileiro, o discurso culturalista marcou o começo dessas relações. Na época, enfatizavam-se muito as relações históricas e culturais que unem o Brasil com a Guiné-Bissau. O discurso do chanceler brasileiro na XXX Assembléia Geral da ONU, em setembro de 1975, ao saudar os recém independentes Cabo Verde, Moçambique e São Tomé e Príncipe, infatizou aspecto culturalista da política externa brasileira para os PALOP na época:

A estes países está o Brasil especialmente ligado pelos laços de um passado em muitos pontos comum, que desejávamos ver agora projetado num futuro de colaboração e entendimentos. (...) Ao saudar os novos países de língua portuguesa que ingressam na Organização, desejo deixar constância da fraterna compreensão com que o Brasil acompanha o desenrolar da descolonização de Angola. O Brasil se sente ligado ao futuro do novo estado africano por vínculos históricos e de sangue, que reforçam a comunidade de interesses resultante da vizinhança forjada sobre o atlântico (SILVEIRA. 1975, p. 35).

É importante notar que o discurso da afinidade lingüística e, conseqüentemente, cultural e histórica foi também reproduzido do outro lado do atlântico. De fato, a herança colonial compartilhada e a identidade de inúmeras manifestações culturais, entre as quais o idioma, são fatores impossíveis de se relevar, que funcionam como lastro para a promoção de um diálogo mais franco e confiável (CASTRO, 1992, p. 29).

Resumidamente, as relações do Brasil com a Guiné-Bissau durante a década de 1970 desenvolveram-se de forma extremamente auspiciosa e significativa em todos os campos, particularmente no intercâmbio comercial: o Brasil participou, com êxito, das feiras internacionais realizadas em Angola, Cabo Verde e Moçambique. Cresceu quantitativa e

qualitativamente a cooperação com a Guiné-Bissau, ao mesmo tempo em que se iniciaram importantes entendimentos e programas de cooperação com São Tomé e Príncipe, Angola, Cabo Verde e Moçambique, na agricultura, na indústria e no comércio. Para tratar de diversos aspectos dessas relações, visitaram o Brasil diversas delegações dos PALOP, e vice-versa. Além da cooperação bilateral, o Brasil apoiou, durante a década de 1970, nos órgãos competentes das Nações Unidas, todas as iniciativas de assistência multilateral aos cinco países africanos de língua oficial portuguesa.

As relações político-diplomáticas entre a Guiné-Bissau e o Brasil, que haviam começado na segunda metade da década de 1970, assentaram as suas definições a partir da década de 80, intensificando-se por meio de diversos mecanismos, entre os quais a troca de visitas de autoridades dos dois lados. O auge nessas relações foi sem dúvida a visita presidencial brasileira ao continente africano, ocorrida em novembro de 1983, realizada pelo então Presidente João Figueiredo, ocasião em que foram incluídos dois países dos PALOP, Cabo Verde e Guiné Bissau²². Tal inclusão na agenda da visita presidencial, não só confirmou a boa fase nas relações entre o Brasil e os dois países como também entre o Brasil e os restantes dos PALOP, como bem observa Saraiva:

A visita de Figueiredo à Guiné-Bissau e Cabo Verde representava o reconhecimento ao processo de independência de toda a África portuguesa e à cooperação independente que o Brasil vinha mantendo com todos eles. A visita àqueles dois países substituíra, simbolicamente, a não visita a Angola e Moçambique (SARAIVA, 1994, p. 191).

Na sua visita a Guiné-Bissau e a Cabo Verde, de 17 a 21 de novembro de 1983, respectivamente, o Presidente João Figueiredo discutiu, com os respectivos Chefes de Estado, assuntos relativos aos outros PALOP. Tanto na Guiné-Bissau quanto em Cabo Verde o presidente brasileiro criticou o sistema do *apartheid*, as ameaças e os atos de agressão e desestabilização empreendidos sistematicamente pela África do Sul contra os Estados da Linha de Frente²³,

²² O Presidente Figueiredo visitou naquela época cinco países africanos (Nigéria, Guiné-Bissau, Senegal, Cabo Verde e Argélia).

²³ A Linha da Frente foi a primeira forma de Coordenação e Integração Regional formalmente reconhecida dos países da África Austral e visava a Mobilização e Cooperação de esforços para fortalecer os Movimentos de Libertação Nacional que lutavam contra a opressão colonial na região. Por iniciativa dos presidentes, Agostinho Neto - Angola, Samôra Marchel - Moçambique, Seretse Khana - Botswana, Julius Nierere - Tanzânia e Kenneth Kaunda - Zâmbia, foi criada a LINHA DA FRENTE, em Abril de 1977. Os países da Linha da Frente, uniram esforços no sentido de travar as acções de desestabilização militar, desencadeadas pelo regime do Apartheid da África do Sul contra os países independentes da região. A Linha da Frente, tinha por objectivo a libertação total dos povos e territórios oprimidos e sob dominação política, económica e social na África Austral. A

especialmente a República Popular de Angola e a República Popular de Moçambique. O Chefe de Estado brasileiro elogiou as ações empreendidas conjuntamente pelos PALOP, para o estreitamento dos laços de solidariedade e de suas relações de amizade e de cooperação, tendo formulado votos de êxito para a IV Conferência dos Chefes de Estado dos PALOP, que seria realizada em dezembro do mesmo ano, em Bissau (FIGUEIREDO; VIEIRA, 1983, p. 17)

O Presidente José Sarney não rompeu com os postulados da política africana do seu antecessor. No que diz respeito às relações com os PALOP, em maio de 1986, ele visitou Cabo Verde e, em janeiro de 1989, Angola. Na ocasião de sua visita a Cabo Verde, o Presidente Sarney reafirmou a importância dos PALOP nas relações internacionais do Brasil e condenou como Figueireiro com veemência o *apartheid*, além de exigir a cessação definitiva das ações de agressão e de desestabilização empreendidas sistematicamente pela África do Sul contra os Estados da Linha de Frente, especialmente a República Popular de Angola e a República Popular de Moçambique, afirmando:

Tem o Governo brasileiro reiterado a sua inflexível condenação à continuada ocupação ilegal do território da Namíbia pelo Governo de Pretória, bem como a política agressiva e desestabilizadora da África do Sul contra os países vizinhos, em especial as repúblicas populares de Angola e de Moçambique, países aos quais estamos ligados, tal qual Cabo Verde, por vínculos inquebrantáveis de caráter histórico, lingüístico e cultural (SARNEY, 1986, p. 42)

Em sua visita a Angola, os assuntos relacionados aos PALOP mereceram igualmente a atenção dos dois chefes de Estado, a exemplo do que aconteceu em Cabo Verde. Os dois governantes iniciaram entendimentos com vistas à criação de um mecanismo institucional para a cooperação multilateral dos países de expressão portuguesa em temas de natureza cultural.

No mesmo ano, em novembro, ainda no âmbito do relacionamento com os PALOP, o Presidente Sarney promoveu, em São Luiz do Maranhão, a 1ª Cimeira de Chefes de Estado do Brasil, dos PALOP e de Portugal, com a finalidade de congregar os sete países – cujo idioma oficial é o português – na defesa, no conhecimento, no ensino e na difusão da língua portuguesa, de sua cultura e das diversas literaturas que a têm como meio de expressão. Dessa reunião surgiu o Ato Constitutivo do Instituto Internacional de Língua Portuguesa (IILP), considerado por muitos especialistas o primeiro instrumento institucional da Comunidade dos Países de Língua

independência do Zimbabué foi sem dúvidas uma vitória do movimento da Linha da Frente. Disponível em <<http://juniorzoluia.blogspot.pt/2013/03/a-linha-da-frente-objectivos-da-sua.html>>. Acesso em 03 jan. 2015.

Portuguesa (CPLP). No encontro, o presidente brasileiro ressaltou a importância da língua portuguesa na cooperação dos países lusófonos e da inserção destes no novo cenário internacional. Desse modo ele argumentou que:

No mundo contemporâneo, bens imateriais, como o conhecimento e a informação, tornam-se cada vez mais importantes não só para o aprimoramento espiritual do homem, mas também como meios de viabilizar o progresso econômico e o bem-estar dos povos. Na era da informática, dos bancos de dados, do correio eletrônico e da televisão sem fronteiras, o fato de dispormos de um mesmo meio de comunicação acessível a nossos povos de ter suas potencialidades plenamente exploradas (SARNEY, 1989, p. 41-46).

De modo geral, pode-se afirmar que as relações entre a Guiné-Bissau e o Brasil, nas décadas de 70 e 80, foram significativas, apesar do período ser bastante conturbado para os dois lados do Atlântico Sul. Houve um alargamento de cooperação e de ajuda, podendo até mesmo ser considerado como o mais diversificado relacionamento transcontinental entre países menos desenvolvidos, embora tenham se desenrolado sem qualquer planejamento em longo prazo ou senso de coordenação.

4.1 Relações Político-Diplomaticas no período monopartidário (1974 a 1989)

No final de 1974, a Guiné-Bissau já tinha se tornado independente e governado por regime de partido único, de inspiração marxista socialista. As relações entre Guiné-Bissau e Brasil foram alcançadas sem grandes percalços.

Segundo a doutrina marxista-leninista, na ocasião vigente no país, o centro de todas as decisões importantes da sociedade e do Estado está localizado no partido. Isso significa, pelo menos em teoria, que é o partido que comanda o Estado e, em consequência, elabora e decide sobre política externa. Desse modo, na Guiné-Bissau, o PAIGC era único partido legítimo que estava no poder e representava o povo guineense interno e internacionalmente, era quem orientava a política externa durante toda as décadas de 1970 e 80 e, em razão da formação marxista de várias lideranças do processo de descolonização, fez com que este se aproximasse do bloco soviético e fizesse do Leste um aliado político e econômico muito importante. A União Revolucionária Socialista Soviética (URSS) sempre tinha se posicionado favoravelmente à luta anticolonial e forneceu um estratégico apoio financeiro, militar e de colaboração técnico-científica ao jovem Estado.

O argumento de Raymond Aron de que, em política externa, os principais interesses de que o Estado seja responsável são os que implicam a sobrevivência da nação, mas, logo em seguida, vem a satisfação e a proteção dos seus interesses econômicos, que ilustra bem o momento que a Guiné-Bissau atravessava logo após a conquista de sua independência (ARON, 1986, p. 399).

Em 16 de julho de 1974, o Brasil reconheceu a independência da Guiné-Bissau, antecipando-se a Portugal e ao mundo ocidental de modo geral. O reconhecimento da independência da Guiné-Bissau pelo Brasil ocorreu quase um ano depois de esta ter sido declarada unilateralmente pelo PAIGC, em 24 de setembro de 1973, depois de já ter conquistado cerca de 85% do território do país. Para a diplomacia brasileira, o reconhecimento “da independência da primeira nação de expressão portuguesa a tornar-se livre nos últimos 150 anos adquiriu uma dimensão especial” (BRASIL, 1974, p. 74).

Em setembro de 1974 foi criada a Embaixada do Brasil na Guiné-Bissau, com sede em sua capital, Bissau. Em agosto do ano seguinte, o Ministro dos Negócios Estrangeiros do novo Estado africano, Victor Saúde Maria, visitou o Brasil, com o objetivo de manter contatos com autoridades brasileiras e de dar início às negociações para o estabelecimento da cooperação entre os dois Estados em diversas áreas de interesses. Na ocasião, o ministro guineense foi agraciado pelo governo brasileiro com a Ordem do Cruzeiro do Sul.

Ainda na ocasião da visita do Ministro Saúde Maria ao Brasil, o chanceler guineense ressaltou a importância da cooperação brasileira para o desenvolvimento daquele jovem Estado, afirmando:

A cooperação brasileira e o valioso apoio que o Brasil tem prestado à dura luta do nosso povo frente às dificuldades herdadas do colonialismo, dá nos a certeza do triunfo da nossa causa e, portanto, da consolidação e fortalecimento da nossa independência e liquidação total do atraso em que nos deixou. (...) O ritmo crescente da cooperação entre os nossos países mostra claramente a firme intenção do Governo brasileiro e de seu presidente de contribuir para o desenvolvimento da Guiné-Bissau, com vista à consecução dos objetivos do nosso governo (MARIA, 1975).

Dando procedimento aos contatos iniciados pelo Ministro Vitor Saúde Maria, esteve no Brasil, em março de 1976, a primeira missão da Guiné-Bissau. A missão guineense foi recebida pelo Presidente Ernesto Geisel e estabeleceu contatos com autoridades de diferentes setores da administração brasileira, com a finalidade de verificar as possibilidades de cooperação entre os dois países, em vários campos de interesse. O resultado de todos esses contatos entre as

autoridades dos dois países seria conhecido em maio de 1978, quando da nova visita do Ministro de Negócios Estrangeiros da Guiné-Bissau ao Brasil. Na oportunidade, foram assinados os Acordo de Amizade, Comércio, Acordo de cooperação Técnica e Científica.

No âmbito das relações políticas do Brasil com a Guiné-Bissau, entre 1974 e 1989, várias autoridades dos dois países trocaram visitas oficiais visando o estreitamento dessas relações, que vão desde Ministros de Estado dos dois países até o mais alto nível – as visitas dos Chefes de Estado. Nesse sentido, o Presidente da República da Guiné-Bissau, Luiz Cabral, visitou o Brasil em junho de 1980, constituindo-se, assim, no primeiro Chefe de Estado dos PALOP a visitar o Brasil. Durante a sua estada, o Presidente guineense visitou o Congresso Nacional e o Supremo Tribunal Federal, reunidos em sessão conjunta em sua honra. Nos discursos dos dois Chefes de Estado, por ocasião de jantar oferecido pelo presidente brasileiro a seu homólogo guineense, no Palácio do Itamaraty, ficou clara a importância da visita do presidente guineense para as relações entre os dois países. Segundo o Presidente Figueiredo:

Para traz ficam as afirmações pessimistas e as conclusões dos que só enxergam empecilhos e estorvos à colaboração eficiente entre países em desenvolvimento, de recursos escassos. (...) Ainda há, naturalmente, muito por fazer, apesar do muito já realizado. A visita com que nos honra Vossa Excelência abrirá, estou certo, novas perspectivas à cooperação horizontal e ao intercâmbio mutuamente vantajoso entre nossos povos e governos FIGUEIREDO, 1980, p. 125-126).

Do lado guineense, o Presidente Luiz Cabral afirmou:

A natural expectativa com que encaramos esta primeira visita oficial à Republica Federativa do Brasil adquiriu uma particular dimensão, confirmada pelas manifestações de amizade de que fomos alvo, (...) Alcançada a independência, abriram-se novos horizontes ao convívio entre nossos povos. O Brasil cedo compreendeu que diante de nós se apresentava um vasto campo de cooperação nos mais diversos domínios – do econômico ao científico, do tecnológico ao cultural (CABRAL, 1980, p. 127).

Os dois presidentes passaram em revistas as relações bilaterais e expressaram sua satisfação com o desenvolvimento então alcançado na cooperação entre a Guiné-Bissau e o Brasil. Identificaram-se, contudo, novas e amplas possibilidades de cooperação e trocas de experiências nos domínios da agropecuária, da mineração, da indústria, do comércio, da prestação de serviços, bem como nas áreas de educação, cultura, ciência e tecnologia. O Presidente Luiz Cabral convidou o Presidente brasileiro para visitar oficialmente a República da Guiné-Bissau, o qual foi aceito pelo Chefe de Estado brasileiro.

Ao voltar para Bissau, depois de visitar o Brasil, o Presidente Luiz Cabral foi deposto, em 14 de novembro do mesmo ano, por golpe de Estado dirigido pelo General João Bernardo Vieira (Nino), então Primeiro Ministro. O Brasil permaneceu afastado dos acontecimentos internos daquele Estado, seguindo a sua política de não ingerência nos assuntos internos dos países com os quais mantêm relações políticas. O Brasil seria o décimo segundo país a reconhecer o governo do General Vieira, logo após a República da Guiné Conacri (ABREU, 1988, p. 100).

A convite do novo Chefe de Estado guineense, o Presidente João Figueiredo visitou a República da Guiné-Bissau em novembro de 1983, durante a sua visita ao continente africano. No seu discurso após sua chegada em Bissau, o Presidente Figueiredo reiterou a relevância da Guiné-Bissau com primeiro país africano de língua portuguesa reconhecido independente pelo Brasil e visitado por um Presidente brasileiro:

Minha vinda a este continente é a realização de um velho projeto e não poderia ser mais apropriado que fosse a Guiné-Bissau o primeiro país de fala portuguesa ao qual me dirijo. Há mais de nove anos, o Brasil e a Guiné-Bissau estabeleceram relações diplomáticas. Desde então, invariavelmente, soubemos, guineenses e brasileiros, desenvolver relacionamento profícuo e exemplar, animado pelo espírito de justiça, pela coincidência de aspirações, dentro do mais estrito respeito às respectivas soberanias e identidades nacionais. Soubemos sempre incentivar nossa cooperação bilateral, expandindo-a a diversos domínios. (FIGUEIREDO, 1983a, p. 16)

Durante a visita do Chefe de Estado brasileiro àquele país, os dois mandatários discutiram temas de conjuntura internacional da época e manifestaram sua repulsa a toda e qualquer forma de discriminação racial, particularmente ao sistema do *apartheid*. No âmbito bilateral, os dois presidentes reconheceram a necessidade de desenvolver esforços, a fim de conferir às suas relações bilaterais uma qualidade que fosse a dimensão dos indefectíveis laços históricos e culturais que unem os dois povos e reconheceram também a importância da realização de contatos regulares ao mais alto nível entre personalidades de ambos os países. Nesse sentido, o Presidente Figueiredo convidou o seu homólogo guineense a visitar oficialmente o Brasil (FIGUEIREDO, 1983b, p. 16).

O chefe de Estado guineense visitou o Brasil em julho de 1984. O presidente Nino Vieira e sua comitiva visitaram além de Brasília, os Estados do Rio de Janeiro, Bahia e São Paulo, onde foram recebidos pelos respectivos governadores. As visitas realizadas pela comitiva guineense a estes três Estados brasileiro visavam à expansão das áreas de cooperação entre os dois países.

Durante a visita oficial do Chefe de Estado guineense, os dois Chefes de Estado passaram em revista vários aspetos das suas relações bilaterais (BRASIL; GUINÉ-BISSAU, 1984, p. 8).

Na entrevista durante sua visita no Brasil, o Presidente Nino Vieira afirma que, “das antigas colônias portuguesas na África, a Guiné-Bissau demonstrou claramente que o Brasil poderia ser uma alternativa a Portugal, por meio de cooperação privilegiada com Portugal e Brasil” (VIEIRA, 1984, p. 59).

As relações políticas entre os dois países foram intensas nos quinze primeiros anos após o seu estabelecimento oficial, como se pode constatar com as visitas oficiais entre as autoridades dos dois países, que foram numerosas, transformando, assim, a Guiné-Bissau no país africano mais visitado oficialmente pelas autoridades brasileiras (ABREU, 1988, p. 100).

4.2 Abertura democrática e o afastamento brasileiro (1990 a 1995)

As mudanças profundas ocorridas no fim da década de 1980, que culminaram com o fim da bipolaridade, afetaram profundamente o quadro político internacional do início da década de 1990. No continente africano, o início da década de 1990 foi marcado por profundas mudanças no campo político e no campo econômico. O fenômeno da globalização e o fim da Guerra Fria revelaram a grave marginalização mundial do continente africano, em termos políticos e econômicos. Deste modo, “ao mesmo tempo, fortaleceu-se a hegemonia do ideário liberal na economia (em prol de livre fluxo de mercadorias, capital financeiro, desestabilização e liberalização de mercados) e na política (eleições democráticas, pluralismo político e respeito aos direitos humanos individuais)” (DÖPKE, 2002, p. 149).

No campo político, o início da década de 1990 ficou conhecido no continente africano como o tempo da segunda independência em razão da onda de transições políticas ocorridas no continente. A onda de transição política ocorrida na África no início da década de 1990 foi originada por uma convergência extraordinária de fatores externos e internos favoráveis, com ênfase do primeiro fator. Na verdade, fatores externos como a queda dos regimes comunistas do Leste Europeu, principal aliado dos regimes monopartidários na África desde os processos da independência desses países, contribuíram muito para a abertura política na África. Para Riley (1992), a queda dos regimes comunistas do Leste Europeu simbolizou a falência da fonte

ideológica desses regimes e o fim da principal inspiração deles. E não só isso: os países do Leste Europeu começaram a ser também grandes competidores da ajuda das agências internacionais do ocidente.

Um outro fator externo relevante foi a influência das agências financiadoras da ajuda externa. De fato, as agências financiadoras intensificaram, no início da década de 90, as suas pressões para que os regimes retirassem os obstáculos para o desenvolvimento do mercado privado. Estas agências acreditavam que o regime monopartidário e a economia centralizada e estatizada é que impossibilitavam resultados positivos na economia e que causavam a crise fiscal. Na verdade, os obstáculos para o desenvolvimento do continente africano não eram somente os regimes autoritários, mas sim uma mistura de diversos fatores de origem interna e de origem externa ao continente, entre eles a baixa competitividade dos produtos africanos no mercado internacional e o protecionismo dos países desenvolvidos.

Entre os fatores internos que influenciaram a onda da transição democrática na África, no início da década de 1990, destaca-se a atuação da sociedade civil organizada. Nos países onde ocorreram reformas econômicas importantes e maior progresso social depois da independência emergiu uma massa crítica que, com alguma capacidade de expressão e disseminação, deu corpo a essa realidade irrecusável, que é a sociedade civil organizada. Vale lembrar que o envolvimento da sociedade civil organizada na política africana e no desenvolvimento africano não é completamente novo. Nos anos que mediaram as guerras, sob forma de sindicatos, de clubes de juventude e literários e de associações para melhoramentos locais, a sociedade civil organizada nascente foi um importante componente dos movimentos nacionalistas que combateram o regime colonial e trouxeram a independência aos respectivos países nos anos 1960. É também verdade que o desenvolvimento da sociedade civil organizada no continente africano foi gravemente restringido e a sua capacidade para promover o desenvolvimento democrático foi circunscrita pelos regimes autoritários em busca de hegemonia que prevaleceram na África nos primeiros 30 anos de independência.

Organizações da sociedade civil do continente africano contribuíram, e muito, para a abertura de sistemas políticos anteriormente fechados. Citando alguns exemplos: no início dos anos 90 associações de professores, estudantes e comerciantes lideraram a luta para pôr fim a anos de regime autocrático no Benin; em Gana, a Ordem dos Advogados e o Conselho Cristão e

União Nacional dos Estudantes de Gana desempenharam papéis-chave para pôr fim à ditadura quase militar de Jerry Rawlings e do Conselho Provisório de Defesa Nacional; na Zâmbia, o movimento laboral abriu o caminho para a redemocratização, tal como os “civvies” na África do Sul.

Nos TAP, o fim da Guerra Fria, e conseqüentemente o fim da ajuda soviética a estes países, vieram confirmar uma tese há muito defendida por vários estudiosos de que o desenvolvimento econômico-social de que estes cinco países necessitam só poderia ser alcançado por intermédio da inserção na nova realidade mundial: maior liberdade política e econômica. Os casos mais sensíveis foram protagonizados por Angola e Moçambique, onde uma guerra civil era alimentada pelas duas concepções dominantes envolvidas na Guerra Fria. Neste sentido, Carlos Lopes, argumenta que “o discurso político atual advoga ao mesmo tempo a necessidade de liberalização, e conseqüentemente redução do papel interventor do Estado, e o aumento da liberdade democrática, esquecendo os imperativos da construção nacional, que foram o motor da transição passada” (LOPES, 1994, p. 59-66).

Na Guiné-Bissau, após a conquista da independência em 1973, o país optou por um modelo de desenvolvimento profundamente inspirado no modelo socialista, embora o PAIGC, partido que conduziu vitoriosamente a luta de libertação nacional contra o colonialismo português, nunca tivesse inscrito no seu Programa, como fizeram os seus companheiros de luta de Angola e Moçambique, a construção do socialismo como uma meta a atingir, trabalhavam no sentido de atingir um sistema socialista.

Esta opção tinha sido motivada essencialmente por duas razões. Por um lado a ajuda recebida dos países socialistas e particularmente da então União Soviética, que tinha que ser de alguma forma reconhecida, ao mesmo tempo que se deviam criar as condições internas para que, através de um relacionamento econômico de novo tipo, se pudessem preservar os aliados naturais. Por outro lado, tinha-se constatado que os países que tinham ensaiado um modelo de desenvolvimento de tipo liberal viram as suas estratégias fracassadas. Já nos anos setenta o Banco Mundial tinha constatado a dramática situação que prevalecia em África, nomeadamente no que dizia respeito à produção de alimentos. Verificara-se uma acentuada lentidão do crescimento econômico global, e uma mediocridade da produção agrícola conjugada com o rápido crescimento demográfico (CARDOSO, 1995, p. 2).

No entanto, ao assumir o poder (1973-80), o presidente Luís Cabral, transformando, após a independência, as células do PAIGC em um canal de informação, inteligência e segurança, a partir de um cálculo estratégico-político, demonstrava preocupação com o poder de um exército dominado pelas camadas sociais mais baixas e com pouca ou nenhuma educação formal. Iniciou-se um amplo programa de reconstrução nacional e de desenvolvimento com inspiração socialista (além do apoio da União Soviética, China e Cuba). Além desses países, Luís Cabral também desenvolveu uma política externa de aproximação com Portugal, onde se deslocou oficialmente para conversações no âmbito da cooperação institucional. Em razão desta aproximação, foram assinados com a ex-metrópole acordos de cooperação em diversas áreas: financeira, econômica, técnica, científica, cultural, judicial, diplomática e consular. O bom entendimento entre os povos levou à visita do General Ramalho Eanes, então presidente de Portugal, a Guiné-Bissau, de 20 a 25 fevereiro de 1979. em seu discurso, o chefe de Estado português afirmou: “Vim trazer à Guiné-Bissau, como representante legítimo do povo português, a sua mensagem de confiança neste reencontro de dois povos e duas nações que, vencendo as distâncias e os conflitos, souberam criar imperecíveis vínculos de fraternidade” (BISSAU, 2009).

O presidente da Guiné-Bissau não limitou sua política externa à cooperação do país com Portugal, tendo feito visitas diplomáticas à França e a Cuba, bem como procurou uma aproximação entre Angola e Portugal ao convidar o Presidente da República portuguesa, General Ramalho Eanes, e o Presidente da República Popular de Angola, Dr. António Agostinho Neto, para um encontro em Bissau, realizado de 24 a 26 de Junho de 1978.

Apesar do esforço do presidente Luis Cabral, em reforçar cooperações com países amigos para a construção e desenvolvimento do novo Estado, instalou-se no seio do PAIGC a desconfiança aliada à instabilidade desde a morte de Amílcar Cabral e da independência. Além disso, segundo TEXEIRA (2008), o conflito ideológico dividiu o partido em três alas. A primeira era o grupo mais moderado do PAIGC, que defendia a reforma interna no partido. O segundo grupo era composto na sua maioria por jovens que acabaram de retornar dos seus estudos nos países estrangeiros, entre os quais os valores da democracia eram amplamente aceitos e definidos. O terceiro grupo era o mais duro/tradicional, formado na sua maioria por antigos combatentes guineenses que defendiam uma política conservadora em defesa dos seus interesses e privilégios.

Foi nessa altura que, João Bernardo Vieira²⁴ (Nino Vieira), Primeiro Ministro de Cabral e antigo comandante das Forças Armadas, organizou o golpe militar de 14 de Novembro de 1980. Entre outras justificativas para o golpe estavam a promoção dos cabo-verdianos²⁵ para os cargos administrativos, a má situação econômica do país, bem como o fuzilamento dos combatentes da liberdade da pátria em Cumeré.²⁶ Ainda segundo MENDY (1996), outra justificativa do golpe foi a alegação do desvio da linha de Amílcar Cabral, cuja implicação econômica era o abandono da estratégia de desenvolvimento de orientação socialista que dava prioridade ao melhoramento e a modernização da agricultura. Ainda segundo o mesmo autor, os novos governantes anunciaram que, como herdeiros de Amílcar Cabral, continuariam a edificação de uma política nacional

²⁴ Guerreiro, político, general e um dos líderes africanos, João Bernardo Vieira, vulgarmente conhecido por Nino, nasceu em 27 de abril de 1939, em Bissau. Aos 21 anos, Nino inscreveu-se como militante no Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo-Verde (PAIGC) fundado em 1956 por Amílcar Cabral, Aristides Pereira e um grupo de companheiros, cujo objetivo primordial era a luta pela libertação do longo domínio colonial português. Em 1959, em resultado da desilusão obtida com os métodos pacíficos de resistência, o PAIGC encetou a luta armada. Nino abandona, então, a carreira de eletricitista iniciada na adolescência e dedica-se à de guerrilheiro e político. Nessa altura, João Bernardo Vieira alista-se, convito, nas fileiras do Partido, cujas altas instâncias decidem enviar o jovem para a República Popular da China. Neste país recebeu um ano de formação intensiva militar, o que o tornou apto a incorporar a luta, iniciada em 1963, pela independência da Guiné. Em 1964, era chefe militar na região de Catió (localizada no Sul do país, junto à fronteira com a República da Guiné Conakri). Em 1965, ao completar 26 anos de idade, já "Kabi", apelido pelo qual Nino era conhecido nas fileiras da guerrilha, era vice-presidente do Conselho de Guerra e comandante da Frente Sul. Em 24 de setembro de 1973, João Bernardo Vieira, já como presidente da Assembleia Nacional Popular que o PAIGC se encarregara de constituir nas "zonas libertadas", foi dada a honra de ler a proclamação da independência da República da Guiné-Bissau, na zona de Madina do Boé. Em 1974, Nino era presidente da Assembleia Nacional como também comissário das Forças Armadas Revolucionárias do Povo (FARP). De 1977 a 1978, Nino Vieira, responsável pelas tropas guineenses, deslocou-se, com o intuito de receber formação militar especializada, ao Estado-Maior das Forças Armadas Cubanas, após o que ascendeu aos cargos de comissário principal (primeiro-ministro) e presidente do Conselho Nacional do PAIGC. Apesar do desempenho de tão altos cargos nacionais, a ambição de Nino Vieira funcionou como mola propulsora do "Movimento Reajustador" que, a 14 de novembro de 1980, afastou Luís Cabral da chefia do Estado e o fez presidente do Conselho da Revolução. Em 1994, após uma luta de diversas formações políticas guineenses, realizaram-se as primeiras eleições multipartidárias na Guiné-Bissau, João Bernardo Vieira derrotou, na segunda volta, o renovador Kumba Ialá. A partir desta data, o Presidente Nino procurou assumir uma atitude mais dialogante para com as forças da oposição, mas deparou com as crescentes resistências dos membros do próprio PAIGC, a começar pelo secretário-geral Manuel Saturnino da Costa, que em 1997 acabou por ser afastado da chefia do Governo, em detrimento de Carlos Correia.. Entre junho de 1998 a maio de 1999 a guerra civil iniciou na Guiné-Bissau. Um grupo de revoltosos liderados pelo antigo companheiro de guerrilha de Nino - Ansumane Mané - revoltou-se contra a ordem instituída por Nino. No entanto, Nino é destituído do cargo em 1999. Pendendo sobre ele graves acusações, nomeadamente a de corrupção e de abuso do poder, procura exílio no estrangeiro, tendo escolhido Portugal como destino. De volta ao seu país passados seis anos de exílio, concorre às eleições presidenciais de 2005 e torna-se de novo o presidente da Guiné-Bissau. Na madrugada de 2 de março de 2009, o Presidente da Guiné-Bissau foi assassinado por militares rebeldes num ataque à sua residência (DIDINHO, 2009).

²⁵ Nessa altura, os combatentes queriam o país nas suas próprias mãos, não nas mãos dos cabo-verdianos. Os cabo-verdianos controlavam uma boa parte e altos cargos do aparelho de Estado, e foram os principais colaboradores dos portugueses durante o processo de colonização na Guiné-Bissau.

²⁶ Cumeré fica no setor de Nhacra, região de Oio a 30 km de Capital Bissau

independente, no quadro de uma sociedade sem exploração de uma política nacional independente, de uma sociedade sem exploração do homem pelo homem.

No entanto, sem derramamento de sangue, João Bernardo Vieira (Nino) que liderou o golpe de 14 de Novembro, assumiu o país como novo presidente. Isso levou à desvinculação do PAIGC de Cabo Verde, que preferiu se tornar um partido separado. A partir de então, o partido passa a ser conhecido como Partido Africano para Independência de Cabo-Verde (PAICV). Com essa separação, a Guiné-Bissau passa a ser dirigida pelo novo regime.

O golpe de Estado de 14 de novembro de 1980 afastou Luis Cabral do poder. Esse acontecimento ficou conhecido como “movimento reajustador”. A partir dessa data, a Constituição foi suspensa e o país passou a ser dirigido por Conselho de Revolução, liderado por Nino Vieira (RIZZI, 2010). Ainda segundo a mesma autora, a nova constituição foi aprovada em 1984, fazendo o país voltar a um regime civil, sob a presidência do líder golpista Nino Viera.

Assim, ao assumir o poder, o presidente Nino Vieira que se considerava, herdeiro do pensamento de Amílcar Cabral, não conseguiu levar adiante os objetivos do PAIGC e começou a perseguir alguns membros que ele considerava uma ameaça, o que levou, em março de 1984, o Primeiro Ministro Victor Saude Maria a ser acusado de preparar um golpe de Estado.

No ano seguinte, o Primeiro Vice-Presidente e ministro de justiça, Coronel Paulo Correia, ex-procurador geral da República, Viriato Rodrigues Pã, entre outros membros do PAIGC, dentre eles o ex-chefe de estado maior general das forças armadas Batista Tagme na Waie²⁷, foram acusados de uma tentativa de golpe de Estado, acusação essa que os levou a serem presos, torturados e alguns mortos²⁸. Este incidente ficou conhecido como “Caso 17 de Outubro” (FERNANDES, 2009). Em 1987, novos boatos de uma outra tentativa de golpe levou à suspensão do Vice-Presidente e ministro das forças armadas, Iafai Camará, que depois de duas semanas de prisão domiciliar, foi autorizado a voltar exercer as suas funções.

Embora o regime de Nino Vieira tenha se caracterizado por acusações de eliminação dos oponentes políticos, não devem ser ignoradas as reformas no setor da saúde e medidas para o

²⁷ Tagme na Waie foi chefe de Estado Maior entre 2004 a 2009

²⁸ Este acontecimento deu-se no ano de 1985, devido o conflito interno no seio do PAIGC e do Governo, com a detenção de 60 pessoas, acusadas de conspiração. Em Julho de 1986, seis dos detidos, todos militares, foram mortos por fuzilamento. Os restantes detidos foram condenados a penas de prisão que variaram de 1 a 51 anos, tendo seis deles falecido na prisão (SOARES, 2013, p. 54).

aumento da produção agrícola e diversificação da economia por ele tomadas. Além disso, a performance econômica continuou a ser baixa e o país continuou a depender da ajuda externa, para gerir os déficits crescentes. Entretanto, as Forças Armadas nunca perderam o senso de direitos adquiridos, a partir de sua experiência na guerra de libertação – vale lembrar a equiparação de poderes ainda hoje existente na Guiné-Bissau entre o Presidente e o Chefe das Forças Armadas. Esta coexistência de um exército de libertação e um partido de cunho socialista no governo acabou por favorecer execuções e assassinatos políticos.

A primeira medida formal tomada pelo poder no sentido de fazer face ao vento da mudança democrática que se anunciava foi a criação, em Junho de 1988, na sequência de uma reunião alargada do Comité Central (CC) do PAIGC, de uma Comissão alargada de reflexão. Esta comissão era composta não só por dirigentes do PAIGC, mas igualmente por alguns quadros e técnicos que, embora outrora membros de estruturas políticas ligadas de alguma forma ao PAIGC e continuando a merecer alguma confiança do mesmo, mantinham porém, por razões várias, alguma distância em relação à nomenclatura.

Com a participação deste grupo de pessoas nesta Comissão, o PAIGC quis por um lado alargar e aprofundar a reflexão que já se vinha fazendo a nível das suas estruturas internas, nomeadamente na Comissão Ideológica e, por outro, abrir as fileiras do Partido à uma corrente de opiniões menos ortodoxa, querendo assim produzir uma imagem de pluralismo.

Tratava-se, segundo o então secretário permanente do CC do Partido e 2º Vice-Presidente do Conselho de Estado:

de uma maneira mais ampla, de uma maneira mais profunda, de analisar a situação nacional, não só partidária, mas também estatal : actividades dos diferentes órgãos do Estado e do Partido ; o papel do partido em relação aos órgãos do Estado ; e saber em que medida, nas condições actuais que estamos a viver, e com as transformações, apercebemos de facto, que se havia também que adoptar medidas complementares de transformação nas estruturas do Partido (CARDOSO, 1995, p. 8).

Na opinião do PAIGC estas reflexões deviam contribuir em primeira linha para a manutenção do *statu quo*, no qual ele devia continuar a ser o motor das transformações e a força política dirigente da sociedade. Partiu portanto para a reflexão já com uma ideia preconcebida: ela não devia conduzir à admissão do multipartidarismo como sistema político, e tampouco propor mudanças que significassem uma perda de liderança do PAIGC em certos setores da sociedade, como por exemplo nas organizações de massas.

Dai que alguns dos altos dirigentes tivessem ficado escandalizados quando um dos membros da Comissão de reflexão propôs que, num novo sistema político a instituir, os trabalhadores deviam eleger livremente o seu próprio líder.

Em relação ao multipartidarismo muitos dirigentes do PAIGC pensavam naquela altura que ele representava certos perigos, particularmente em África, onde, na opinião destes políticos, a vida econômica, política e social é muito diferente da dos países europeus, podendo a multiplicidade de partidos conduzir ao tribalismo e à guerra civil. Mas nessa mesma altura já existia no seio do PAIGC uma corrente que estava disposta a levar as reformas até a última consequência e que pensava que, mais do que mexer em certas estruturas deste partido, se tratava de instituir novas formas de funcionamento da sociedade e sobretudo novos mecanismos de ligação entre as suas instituições políticas, que garantissem as liberdades fundamentais do cidadão (CARDOSO, 1995, p. 9).

Esta divergência de concepção do alcance e da profundidade das transformações vai consolidar-se ao longo do processo de transição a ponto de provocar uma cisão no seio do próprio Partido.

Foi necessário esperar pelo IIº congresso extraordinário, o congresso de Renovação, Unidade Nacional e Aprofundamento da Democracia, realizado de 20 de Janeiro a 1 de Fevereiro de 1991, para se decidir pelo multipartidarismo. Além disso foram aprovadas uma série de medidas importantes para o processo de abertura. Foi aprovada a Plataforma programática de transição do PAIGC para o processo de transição; recomendou-se a revisão da Constituição; recomendou a eliminação do Artigo IV da Constituição, o qual consagrava o PAIGC como força política legítima, dirigente da sociedade e do Estado. A nova Constituição entrou em vigor em 9 de maio de 1991. Aprovou-se também, a decisão da despartidarização das forças armadas e a desvinculação da central sindical União Nacional dos Trabalhadores da Guiné (UNTG) do PAIGC (COSTA; FALÉ, 1992, p. 121).

Mas, apesar do reconhecimento formal do multipartidarismo, o partido não aceita de ânimo leve a ideia do pluralismo. No seio do próprio partido, continuava a haver uma luta entre o velho e o novo. No congresso extraordinário tinha sido aprovada a integração nos novos estatutos do direito à livre expressão, mas na prática continuou-se a funcionar nos velhos moldes. Com o

tempo, esta resistência ao pluralismo de ideais de fato conduziu ao aparecimento de uma dissidência no seio do partido.

Neste contexto, por ocasião da realização da reunião do CC de Junho de 1991, surge a Carta dos 121, assinada por um grupo de militantes que, manifestando a sua fidelidade ao PAIGC e a sua disposição em lutar para salvar o partido, tinha como principal reivindicação a democratização interna do PAIGC, o diálogo com as formações políticas nascentes, e a definição de uma linha política clara que permitiria restaurar a confiança dos militantes e simpatizantes.

Mais tarde, sob pressão da sociedade civil e das forças políticas emergentes, são aprovadas uma série de leis. Mas as leis foram sendo aprovadas a conta gotas, e nunca se teve a preocupação de criar um pacote de medidas que pudessem permitir uma descolagem definitiva do processo de reforma, com vista à implantação do multipartidarismo e à realização das eleições.

Em Maio de 1991 a Assembleia nacional introduz uma revisão pontual na Constituição, aprovando a queda do artigo IV que consagrava o PAIGC como força dirigente, e aprova a Lei-quadro dos partidos, sem que, no entanto, fossem aprovadas outras leis que viabilizassem a real aplicação das primeiras. Criou-se assim um vazio institucional que muito contribuiu para atrasar o processo de transição e agudizar as tensões.

Apesar dos discursos pomposos como o do presidente da Assembleia nacional afirmando sua aposta no multipartidarismo como uma das formas mais avançadas da democracia, garante de uma vida coletiva organizada e eficiente, assente nos princípios de valorização das liberdades individuais, igualdade e solidariedade, a situação no seio do PAIGC continuava a deteriorar-se. O relacionamento entre o Partido no poder e as forças da oposição emergentes era de grande críspação receando alguns até que a situação descambasse numa confrontação armada.

Contrariamente ao que muita gente pensava, mesmo a criação da Comissão multipartidária de transição em Agosto de 1992 – e mesmo esta também arrancada com muito custo ao partido no poder, após uma tentativa por parte do presidente do Conselho de Estado em negociar com os líderes da oposição separadamente –, não melhorou a situação. Embora tenha começado os trabalhos em Julho de 1992, a posse dessa Comissão multipartidária de transição pelo presidente do Conselho de Estado e do PAIGC, verificou-se apenas em agosto, portanto, dois meses depois da sua criação.

Os trabalhos deste órgão foram marcados durante muito tempo por um grande impasse devido a divergências registadas entre o Partido no poder e a oposição relativamente à precedência do escrutínio e devido ao atraso na criação de mecanismos legais, burocráticos e políticos para um bom desenrolar do processo eleitoral. Em consequência disso a data das eleições teve que ser adiada diversas vezes.

Enquanto isso, o PAIGC tentava ganhar tempo para se recompor das suas crises, crises estas que não eram tão recentes quanto pareciam. Elas não datavam apenas dos anos noventa, da chamada época de abertura, mas tinham as suas raízes nos anos oitenta, tendo começado a manifestar-se recentemente com maior veemência devido a uma conjuntura social e política diferente, digamos assim favorável à manifestação de todos os tipos de jogos políticos.

Assim, em 1991, iniciou-se o processo de liberalização do regime, reforçado pelo surgimento de novas forças políticas.

Já no Brasil, a ascensão de Fernando Collor de Mello, segundo presidente civil pós-ditadura e por meio da adoção do neoliberalismo como política econômica, em 1990, abriram nova fase de distanciamento em relação à África. No contexto do fim da Guerra Fria e da criação do Mercosul, em 1991, a África foi considerada um cenário secundário, nos marcos de uma diplomacia baseada numa visão primeiro-mundista e neoliberal da globalização. O número de diplomatas brasileiros na África diminuía constantemente, como lembra Flávio Saraiva: em 1973 era de 25, atingindo 34 em 1989 e caindo para 24 em 1996, já na gestão de Fernando Henrique Cardoso. (VISENTINI; PEREIRA, Sd, p. 3).

No campo da política externa, o governo Collor rompeu com o consenso construído a partir de 1974, com base em uma sólida estrutura burocrática e no apoio das elites políticas e econômicas do país (HIRST, 1995, p. 7). Procurou-se reforçar laços com países do Primeiro Mundo e principalmente com os Estados Unidos da América. Mas, com a crise política interna deflagrada ainda no primeiro ano do mandato do novo governo, o perfil da política externa do país foi revertida, “no plano econômico-comercial, a imagem do Brasil também viu-se deteriorada vis-a-vis da comunidade de negócios, fosse pela atitude pouco dócil assumida no início do governo Collor nas negociações da dívida externa, ou pelas resistências domésticas” (HIRST; PINHEIRO, 1995, p. 10).

As expectativas lançadas pelo governo Collor de Mello, no que diz respeito à política externa, mudaram completamente a consequência da crise política interna que levaria à destituição do presidente e à sua substituição pelo seu vice-presidente, Itamar Franco. Após os primeiros meses de governo, Itamar Franco imprimiu o tom da atuação internacional do seu governo, no entanto, o que se viu foi a retomada de alguns temas da agenda Collor, paralelamente à adoção de um posicionamento marcado pela condição de país em desenvolvimento. O novo governo reafirmou os compromissos já assumidos de não-proliferação nuclear, envidou esforços para o aprofundamento de integração regional, reafirmou as alterações implementadas pelo governo anterior no âmbito da Rodada Uruguai, evitou o aprofundamento das diferenças com os Estados Unidos e aproximou-se às potências médias como China, Índia, Rússia e África do Sul.

No que diz respeito às relações do Brasil com o continente africano, o período 1990 a 1995 foi marcado pela tendência declinante. Durante o governo Collor de Mello, as relações com o continente foram caracterizadas por “opções seletivas”, com prioridades precisas e bem delimitadas, assim como o enfoque foi recortado a poucos países, regiões e temas. Em setembro de 1991, o presidente Collor visitou quatro países africanos como parte das estratégias da política africana do seu governo. Segundo Saraiva, a visita do presidente Collor a quatro países africanos pode ser melhor entendida partindo do fato de que o governo Collor de Mello “teve que se curvar ao peso do nacionalismo de fins e toda uma tradição diplomática de flexibilidade, multilateralismo e diversidade de parceiros que se enraizara na política exterior brasileira” (SARAIVA, 1996, p. 320).

Durante o governo Itamar Franco, apesar de iniciativas como a redução do número de Embaixadas brasileiras no continente africano, algumas medidas foram tomadas com a finalidade de reverter parcialmente a tendência declinante nas relações entre o Brasil e continente africano, entre os quais destacam-se a aproximação com a África do Sul e participação do Brasil na pacificação de Angola e Moçambique. Com o fim do *apartheid* na República da África do Sul, o governo brasileiro relançou a proposta de criação da Zona de Cooperação de Atlântico Sul com o objetivo de abrir um canal comum entre os países do Cone Sul e esta região. Uma outra iniciativa importante tomada durante o governo Itamar Franco, no tocante a política africana do Brasil, foi a proposta de criação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), em março de 1993. A iniciativa foi impulsionada por uma motivação histórico-cultural, visando o estabelecimento de uma maior coordenação entre os membros no manejo de temas de política internacional.

As relações políticas e diplomáticas entre o Brasil e os PALOP não foram abaladas negativamente pelas transformações políticas internas verificadas tanto no Brasil como nos cinco países africanos lusófonos, como afirma Antônio J. Rezende de Castro, ex-Chefe da Divisão da África II do Ministério das Relações Exteriores do Brasil:

O Governo Brasileiro, que mantinha com todos os PALOP excelentes relações políticas e, em maior ou menor grau, relações econômicas e de cooperação, vê com satisfação essa evolução e pretende continuar estreitando os vínculos de toda ordem que nos unem aos países irmãos de língua portuguesa, sempre respeitando a vontade de seus povos, livremente expressa em eleições livres e justas (CASTRO, 1992, p. 32).

Ainda relativo às relações político-diplomáticas entre o Brasil e os PALOP, na primeira metade da década de 90, apesar de não sofrerem grandes abalos, o diálogo político entre os dois lados foi baixo se comparados às duas décadas anteriores.

O cenário internacional do início da década de 1990 foi marcado por uma nova fase nas relações entre as nações, uma vez que foram deixadas de lado as alianças militares e os alinhamentos políticos que fecundaram o mundo bipolar e maniqueísta. O fim da União Soviética e dos estados comunistas do Leste Europeu deu lugar ao mundo multipolar, em que a economia de mercado serve de base para a nova construção jurídica e estimula o reagrupamento dos países em blocos econômicos. Neste sentido, embora baseado em laços culturais, foi lançada, em 1983, a iniciativa para a criação da CPLP, e foi nesse âmbito que ocorreu, nos primeiros seis anos da década de 1990, a maioria das ações que visavam o estreitamento das relações entre a Guiné-Bissau e o Brasil.

A exemplo dos demais países da África, na República da Guiné-Bissau as mudanças ocorridas no cenário mundial no fim da década de 1980 e início da década de 1990 influenciaram os rumos da política e da economia do país. O fim da ajuda soviética e o aumento das pressões das instituições financeiras para maior liberdade política e econômica maior levaram o governo de Guiné-Bissau a mudar os rumos da sua política e da sua economia.

Na primeira metade da década de 1990 o diálogo político entre Brasil e Guiné-Bissau foi pouco expressivo se comparado aos mantidos nas décadas 1970 e 80. Acreditamos que este fato deve-se à considerável perda de importância econômica e comercial de Guiné-Bissau para o Brasil. Os mais relevantes contatos políticos entre o Brasil e Guiné-Bissau, de 1990 a 1995, ocorreram no âmbito do processo da institucionalização da CPLP e do apoio brasileiro à realização das primeiras eleições multipartidárias naquele país em 1994.

No âmbito do processo da institucionalização da CPLP, o embaixador do Brasil em Portugal, José Aparecido de Oliveira, visitou Guiné-Bissau, em abril de 1993. Guiné-Bissau foi o primeiro PALOP visitado pelo embaixador brasileiro na sua missão de transmitir aos chefes de Estado daqueles países a mensagem do presidente brasileiro sobre a criação da CPLP. Na ocasião, além do presidente Vieira, o diplomata brasileiro manteve contatos com várias autoridades guineenses e recebeu apoio destes para a iniciativa brasileira. O diplomata brasileiro também discutiu com o presidente guineense assuntos relativos à cooperação bilateral entre Brasil e Guiné-Bissau.

O ano de 1991 marca o início do processo de democratização na República de Guiné-Bissau. Durante este ano foram produzidas duas leis fundamentais para a institucionalização do regime democrático no país, a saber: a Lei Constitucional nº 1/91, que solenemente põe termo ao regime de partido único, e a lei nº 2/91 relativa ao estabelecimento dos partidos políticos. A realização das eleições multipartidárias na Guiné-Bissau, em julho de 1994, contou com apoio logístico de várias Organizações Internacionais e de vários países também, entre eles o Brasil. Neste sentido, o governo brasileiro doou, em 1994, ao Governo de Guiné-Bissau 3.500 urnas eleitorais.

Os resultados das eleições que mantiveram no poder o PAIGC, partido que governa o país desde a independência e que mantiveram na presidência da República, João Bernardo Vieira, presidente do país desde 1980, não alteram os rumos das relações daquele país africano com Brasil. A mensagem do presidente Itamar Franco ao seu homólogo guineense ilustra a posição do governo brasileiro diante do processo de democratização de Guiné-Bissau. Deste modo o presidente Itamar Franco afirma que:

O Brasil acompanhou com vivo interesse o processo eleitoral da Guiné-Bissau, país irmão, parceiro da emergente Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, e alegra-se com o seu desenvolvimento pacífico e ordenado, do qual saiu vitorioso o PAIGC (BRASIL, DAF-II/DPL. 1994).

Ainda no âmbito das relações políticas, vale ressaltar o apoio do Governo de Guiné-Bissau à candidatura do Brasil, em 1990, à reeleição para o Conselho da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (CPPAA) para o período de 1991 a 1993.

4.3 Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), elo de reaproximação entre Guiné-Bissau e o Brasil (1996 a 2014)

Com a institucionalização da CPLP, em julho de 1996, inaugurou-se indiscutivelmente uma nova fase nas relações entre a Guiné-Bissau com o Brasil. Nesta seção, a nossa análise centrar-se-á nas relações da Guiné-Bissau com o Brasil a partir da criação da CPLP até 2014. No campo da atuação política e diplomática a CPLP reaproximou os dois lados do Atlântico.

Em novembro de 1989, no governo de José Sarney, dá-se o primeiro passo no processo de formalização da Comunidade, com a criação, na Cimeira do Maranhão, do Instituto Internacional de Língua Portuguesa (IILP), cujos objetivos contemplam a promoção, a defesa, a difusão e o enriquecimento da língua portuguesa, além do desenvolvimento de relações culturais entre os membros (MAIA, 2009, p. 44). Entre 1993 e 1994 o embaixador do Brasil em Portugal, José Aparecido de Oliveira, realizou um périplo aos PALOP, com a missão de transmitir às autoridades destes países a intenção do governo brasileiro de criar a CPLP e consequentemente obter o apoio destes ao projeto brasileiro. A visita do Embaixador Aparecido de Oliveira aos PALOP foi importante para a consolidação do apoio dos cinco estados²⁹ lusófonos da África ao projeto do governo brasileiro, uma vez que em todos esses países o diplomata brasileiro recebeu apoio oficial dos seus governantes. Ainda no âmbito do processo de institucionalização da CPLP, realizou-se, em outubro de 1983, a Terceira Conferência dos Ministros da Justiça dos Países de Língua Portuguesa, sob o tema Cidadania e Justiça.

Em fevereiro de 1994, realizou-se em Brasília a Primeira Reunião de Ministros de Negócios Estrangeiros e de Relações Exteriores dos Países de Língua Portuguesa. Na ocasião, os Chanceleres africanos reafirmaram a intenção de seus governos em apoiar a criação da CPLP, concebida como foro privilegiado para o aprofundamento da amizade mútua e o estabelecimento de uma agenda de cooperação entre os sete países³⁰. Foi criado o Grupo de Trabalho de Concertação Permanente, que teria como principal incumbência a organização da Cimeira dos chefes de Estado e de governo dos sete países, em Lisboa (Portugal), ainda no mesmo ano, com vistas à aprovação do ato constitutivo da CPLP (BRASIL; GUINÉ-BISSAU, 1994, p. 81-83).

²⁹ Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe

³⁰ Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor Leste

As palavras do ministro das relações exteriores do Brasil embaixador Celso Amorim, na abertura dos trabalhos do referido encontro, traduziram o otimismo das autoridades brasileiras em relação à criação da CPLP. Para o Chanceler brasileiro, “a comunidade dos lusófonos está vocacionada a exercer um papel de grande envergadura política” (AMORIM, 1994a, p. 33). No mesmo ano, em setembro, realizou-se em Brasília a Terceira Reunião dos Ministros da Educação dos Países de Língua Portuguesa, sob os auspícios da Educação e do Desporto, Murílio de Avellar Hingel. “Em uma reunião profícua, o Brasil assumiu compromissos nas áreas de educação a distância e de remessas de materiais escolares e didáticos aos países africanos.” (SARAIVA, 1996. p. 147). Neste sentido, no artigo de sua autoria intitulado “Lusofonia e Cooperação”, publicado no jornal O Globo, o Ministro Celso Amorim argumenta que,

A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, como já se tem dito, é fruto dos novos contornos que assumem as relações internacionais. Livre dos conflitos ideológicos do passado, os países buscam agora minimizar suas potencialidades nacionais mediante novas e inventivas formas de associação internacional. Muitos procuram agregar espaços essencialmente econômicos, outros encontram nas afinidades lingüísticas, culturais ou étnicas a fonte da sua inspiração. A comunidade dos Países de Língua Portuguesa abraça ambos os princípios, mas também se impõe pelo interesse nacional de Angola, Cabo-Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe na defesa e consolidação do idioma comum e projeção internacional de uma maneira própria de estar no mundo (AMORIM, 1994b, p. 171).

Do lado africano a iniciativa brasileira foi bem recebida. Deste modo o presidente da Guiné-Bissau, João Bernardo Vieira, expressou numa só frase a sua visão em relação a nova comunidade: “A maior coisa que Portugal nos legou foi precisamente a Língua”. Já Mascarenhas Monteiro, presidente da República de Cabo Verde, mostrou-se disponível para “trabalhar com afinco para o sucesso da Comunidade”, dizendo ainda que “ela é oportuna e do maior interesse para os povos que têm a língua portuguesa como patrimônio comum”. Do mesmo modo, os presidentes de Angola, de Moçambique e de São Tomé e Príncipe, José Eduardo dos Santos, Joaquim Chissano e Miguel Trovoada respectivamente, manifestaram o seu apoio à institucionalização da nova Comunidade (TORRES, 1994).

Não se pode ignorar o fato de existirem diferenças evidentes entre os sete Estados lusófonos, principalmente no nível de desenvolvimento. Portanto, é natural que existam expectativas diferentes entre eles em relação à criação da CPLP. No entanto estas divergências, podem não ser necessariamente conflitantes. Na verdade, tais diferenças provêm da trajetória histórica específica de cada país; ademais cunham cada país especificidades culturais e diferentes estágios de desenvolvimento econômico e do tecido social. Enquanto que Brasil e Portugal

constituem Estados muito consolidados, os PALOP encontram-se ainda no processo de construção e consolidação da unidade nacional, com as devidas consequências no desenvolvimento econômico e social desses países (FEIJÓ SOBRINHO, 1996, p. 107).

Deste modo, Brasil, PALOP e Portugal coincidem na necessidade de institucionalização da CPLP e que ela se traduza no esforço dos valores culturais comuns, para os PALOP, como um valor acrescentado, encontram-se também interessados, segundo uma perceptiva africana, na defesa e promoção da Língua Portuguesa como forma de potencializar os respectivos processos de desenvolvimento econômico e social (FEIJÓ SOBRINHO, 1996 p. 107). Acredita-se que as diferenças existentes serão superadas somente com boa vontade e colaboração de todos os membros e principalmente dos dois mais desenvolvidos (Brasil e Portugal).

Os objetivos da CPLP estão prescritos no artigo 4 do Estatuto da organização que afirma o seguinte:

1. São objetivos gerais da CPLP:

a) A concertação político-diplomática entre os seus membros em matéria de relações internacionais, nomeadamente para o reforço da sua presença nos fora internacionais;

b) A cooperação em todos os domínios, inclusive os da educação, saúde, ciência e tecnologia, defesa, oceanos e assuntos do mar, agricultura, segurança alimentar, administração pública, comunicações, justiça, segurança pública, economia, comércio, cultura, desporto e comunicação social;

c) A promoção e difusão da Língua Portuguesa, designadamente através do Instituto Internacional de Língua Portuguesa.

2. Na materialização dos seus objetivos a CPLP apoia-se em mecanismos de concertação e cooperação existentes ou a estabelecer no âmbito da Comunidade (COMUNIDADE DOS PAISES DA LINGUA PORTUGUESA, 1996, p. 1).

É importante ressaltar que apesar da iniciativa brasileira da institucionalização da CPLP os contatos políticos entre a Guiné-Bissau e o Brasil, nos cinco primeiros anos da década de 1990, foram baixos se comparados às décadas 1970 e 1980.

No entanto, para os PALOP, a importância da afirmação da língua portuguesa tem uma dimensão política significativa, uma vez que a língua se coloca não só como veículo de expressão

nacional, mas também como instrumento de afirmação de identidades nacionais em contextos regionais caracterizados por contiguidades linguísticas (CARDOSO, 2002, p. 102).

Para melhor compreensão das relações entre a Guiné-Bissau e o Brasil, de 1996 aos dias atuais é indispensável analisarmos primeiramente o cenário político guineense e brasileiro no período em questão.

A marginalização do continente africano tem sido crescente em várias áreas, entre as quais a política. No campo da política, ressalta-se que, apesar da transição para a democracia no início de ano 1990, o continente africano enfrenta hoje um grande desafio: a consolidação das novas democracias. Hoje, vive-se na África um pessimismo generalizado em relação às chances de haver realmente uma verdadeira consolidação do regime democrático no continente. Este fato deve-se a razões de cunho político, econômico e cultural. No que diz respeito às razões políticas, a verdade é que uma das dificuldades de consolidação democrática das novas democracias está no fato dos líderes dessas novas democracias e da elite delas, de uma forma geral, não terem a consciência do seu papel social para levar à consolidação. Eles acreditam que o fato de o governo ter sido eleito nas urnas já é uma prova de que o regime é democrático (WEFFORT, 1989, p. 5)

A Guiné-Bissau tem 41 anos de independência, 23 sob regime formalmente democrático, Já foram realizadas 6 eleições presidenciais e 5 legislativas. Porém, desde o regime do partido único (19973 – 1991), passando pela democratização, nenhum presidente³¹ e primeiro ministro³² eleito terminou seu mandato; todos foram alvo de golpes de Estado e tentativas de golpe, alguns dos quais vítimas de assassinato.

Neste sentido, O'Donnel argumenta que o fato de eleitores terem eleito um governo pela via democrática não garante automaticamente que esse governo irá fazer a transição para a consolidação democrática (O'DONNEL, 1991, p. 26).

Para Linz e Stepan, a democracia estará consolidada como “a única regra do jogo”, quando cinco condições são articuladas, a saber: 1) sociedade civil livre e ativa; 2) relativa

³¹ Presidentes de República de 1973 até a data atual: Luis Cabral (73-80), João Bernardo Vieira (80-98; 2005-2009), Malam Bacai Sanha (1999 interino; 2009-2011 eleito), Henrique Pereira Rosa (2003-2005, interino), Raimundo Pereira (2009 – 3 meses, interino; 2011-2012 interino), Serifo Nhamadjó (2012 a 2014), José Mário Vaz (atual).

³² Primeiros Ministros da Guiné-Bissau: Constantino Tixeira, Francisco Mendes (Tchico Té), João Bernardo Vieira, Victor Saude Maria, Paulo Correia, Carlos Correia (3 vezes), Manuel Saturnino Costa, Francisco José Fadul, Caetano N'tchama, Faustino Fudut Imbali, Alamara N'tchia Nhassé, Mario dos Reis Pires, António Artur Sanha, Carlos Gomes Junior (2 vezes) Aristides Gomes, Martinho N'dafá Cabi, Rui Duarte de Barros, Domingos Simões Perreira.

autonomia da sociedade política; 3) respeito efetivo da lei por todos os atores sociais; 4) administração pública eficaz e 5) economia diversificada (TOLENTINO, 1997, p. 168). Partindo dessa visão, pode-se afirmar que a democracia guineense ainda não se encontra consolidada, uma vez que as cinco condições acima descritas não estão bem articuladas, por enquanto, na Guiné-Bissau.

Na verdade, o que ocorre na Guiné-Bissau é que muitos consideram que ali vige uma democracia pelo simples fato de realizarem-se eleições multipartidárias periódicas. A democracia guineense acabou por adquirir a sua própria peculiaridade. Deste modo, na Guiné-Bissau perdeu-se de vista toda relação de cumplicidade social e vivência necessária para concretude da democracia, que passa pela realização de reformas societais que se impõem e que ultrapassam o campo político para atingir todos os domínios sociais. Neste sentido, acreditamos que a resolução de problemas econômicos, financeiros e relativos às forças armadas constitui uma condição necessária para a consolidação democrática na Guiné-Bissau.

A ascensão, no Brasil, de governos neoliberais, que tinham como base as regras ditadas pelo Consenso de Washington, promove, novamente, um distanciamento do país com o continente africano, claramente notado no governo de Fernando Collor de Mello. Como mostra Visentini:

A visão estratégica contida no Consenso de Washington, que orientava a nova elite brasileira, enfatizava as relações verticais Norte-Sul, em lugar das relações horizontais Sul-Sul. No contexto da Guerra Fria e da criação do Mercosul, em 1991, a África foi considerada um cenário secundário, nos marcos de uma diplomacia baseada numa visão primeiro-mundista e neoliberal da globalização (VISENTINI et al, 2007, p. 167).

Para o ex-presidente Fernando Collor de Mello a nova configuração internacional exigia uma mudança de postura do Brasil em política externa, cabendo à África um papel secundário nas relações internacionais do país.

A gestão de Itamar Franco, com Fernando Henrique Cardoso e, posteriormente, Celso Amorim chefiando o Ministério das Relações Exteriores, não houve grandes mudanças para as relações do Brasil com o continente africano. Para Ribeiro, havia contradições do ponto de vista do discurso, que assinalava a importância das relações com a África, e da prática diplomática, que a excluía do horizonte internacional do país (RIBEIRO, 2007, p. 112). Na prática, os esforços eram concentrados na África do Sul, recém saída do *apartheid*, Angola e Nigéria. Tiveram destaque nesse governo a reativação da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS),

a realização do Encontro de Chanceleres de Países de Língua Portuguesa, em Brasília, e o apoio aos processos de paz e reconstrução de alguns países do continente, com destaque para a ação em Angola (VISENTINI et al, 2007, p. 163).

É importante ressaltar que o primeiro espaço em que se começaram a delinear alguns princípios da Cooperação Sul-Sul (CSS) foi no quadro do 32º Período de Sessões da Assembleia Geral das Nações Unidas, em 1977. Esta reunião deu origem a uma resolução que incluiu um primeiro esforço por definir os objetivos da Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento (CTPD) e, de forma incipiente, os seus princípios. Naquele momento, definiu-se que a CTPD era um mecanismo para promover a capacidade nacional e coletiva dos países em desenvolvimento de tal forma que poderiam valer-se de meios próprios. Essa mesma resolução inclui que esta modalidade estava orientada para aumentar a capacidade criadora dos países para resolver os seus problemas de desenvolvimento. Em 1978, sempre no quadro das Nações Unidas, 138 países adotaram por consenso o Plano de Ação de Buenos Aires (PABA), ou plano para promover e realizar a CTPD (XALMA, 2011, p. 12).

Com a saída de Fernando Henrique Cardoso do Ministério das Relações Exteriores assume essa pasta Celso Amorim, marcando a volta de um diplomata à liderança do Itamaraty. O novo ministro dá um novo impulso às relações com a África. O projeto de constituição da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) merece destaque nessa nova articulação para a África. Com origens em 1989, efetivamente criada em 1996, durante o governo Fernando Henrique Cardoso, a CPLP pretende promover a cooperação entre os países de língua portuguesa. Em fevereiro de 1994, foi realizado, em Brasília, o Encontro de Chanceleres de Países de Língua Portuguesa. Na ocasião, o presidente Itamar Franco discursou no jantar oferecido pelo Embaixador José Aparecido, grande impulsionador do processo de criação da CPLP, e por Sarah Kubitschek, aos Chanceleres de língua portuguesa sobre a importância desse encontro de Brasília como um “novo e decisivo passo para a consolidação da Comunidade” (FUNAG, 2008). Para Ribeiro:

O esforço brasileiro para a consolidação da CPLP denota seu interesse em constituir um canal privilegiado de comunicação entre o Brasil e os PALOP. [...] projetando internacionalmente a imagem do país como ator protagonista na construção de uma provável “nova” ordem mundial mais voltada para os compromissos dos países em desenvolvimento do que para as economias avançadas (.RIBEIRO, 2007, p. 114-115).

Ainda mais importante foi o apoio, através de missões de paz, aos processos de paz reconstrução de Angola e Moçambique, que, para Ribeiro:

[...] adequava-se ao interesse do país em assegurar objetivos próprios em âmbito global [...] denota a preocupação em refletir a imagem brasileira para os PALOP [...] garantir apoio dos Estados africanos em seu pleito por um assento permanente do Conselho de Segurança da ONU (RIBEIRO, 2007, p. 115).

É importante destacar que, apesar de que houve uma aproximação maior com a África do que durante o governo de Collor, o governo Itamar não seria ainda aquele que viria a dar uma ênfase maior às relações Brasil-África.

Em relação aos governos de Fernando Henrique Cardoso, segundo Saraiva (1996), as relações entre o Brasil e a África se reduziram, mas não se extinguiram. Houve uma seletividade na escolha dos parceiros africanos, na qual se nota preferência por países da África Austral e alguns países-chave, como África do Sul e Angola (SILVA, 2009, p. 239). Silva afirma que “o interesse brasileiro na África selecionava parceiros e projetos específicos”, e isso transpareceria na viagem que o presidente fez à África do Sul visando atrair investimentos daquele país para o Brasil. Já em Angola, havia o interesse em investir no país e fazer doação em dinheiro para reabilitação de vítimas da Guerra Civil (SILVA, 2009, p. 224).

O Embaixador José Vicente Pimentel, o então Diretor-Geral do Departamento de África e Oriente Próximo do Itamaraty, defendia essa seletividade dizendo que, na África, os recursos deveriam ser aplicados com critério. Criticava os que defendiam uma chamada política africana, pois, para o Embaixador Pimentel, países distintos “oferecem oportunidades específicas, que demandam respostas individualizadas”. Ou seja, não seria possível aplicar uma mesma política a todos os países de um continente inteiro, pois cada país teria suas peculiaridades. Para o Embaixador Pimentel “seletividade não significa desinteresse pelas grandes causas comuns a todos os africanos – de resto, a toda a humanidade – como a busca da paz, o desenvolvimento econômico, a democracia, os direitos humanos (PIMENTEL, 2000, p. 6-7) . Dentro dessa seletividade, Pimentel advoga pelas relações do Brasil com África do Sul, Nigéria, Angola e demais países lusófonos.

Ribeiro mostra que, não tendo o continente africano ocupado um lugar de destaque na agenda internacional brasileira, trabalhou-se, em relação à África através de “concentração e seletividade”, com atividades voltadas à Angola e Moçambique em um trabalho voltado a

consolidação da CPLP. Silva também trabalha com o conceito de “seletividade” nas relações com o continente africano, destacando “a atração exercida pela África do Sul, Angola e Nigéria” e pelos países lusófonos da África (SILVA, 2009, p. 243) Nesse contexto, a CPLP é criada oficialmente em 1996 pelos 7 países de língua portuguesa (em 2002, com a independência do Timor Leste, esse país também ingressa na Comunidade).

Segundo Cervo, o Governo Fernando Henrique, “ao acoplar o setor externo e objetivos internos, corrompeu a funcionalidade da política exterior” (CERVO, 2002, p. 29). Durante o governo Fernando Henrique Cardoso, o Brasil avançou muito nas negociações para a integração do cone sul e da América do Sul, bem como negociou a Área do Livre Comércio das Américas (ALCA). No que diz respeito às relações do Brasil com o continente africano, verificou-se um claro declínio nas relações políticas entre as duas margens do Atlântico se comparadas às registradas nas décadas 1970/80. Esse período de separação findou no ano de 2003, com a chegada do presidente Lula da Silva a presidência do Brasil.

5 A GUINÉ-BISSAU E BRASIL NA ÉPOCA DO LULA E DILMA

Com a chegada de Luiz Inácio Lula da Silva à presidência da República, em janeiro de 2003, percebe-se que, em relação à África, há uma sintonia maior entre o discurso oficial e a prática. Isso ocorre porque esse governo apresenta uma política externa que enfatiza a importância de relações horizontais, ou seja, a cooperação entre países em desenvolvimento, como os africanos, no âmbito da cooperação Sul-Sul. Como lembram Visentini e Pereira, no governo Lula discurso e prática diplomática convergem para a construção de alianças preferenciais com parceiros no âmbito das relações Sul-Sul (VISENTI; PEREIRA, sd, p. 4).

Em 1 de janeiro de 2003, na sessão solene de posse no Congresso Nacional em Brasília, Lula afirma: “Reafirmamos os laços profundos que nos unem a todo o continente africano e a nossa disposição de contribuir ativamente para que ele desenvolva as suas enormes potencialidades” (BRASIL, 2003a).

Sua transmissão de posse do Ministro de Estado de Relações Exteriores, o Embaixador Celso Amorim apoia o desejo de Lula em cooperar com África. No seu discurso, Celso Amorim afirma,

Desenvolveremos, inclusive por meio de parcerias com outros países e organizações, maior cooperação com os países africanos. Angola e Moçambique, que passaram por prolongados conflitos internos, receberão atenção especial. Valorizaremos a cooperação no âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (a CPLP), inclusive com o seu mais novo membro, o Timor Leste (BRASIL, 2003b).

Durante o governo Lula, tem-se o lançamento do Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul (IBAS), uma iniciativa sul-africana de cooperação sul-sul que recebe total apoio do Brasil. Nesse sentido, o continente africano vem apresentado maior importância do que apresentava nos outros governos anteriores. Isso pode ser apontado através de uma série de elementos, como maior número de projetos de cooperação técnica; abertura de mais embaixadas em solo africano (revertendo a tendência dos anos 1990, de fechamento de diversas representações diplomáticas naquele continente); grande número de viagens presidenciais à África.

5.1 África mais perto do Brasil

No intuito de reaproximação, chama a atenção também a abertura de novas embaixadas no continente africano durante o governo Lula, seguindo, como informado, sentido contrário ao da política externa para a África na década de 1990, quando embaixadas na África foram

fechadas sob a alegação de restrições orçamentárias. Durante os 8 anos de governo Lula, foram abertas ou reabertas 16 embaixadas sendo que outras duas, Libéria e Serra Leoa, já têm abertura autorizada e devem começar a funcionar em pouco tempo, totalizando, assim, 36 embaixadas em solo africano, das quais 18 foram abertas ou tiveram início do processo de abertura no governo Lula, de maneira que desde 2003 o número de embaixadas dobrou. Benin, Burkina Faso e Mali, três integrantes do Cotton-4, são os países que passaram a contar com embaixadas brasileiras no Governo Lula. As novas embaixadas são: São Tomé e Príncipe (2003) – único PALOP que ainda não contava com representação brasileira -, Etiópia, República Democrática do Congo (2004), Benin, Cameroun, Guiné-Equatorial, Sudão, Tanzânia e Togo (2005), Botsuana, Guiné e Zâmbia (2006), Burkina Faso, República do Congo, Mali e Mauritânia (2007). No quadro a seguir é possível visualizar todas as embaixadas brasileiras na África.

Quadro 1 Embaixadas brasileiras no continente africano

| Criadas antes de Lula | Criadas na época do Lula | Fechadas na época do FHC, reaberta por Lula |
|-----------------------|--------------------------|---|
| África do Sul | Benin | Camarões |
| Angola | Botsuana | Etiópia |
| Argélia | Burkina Faso | Rep. Dem. do Congo |
| Cabo Verde | Congo | Tanzânia |
| Costa do Marfim | Guiné Conacri | Togo |
| Egito | Guiné Equatorial | Zâmbia |
| Gana | Mali | |
| Guiné-Bissau | Mauritânia | |
| Líbia | São Tomé e Príncipe | |
| Marrocos | Sudão | |
| Moçambique | Serra Leoa | |
| Namíbia | | |
| Nigéria | | |

| | |
|----------|--|
| Quênia | |
| Senegal | |
| Tunísia | |
| Zimbábue | |

Fonte: elaboração própria baseado nos dados do MRE, Departamento da divisão da África do Ministério de Relações Exteriores. Embaixadas do Brasil na África. Disponível em < http://deaf.itamaraty.gov.br/pt-br/divisao_da_africa_iii.xml>. Acesso em 14 out. 2014.

No mesmo caminho, diversos países africanos abriram representações diplomáticas no Brasil, entre os quais: Benin, Guiné, Guiné Equatorial, Namíbia, Quênia, Sudão, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue. Os seguintes países contam com representação diplomática no Brasil: África do Sul, Angola, Argélia, Benin, Botsuana, Cabo Verde, Camarões, Congo, Côte d'Ivoire, Egito, Etiópia, Gabão, Gana, Guiné, Guiné Equatorial, Líbia, Marrocos, Mauritânia, Moçambique, Namíbia, Nigéria, Quênia, República Democrática do Congo, Senegal, Sudão, Tanzânia, Tunísia, Zâmbia, Zimbábue (BRASIL, 2014)

É importante destacar que, de fato, os esforços do governo brasileiro em direção à África não se restringem à abertura de novas representações diplomáticas nesse continente. Em novembro de 2010 o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC) e a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (APEX), com o apoio do Ministério das Relações Exteriores (MRE), promoveram a Missão Empresarial a Angola e à África do Sul. Através de rodadas de negócio, a Missão promoveu a exploração do potencial de comércio existente entre os países envolvidos. Merece destaque o ano de 2009, no qual foram promovidas quatro missões empresariais, sendo três delas direcionadas à África, a saber: Missão Norte da África (Argélia, Líbia, Marrocos e Tunísia, em janeiro), Missão África Subsaariana (Gana, Guiné Equatorial, Nigéria e Senegal, em junho) e a Missão Sul da África: África do Sul, Angola e Moçambique, em novembro (BRASIL, 2009).

5.2 Lula em Africa

A presença de Lula em solo africano, através de visitas oficiais, também é diferenciada em comparação com seus antecessores. Lula esteve no continente no mínimo uma vez ao ano em todos os anos de mandato.

Em novembro de 2003, o Presidente Lula foi a São Tomé e Príncipe, Angola, Moçambique, África do Sul e à Namíbia. Em julho de 2004 Lula viaja a São Tomé e Príncipe novamente, dessa vez para a V Conferência dos Chefes de Estado e de Governo dos Países de Língua Portuguesa (BRASIL, 2004). Ainda na mesma viagem, vai ao Gabão e a Cabo Verde, onde é condecorado com a Ordem Amílcar Cabral e abre o Seminário Empresarial. Em abril de 2005, participa de reunião em Camarões com o presidente desse país, Paul Biya. Depois, partindo para Nigéria, onde se reúne com seu presidente e teve audiência com o secretário-executivo da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO). Já em Gana, o presidente brasileiro esteve presente na cerimônia de Assinatura de Atos e da cerimônia de inauguração da Câmara de Comércio Brasil-Gana. Na Guiné-Bissau, Lula teve reuniões com o então presidente da República, Henrique Pereira Rosa, e com autoridades locais. Lula termina sua terceira visita à África em Senegal, onde se encontra com Abdoulaye Wade, presidente do país. No início de 2006, em fevereiro, o presidente do Brasil vai à Argélia, encontrou-se com autoridades do país, seguiu para Benin, onde teve com o então presidente da República, o General Mathieu Kerekou. Na mesma viagem, Lula visita Botsuana e foi recebido pelo presidente, Festus Mogae, alé de manter audiência com o secretário-executivo da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), Tomas Salomão. Ainda em Botsuana, Lula esteve ainda no Seminário Empresarial Brasil-Botsuana: Oportunidades de Comércio e Investimentos, partindo no mesmo dia para a África do Sul, onde se encontra com o primeiro-ministro do Reino Unido, Tony Blair, e participou da Cúpula da Governança Progressista (BRASIL, 2006). No mesmo ano, em novembro, Lula vai à Nigéria para participar da Cúpula África-América do Sul - evento que reuniu Chefes de Estado e de governo de ambas as regiões objetivando a intensificação do diálogo de África e América do Sul e assim fortalecer parcerias em uma dinâmica sustentável de cooperação Sul-Sul - Antes se encontrou com os presidentes de Togo, Gana, Argélia, Moçambique e Líbia (VISENTI; PEREIRA, sd, p. 5).

Em outubro de 2007, Lula encontra-se com o presidente de Burkina Faso, Blaise Compaoré, em Burkina Faso onde também participa de Encontro Empresarial e do Colóquio “Democracia e Desenvolvimento na África”. Já na República do Congo, em Brazzaville, participa de reunião bilateral, de encontro empresarial e reuniu com o presidente do Congo, Denis Sassou Nguesso. Em Johannesburg, na África do Sul, Lula esteve presente na Cúpula do IBAS (Índia, Brasil e África do Sul), de encontro bilateral com o primeiro-ministro da Índia, de reunião

com chefes de Estado e Governo do IBAS e Conselho de Negócios. Finaliza essa viagem à África em Angola, onde foi recebido pelo presidente do país, José Eduardo dos Santos.

No ano de 2008 Lula foi à África duas vezes, em abril e em outubro, para tratar também de questões de cooperação técnica. Em sua segunda viagem à Gana, Lula encontrou-se com o então presidente John Agyekum Kufour, e participa da cerimônia de descerramento de placa alusiva à visita às instalações do escritório regional da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) na África e da XII Reunião da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento. Ainda em Gana encontra-se com o presidente da Finlândia, Tarja Halonen, e com o secretário-geral das Nações Unidas, Ban Ki-mon. Em novembro, Lula viaja a Moçambique para inauguração de instalações da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), em Maputo, a primeira unidade da Fiocruz fora do Brasil. Lula também se reúne com quatro empresas brasileiras que operam em Moçambique, se encontra com o presidente Armando Guebuza. Em 2009 Lula vai à Líbia em julho no contexto da Cúpula da União Africana (BRASIL, 2009).

Em julho de 2010 Lula passa por seis países. Em Cabo Verde, ele esteve na abertura da Cúpula Brasil –Comunidade dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) e de encontro com o presidente e primeiro-ministro de Cabo Verde (BRASIL, 2010); seguiu para Guiné Equatorial e encontrou com o presidente, Obiang Nguema Mbasogo; em Quênia, Lula manteve encontro com o presidente, Mwai Kibaki, e participou da sessão de encerramento do Seminário Empresarial Brasil-Quênia; em Tanzânia, ele deu entrevista para o documentário sobre o programa Cozinha Brasil, do Encontro Empresarial Brasil-Tanzânia Zâmbia e se reúne com o presidente da Tanzânia, Jakaya Mrisho Kikwete, e África do Sul, onde participa da abertura da Copa do Mundo de 2010 e inicia os trabalhos da jornada da Copa do Mundo de 2014, no Brasil. Lula realiza sua última visita como Presidente do Brasil ao continente africano em Moçambique, onde assina acordos de cooperação em diversas áreas, entre as quais a saúde, e visita a Fábrica de Antirretrovirais e Outros Medicamentos, obra que é fruto da parceria entre os dois países.

A política externa brasileira na atualidade, como já explicado, tem dirigido grandes esforços para o continente africano após o interregno dos anos 1990, período no qual as relações se basearam seletividade. Diferentemente do comportamento da década e dos governos passados,

a diplomacia do governo Lula vem tentando se aproximar e aprofundar relações no continente africano como um todo.

No entanto, é possível destacar atores com os quais essas relações são mais intensas, como acontece com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, ou simplesmente PALOP. Os PALOP já vinham sendo objeto de aproximação ainda na década de 1990, estando incluídos entre aqueles países selecionados ou prioritários.

Entretanto, essa seleção ou preferência implicava em certo descaso ou esquecimento em relação aos demais países da África. Essa situação é distinta no governo Lula, de modo que é reconhecido que há sim entre os PALOP e o Brasil uma identificação mútua em função dos laços históricos e culturais que unem o Atlântico, mas não se ignora o restante do continente, pelo contrário, nota-se uma constante busca de ampliar o raio de ação da diplomacia brasileira na África.

Concernente à política externa do Brasil para os PALOP, de 1996 a 2014, destaca-se a importância da CPLP no estreitamento destas relações, tanto no campo político-diplomático, quanto no da cooperação, inclusive a cooperação técnico-científico e econômico-comercial. Neste sentido, o Brasil participou, por meio da CPLP, da resolução do conflito armado na Guiné-Bissau, no processo de pacificação de Angola, resolução da crise institucional em São Tomé e Príncipe e vem desenvolvendo vários projetos de cooperação técnica com os PALOP sob os auspícios da CPLP. Nos domínios do intercâmbio e do apoio a instituições da sociedade civil, o Brasil vem participando, de várias ações apoiadas pela CPLP que visam o apoio ao desenvolvimento dos PALOP.

O fato é que além da língua, a CPLP é vista como um mecanismo de decisão coletiva nos assuntos internacionais, além de reforçar a sua presença como um bloco monolítico com maior força e campo de manobra nos foros internacionais. Também é salientado que, diferentemente da tradicional cooperação para o desenvolvimento (Norte-Sul), existe o prenúncio do surgimento da cooperação horizontal em que o objetivo essencial é potenciar interesses comuns com vantagens mútuas (FEIJÓ SOBRINHO, 1996, p. 130).

Ainda no campo político, no âmbito de CPLP, o Brasil vem estreitando as suas relações com os PALOP por meio da realização frequente de reuniões interministeriais e de concertação político-diplomático no sistema das Nações Unidas, na OMC e em torno de projetos como a

reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Vale destacar que, no âmbito da CPLP, já foram realizadas três reuniões de Ministros da Cultura da CPLP, cinco conferências de Ministros da Educação, três conferências de Ministros do Meio Ambiente, duas reuniões dos Ministros da Administração Pública, três reuniões dos Ministros do Trabalho e Emprego, seis encontros dos Tribunais de Contas dos países da CPLP, cinco reuniões dos Ministros da Defesa, seis encontros ministeriais e de administração dos Correios e Telecomunicações, três conferências de Ministros responsáveis pela juventude e nove conferências dos Ministros da Justiça dos países da Comunidade (SOUZA, 2003, p. 96).

A realização frequente de reuniões interministeriais e a realização periódica da Conferência de Chefes de Estados e Governos da CPLP constitui sem dúvida um meio de aproximação entre o Brasil e os PALOP, uma vez que possibilitam o conhecimento das demandas de ambos os lados facilitando, assim, o desenvolvimento de ações de cooperação em diversas áreas.

A realização, em 10 de junho de 2003, em Fortaleza, paralelamente ao Fórum Brasil-África, do II Fórum Empresarial da CPLP, com a participação de representantes de todos os PALOP constitui indiscutivelmente num passo importante para o incremento da cooperação econômica no âmbito da CPLP e da cooperação econômica entre o Brasil e os PALOP, em particular. No encontro foram analisados mecanismos de aprofundamento do intercâmbio comercial e de promoção de investimentos em vários setores. O fato é que o Fórum abre reais possibilidades para o aumento do intercâmbio comercial entre os dois lados do atlântico, uma vez que permitiu que os empresários brasileiros conhecessem melhor o mercado africano e as possibilidades de diversificação de suas exportações. Além de 120 empresários brasileiros, participaram do Fórum, vinte e um empresários de Cabo Verde, cinco de Angola, cinco de Moçambique, três de Guiné-Bissau e três de São Tomé e Príncipe.

No que diz respeito à cooperação brasileira com os PALOP ressalta-se que o Brasil não é um doador tradicional de ajuda aos países em desenvolvimento, mediante a transferência líquida de capitais. Não obstante, o Brasil vem cooperando com os países em desenvolvimento, e no caso em particular aos PALOP, mediante a transferência de tecnologias adaptadas às condições geográficas, climáticas, mas sobretudo sócioeconômicas desses países. Os grandes programas que o Brasil, sobretudo via a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), vem realizando nos PALOP,

prevêm a capacitação dos recursos humanos desses países para a aplicação de políticas de desenvolvimento elaboradas e aplicadas no Brasil.

Durante a IV Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, realizado em Brasília nos dias 31 de Julho e 1º de Agosto de 2002 foi assinado o Acordo de Cooperação em matéria de HIV/Aids. O acordo está voltado para ações conjuntas de prevenção, diagnóstico e assistência aos doentes contaminados pelo HIV. A assinatura do referido acordo foi um ato de grande importância para os PALOP, principalmente para Angola e Moçambique localizados na região austral da África, região na qual a incidência de infecção pelo HIV é a maior do mundo e são entre os PALOP os países com maior número de infetados pelo HIV.

Na área da administração pública, a conclusão do trabalho de uma Missão conjunta ABC-CPLP aos PALOP foi de que a criação de um Centro de Excelência em Administração Pública e Desenvolvimento Empresarial, sediado em um dos PALOP seria mais vantajoso para os cinco Estados africanos lusófonos. Os projetos estão em fase de implementação e prevêm a criação de Centros Regionais para a formação de quadros gerenciais e de multiplicadores. O objetivo do projeto é fortalecer os vários níveis da administração pública dos PALOP, bem como estruturar um organismo que sirva de referência para o debate e pesquisa de questões relativas à administração pública.

Outra importante iniciativa da ABC são os “Cursos de Concepção e Elaboração de Projetos de Cooperação Técnica para Desenvolvimento”, que visam transferir metodologias relativas ao ciclo de projetos: concepção, formulação, estrutura lógica, indicadores de desempenho, etc. A ABC está, ainda, conjugando esforços com outras agências de cooperação com o objetivo de apoiar os PALOP por intermédio da chamada “Cooperação triangular”. Nesse sentido, o governo brasileiro já possui mecanismos de cooperação com a Agência de Cooperação do Japão (JICA), a Agência alemã (GTZ), e, em fase adiantada de negociação, com a agência britânica (DFID).

De 2001 para cá, a ABC realizou missões multissetoriais de identificação aos PALOP permitindo a montagem de um importante conjunto de projetos, que incluem setores como a formação profissional, alfabetização, educação à distância, meio ambiente. Vale destacar também as ações desenvolvidas por algumas ONGs brasileiras nos PALOP, por exemplo, a Missão Criança e o Alfabetização Solidária, na área de educação, e mais recentemente, a Pastoral da

Criança. Todavia, apesar do aumento do número de ONGs brasileiras interessadas em atuar nos PALOP, ainda são poucas se comparadas aos números de ONGs, por exemplo, portuguesas trabalhando nesses países. No que diz respeito à Guiné-Bissau, que é o foco do nosso trabalho, a CPLP, como já mencionamos, é ator indispensável para a reaproximação os dois países. Apesar que a Guiné-Bissau está vivendo momentos difíceis na sua vida política, o Brasil é parceiro permanente.

5.3 Conflito guineense e a posição brasileira

Entre 1998 e 1999, a Guiné-Bissau mergulhou em um conflito militar, que prejudicou bastante o país tanto no ponto de vista político, quanto econômico. Os protagonistas desse conflito foram o então presidente João Bernardo Vieira e o Brigadeiro Ansumane Mané.

É difícil afirmar a origem do levantamento militar de 7 de junho de 1998. As opiniões são controversas. Para RIZZI (2010), a insurreição de 7 de junho, bem como a maior parte das demais, se originou no descontentamento existente nas Forças Armadas do país, como forma de proteção, por parte de seus membros. FERNANDES JUNIOR (2009), afirma que, a instabilidade da Guiné-Bissau datava de longo período, sobretudo no seio do PAIGC, o único partido que governava o país. A divisão dos membros do partido, a contestação por parte de um grupo da liderança do PAIGC e do país por Nino Vieira. O mesmo autor salienta ainda que, a instabilidade intensificou-se mais no congresso do PAIGC, duas semanas antes do início do conflito político-militar de 1998, que basicamente se tratava de trocas de acusações sobre o tráfico de armas para o Movimento das Forças Democráticas de Casamansa³³ (MFDC)³⁴, e o caso 17 de outubro, que marcou o assassinato dos oficiais maioritariamente de etnia Balanta pelo regime de Nino Vieira.

³³ A região de Casamansa, integrada atualmente no Senegal, teve, desde sempre, grandes afinidades com o território da então Guiné Portuguesa. Até à realização da Conferência de Berlim, entre 1884 e 1885, que viria a ser a responsável pela partilha de África entre as potências coloniais, Casamansa era uma região portuguesa. Na sequência desta Conferência, Portugal aspirou a concluir o seu projecto de união de Angola e Moçambique, projecto que ficou conhecido como o “Mapa Cor-de-Rosa”. Para a conclusão de tal aspiração, Portugal precisava de obter a concordância das outras potências coloniais. Como é sabido, a Grã-Bretanha viria a opor-se, porém, tanto a Alemanha como a França não levantaram objecções a tal plano, desde que Portugal se disponibilizasse a fazer alguns acertos fronteiriços em zonas onde estes dois países tivessem territórios vizinhos dos portugueses (SERRÃO, 1986, apud SANGREMAN et al., 2006, p. 16) . No caso francês, isto implicou a passagem da zona de Casamansa para os franceses em troca de território francês de Cachine na Guiné-Conacry. No caso alemão, Portugal acertou fronteiras no sul de Angola com o Sudoeste Africano, hoje Namíbia, e no norte de Moçambique com a África Oriental alemã, hoje Tanzânia (Carlos Sangreman. A evolução da Política recente na Guiné-Bissau (*Diário de Notícias*, n.º 47255, 09/08/98, apud SANGREMAN, 2006, p. 16) .

O caso 17 de outubro era menos importante para conflito de 7 de junho e também menos falado pelas mídias nacionais e internacionais. Além disso, a composição da junta militar naquela altura não tinha nenhuma característica tribal. A junta militar era composta por todas etnias da Guiné-Bissau e além disso as suas principais figuras³⁵ não eram da etnia balanta. Outro ponto mencionado como caso da etnicidade do conflito de 7 de junho, era o recrutamento dos alguns jovens denominados “aguentas”, maioritário da etnia pepel, à qual Nino Vieira pertencia³⁶. Mas isso não diminui o relevo da etnicidade nos problemas internos da Guiné-Bissau, como veremos mais adiante.

O tráfico de armas para o MFDC, parece ser mais polêmico. Neste ponto houve um desacordo e troca de acusações entre o presidente Vieira e o Brigadeiro Mané. Nesse empasse era difícil apurar a veracidade de quem era responsável nesse tráfico, Nino Vieira era presidente da República, Ansumane Mané era Chefe de Estado Maior da Forças Armadas e, portanto, tinha o controle dos quartéis nas suas mãos.

No entanto, é necessário destacar o contexto geográfico da região de Casamansa e sua afinidade com o povo guineense. A criação de mais uma fronteira artificial em África separou povos que tinham ligações históricas e culturais. Devido a isto, facilmente se entende que, quando surgiu em 1982, o MFDC contasse desde logo com um forte apoio do outro lado da fronteira. Neste contexto, os guerrilheiros do MFDC habituaram-se a contar, ao longo dos anos, com o auxílio dos guineenses em termos de fornecimento de armamento e apoio logístico. Este apoio assentava-se no fato de existir uma ligação étnica entre o povo de Casamansa, maioritariamente da etnia Djola, e o povo do norte da Guiné-Bissau que são do mesmo grupo étnico, porém designados no território guineense por Felupes. O governo de Bissau, apesar de nunca ter apoiado abertamente os rebeldes, aparentemente fechou os olhos à ajuda nacional que era dispensada ao MFDC.

³⁴ Movimento da Forças Democráticas de Casamansa é um grupo que reivindicam do governo de Senegal a independência da região de Casamansa que fica situada no Sul de Senegal, tem fronteira com nordeste da Guiné-Bissau.

³⁵ As duas principais figuras de Junta Militar foram: Brigadeiro Ansumane Mané da etnia Mandinga; Virisimo Correia Seabra da etnia Mancanha.

³⁶ Apesar desse grupo ser maioritário da etnia pepel, haviam outras etnias, inclusive balantas dentro de Aguentas, além disso, os pepeis fizeram parte da Junta Militar.

No entanto, nos finais de 1997, foi decidido pelo Governo guineense a criação de uma Comissão Inter-ministerial, integrando elementos dos ministérios da Defesa e Administração Interna, para investigar a questão do tráfico de armas da Guiné-Bissau para os guerrilheiros de Casamansa. Finalizado o trabalho, esta Comissão produziu um relatório considerado muito polémico.

Dada a natureza e importância da questão também a Assembleia Nacional criou uma Comissão Parlamentar de Inquérito sobre o Tráfico Ilegal de Armas para os Independentistas de Casamansa (INDUTA, 2001), que produziu um relatório após cerca de dois meses de investigações onde recomendava que, em face da não existência de acusações que ligassem o Chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas Brigadeiro Ansumane Mané ao tráfico de armas, fosse revisto o processo de suspensão do cargo que ele ocupava. É Conforme mapa 3 mostra a localização da região de Casamansa.

Mapa 2, localização da região de Casamansa



Região de Casamansa. Disponível em <<http://www.britannica.com/EBchecked/topic/97739/Casamance>>. Acesso em 07 fev. 2015

Outra razão do levantamento de 7 de junho, foi expressada pelos próprios comandantes da Junta Militar no documentário “*A revolta dos mais velhos*” (BISSAU, 1999). Nesse documentário, as elites da Junta Militar explicaram o que lhes motivou a pegar em armas depois de 25 anos da independência, 18 sob regime de Nino Vieira.

O conflito de 1998 limita-se à origem interna? Não tinha raízes externas? Dificilmente, os conflitos pós-coloniais africanos limitam-se às questões internas sem participação estrangeira, o da Guiné-Bissau não era diferente. O conflito que assolou o país em 1998 deve ser analisado

numa perspectiva que abarque a sua dimensão externa. Um dos aspectos desta dimensão externa está na rivalidade entre Portugal e França em relação à Guiné-Bissau, cuja origem é muito remotas.

A forma diferente como Portugal e a França encaram a política interna e externa guineense está ligada aos interesses econômicos, culturais, políticos e geográficos que o país representa para cada um deles. Se, com certas reservas, se pode falar de interesses econômicos, já o mesmo não se pode dizer em relação aos interesses culturais e políticos, tendo em consideração os seus contornos geográficos. Deste modo, pode dizer-se que Portugal e França têm sido “concorrentes” no que respeita às políticas de ajuda ao desenvolvimento implementadas na Guiné-Bissau, sobretudo a partir da segunda metade da década de 1990, onde se assiste a uma passividade maior da política linguística e cultural de Portugal, em contraste com uma agressividade e dinâmica da política cultural francesa, cujo melhor exemplo foi a construção de um Centro Cultural de grande dimensão no centro da cidade de Bissau.

A relação entre as políticas de ajuda ao desenvolvimento e as raízes dos conflitos armados impõem que se analise de forma crítica o papel que a cooperação para o desenvolvimento pode ter. Tanto para os doadores oficiais, neste caso Portugal e França, como para os não governamentais, é fundamental refletir sobre as consequências das suas políticas, retirando as necessárias ilações da noção de que uma cooperação mal orientada pode produzir efeitos altamente indesejáveis a médio e longo prazo.

Na madrugada de 7 de junho de 1998, deu-se nova virada no rumo do país de Amílcar Cabral. As primeiras notícias da guerra de 7 de junho tratavam de um incidente meno relevante. Poucas horas depois, as notícias não eram as mesma, mencionava-se de um grupo de rebeldes liderado pelo ex-Chefe de Estado Maior das Farças Armadas Ansumane Mané. Perante a revolta e face à constatação de que a esmagadora maioria dos militares guineenses se tinham associado à auto-intitulada junta militar, órgão supremo dos rebeldes, Nino Vieira viu-se obrigado a apelar à intervenção das tropas do Senegal e da Guiné Conacri. Este pedido foi feito à luz de acordos de defesa mútuos assinados pelos três países e para salvaguarda de um regime constitucional e democrático. Porém, Nino Vieira afirmou, em sua defesa, que os revoltosos tinham tentado levar a cabo um golpe de Estado contra um governo democraticamente eleito, o qual tinha o direito de apelar para a ajuda internacional. No entanto, estes acordos de defesa previam a ajuda destes

países à Guiné-Bissau em caso de agressão externa, que não era obviamente o caso. De acordo com Sangreman (2006), Este fato contribuiu para que a população fosse cada vez mais se aproximando das posições da Junta Militar. Mas a única alternativa de Nino naquela altura pedir ajuda estrangeira. Além disso, o golpe de Estado é proibido nos princípios da democracia, a luz do direito, o golpe de Estado é a violação da legitimação de um Estado baseado na Constituição.

Durante o conflito, houve várias intervenções para tentar mediar a paz guineense. Entre os atores envolvidos, começaram pelos nacionais: os religiosos, tradicionais e parlamentares. Em nível internacional, foram assinados vários acordos sob a mediação das Organizações Internacionais.

Em 26 de julho, a partir da mediação de uma delegação da CPLP, o governo e a Junta Militar concordaram em uma trégua e em iniciaram as negociações para um acordo de paz. Em setembro, as negociações de paz indicavam a criação de uma área desmilitarizada separando as forças opostas, o que foi abandonado com a gradual ascensão dos conflitos armados. Em 20 de outubro, o Presidente Nino Vieira declarou cessar-fogo unilateral. Novas negociações de paz reiniciaram, sob a observação da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), resultaram no Acordo de Abuja (Nigéria), em 01 de novembro de 1998.

O primeiro contingente de 100 soldados do Grupo de Monitorização de Cessar-Fogo da CEDEAO (ECOMOG), chegou à região no final de dezembro de 1998. O Conselho de Segurança da Nações Unidas (CSNU) aprovou a Resolução n. 1216 que apelava para ambas as partes formarem um governo de unidade nacional e realizar eleições até o final de março de 1999.

Em 3 de dezembro de 1998, o Dr. Francisco José Fadul foi nomeado Primeiro Ministro. Em janeiro de 1999, foi acordado entre o governo, Junta Militar e a CEDEAO o aumento do número de tropas do ECOMOG (mais de 710 soldados). No final de janeiro, as hostilidades recomeçaram na capital, resultado em numerosas fatalidades e no deslocamento de cerca de 250.000 residentes de capital Bissau e suas preferias. Em 10 de fevereiro, as negociações entre o governo e os rebeldes produzido um acordo sobre um cessar-fogo que previa a retirada imediata das tropas do Senegal e da Guiné Conacri.

Em reunião realizada em Lomé (Togo), em 17 de fevereiro, João Bernardo Vieira e Ansumane Mané prometeram o desarmamento dos dois lados. Em 20 de fevereiro, o novo

Governo de Unidade Nacional foi anunciado. No início de maio de 1999, Vieira anunciou que as eleições legislativas e presidenciais ocorreriam em 28 de dezembro (RIZZI, 2012, p. 187).

Após 11 meses de conflitos que deixou péssimas consequências para o país, Nino Vieira viu o fim do seu regime. Depois da retirada das tropas senegalesas e da Guiné Conacri, a junta militar invadiu a cidade de Bissau no dia 7 de maio de 1999, Nino Vieira foi derrubado com seus homens e foi acolhido na Embaixada portuguesa. Após cerca de um mês na Embaixada portuguesa em Bissau, Nino Vieira pediu asilo político a Portugal. O argumento oficial para abandonar a Guiné-Bissau foi a necessidade de cuidados médicos, comprometendo-se Nino Vieira a regressar ao país para se defender em tribunal das acusações que lhe eram imputadas.

Durante o conflito armado guineense de 1998 o Brasil, junto com os demais países lusófonos, desempenhou um papel relevante no sentido de garantir a integridade territorial guineense. O Brasil ofereceu seu capital diplomático em favor da resolução do conflito militar que afetou aquele país, “evitando o predomínio de visões militaristas no processo negociado e contendo excessos de membros mais aguerridos e interessados em uma solução diferente da obtida” (SARAIVA, 2001, p. 53).

Após o conflito militar, instalou-se um governo de transição. Em 1999, o então Primeiro-Ministro, Francisco Fadul realizou uma visita de trabalho ao Brasil. Na ocasião, o dirigente guineense foi recebido em audiência pelo presidente brasileiro e manteve reuniões de trabalho com o vice-presidente, Marco Maciel. No mesmo ano, visando amenizar a grave condição humanitária em que Guiné-Bissau se encontrava, uma das consequências do conflito militar, o governo brasileiro doou ao país africano uma dezena de toneladas de medicamentos e trezentas mil doses de vacina contra a meningite.

Em fevereiro de 2000 o então Secretário de Estado dos Direitos Humanos e ex-Ministro da Justiça do Brasil, Dr. José Gregori, representou o presidente brasileiro nas cerimônias da posse do presidente guineense eleito, Kumba Yalá. Desde então, autoridades brasileiras do setor judiciário e dos tribunais eleitorais também têm visitado a Guiné-Bissau e prestado o apoio possível aos programas guineenses de fortalecimento do judiciário e de fortalecimento da justiça eleitoral.

Em 2001, o governo brasileiro aprovou o estabelecimento de parceria com a Guiné-Bissau, buscando priorizar programas de cooperação com o país, sobretudo nas áreas de

agricultura. Neste sentido, foi realizada, em novembro de 2001, missão da ABC a Bissau. Entre 1996 e 2003 várias autoridades guineenses visitaram oficialmente o Brasil, entre as quais o presidente do Supremo Tribunal de Justiça, o presidente do Supremo Tribunal Militar, o Ministro da Administração Interna, o Secretário de Estado dos Transportes e Comunicação e o presidente da Câmara Municipal de Bissau.

Durante a sua estada na Guiné-Bissau, o chefe de Estado Brasileiro recebeu em audiência, o Dr. Francisco Benante, então Presidente da Assembleia Nacional Popular, e o Senhor Carlos Gomes Júnior, Primeiro Ministro.

Os presidentes Henrique Pereira Rosa e Luiz Inácio Lula da Silva, tiveram um encontro que decorreu em clima fraternal e de compreensão mútua, durante o qual procederam a uma ampla troca de informações sobre as grandes questões da política internacional e das relações de amizade e de cooperação existentes entre os dois países. Neste contexto, e para o reforço dos laços históricos, linguísticos e culturais que unem os dois povos, os dois Chefes de Estado registaram com apreço e satisfação as excelentes perspectivas que se oferecem a ambos os países para o incremento e a dinamização das boas relações de cooperação existentes.

No que refere à situação política da Guiné-Bissau, os dois Chefes de Estado reconheceram que a manutenção e o reforço da estabilidade político-constitucional constitui um pressuposto fundamental para a edificação de parcerias externas sólidas e dinâmicas. Neste contexto, realçaram o papel que cabe a todos os atores políticos nacionais na prossecução deste objetivo lançando um vibrante apelo neste sentido.

No âmbito da CPLP, os dois mandatários reconheceram o progressivo reforço da presença e visibilidade da CPLP na arena política internacional e, outrossim, a necessidade de uma nova dinâmica no processo de integração no seio da Comunidade a qual deverá ter como condições indispensáveis a implementação efetiva dos instrumentos jurídicos, programas e projetos existentes e o maior envolvimento na concretização dos objetivos traçados no Acordo Geral de Cooperação. Acordaram também em prosseguir a concertação bilateral e multilateral no quadro da CPLP e das Nações Unidas, tendo em vista a prossecução dos objetivos destas organizações.

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, reafirmou o empenho do Brasil em apoiar o Governo guineense junto das instituições financeiras internacionais e da comunidade de países doadores, bem como no Conselho de Segurança das Nações Unidas, no sentido de obter o apoio

internacional ao país e a retomada do processo de desenvolvimento sócio-econômico. Já o Presidente Henrique Pereira Rosa agradeceu a contribuição do Governo Brasileiro para o Fundo Especial da CPLP, na soma de quinhentos mil dólares (US\$ 500.000), destinada à reforma das Forças Armadas da Guiné-Bissau, tendo igualmente solicitado da parte brasileira o seu apoio às próximas eleições presidenciais de 19 de junho e a realização da próxima Mesa Redonda sobre a Guiné-Bissau, de 2014.

Os dois Presidentes manifestaram satisfação pelo lançamento do primeiro projeto a ser financiado pelo Fundo para Alívio da Pobreza e da Fome do Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul (IBAS) que visa a apoiar o desenvolvimento agrícola e pecuário na Guiné Bissau, ilustrando assim um modelo de cooperação Sul Sul.

No final da visita, o Presidente Lula da Silva manifestou o seu profundo agradecimento ao Presidente Henrique Pereira Rosa, ao Governo e ao povo da Guiné-Bissau pelo acolhimento caloroso e hospitalidade generosa que lhe foi reservada assim como à sua comitiva e convidou o seu homólogo a visitar a República Federativa do Brasil. O convite foi aceito com satisfação (BRASIL, 2005).

A visita do Lula a Guiné-Bissau foi de poucas horas, mas o ambiente foi de muita festa. Desde o Aeroporto Internacional Osvaldo Vieira até no centro da cidade estava repleto de músicas e danças em homenagem ao Presidente brasileiro. Além dos guineenses que saíram as ruas para receber o Presidente Lula, a comunidade brasileira residente em Bissau fizera presente.

É de salientar que a visita de Lula da Silva a Guiné-Bissau e outros países da África é entendida por alguns analistas como estratégia do Lula para obter apoio desses países na candidatura do Brasil ao Conselho Permanente da ONU. Esse desejo brasileiro não é algo novo, o Brasil contou desde sempre com apoio da Guiné-Bissau na ONU e vice versa.

Em 1995, Guiné-Bissau candidatou-se a vaga não permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas para o biênio 1996/1997 e obteve o apoio brasileiro para tal empreendimento. Da mesma forma, que nos anos de 1992 (biênio 1993/1994) e de 1997 (biênio 1998/1999), o Brasil, ao se candidatar como membro não permanente, também obteve apoio de Guiné-Bissau (RIZZI, 2012, p. 190).

A visita do Lula a Guiné-Bissau foi de poucas horas, mas o ambiente foi de muita festa. Desde o Aeroporto Internacional Osvaldo Vieira até no centro da cidade, estava repleto de

musicas e danças em homenagem ao presidente brasileiro. Além dos guineenses que saíram às ruas para receber o presidente Lula, a comunidade brasileira residente em Bissau fizera presente.

Em 2007, Presidente da República da Guiné-Bissau, João Bernardo Nino Vieira, realizou visita de Estado ao Brasil, acompanhado de sua esposa, Senhora Isabel Vieira, da Ministra dos Negócios Estrangeiros, Cooperação Internacional e das Comunidades, do Ministro de Economia e Integração Regional e de outros membros do seu Gabinete. A visita foi em retribuição à viagem do Presidente Lula à Guiné-Bissau, em 2005 (BRASIL, 2007). O Presidente Nino Vieira visitou, no dia 13 de novembro, a Unidade EMBRAPA-Cerrados, em Planaltina, e encontrou-se com o Ministro Extraordinário de Assuntos Estratégicos, Roberto Mangabeira Unger. Teve ainda audiências com o Secretário Nacional da Juventude, Luiz Roberto Cury, e com representantes do Ministério da Educação e Cultura (MEC) e da Coordenação de aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), com os quais tratou do aprofundamento da cooperação na área de educação. Visitou também o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para discutir temas afetos à cooperação eleitoral.

No dia 14 de novembro, foi recebido pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva no Palácio do Planalto. Os dois mandatários assinaram instrumentos de cooperação nas áreas de consultas políticas, beneficiamento do caju, combate e prevenção da malária, segurança alimentar e agronegócio. O encontro seguiu-se de almoço no Itamaraty.

No seu discurso durante o almoço no Itamaraty, Lula afirmou o seguinte,

(...) o Brasil tem que assumir mais responsabilidades com Guiné-Bissau. Todo mundo sabe que tomamos uma decisão, em 2003, de ter uma política mais ousada e mais participativa no continente africano, não só por razões históricas ou sentimentais, mas, sobretudo, porque achamos que o povo brasileiro tem muito a ver com o povo africano e, portanto, nós temos que dar uma contribuição ao povo africano para que ele possa desenvolver-se. Todo mundo sabe que Guiné-Bissau é um país de pouco mais de 1 milhão de habitantes. É um país com extremas necessidades, que precisa conhecer um processo de desenvolvimento, e o Brasil tem, em muitas áreas, condições plenas de ajudar Guiné-Bissau ((BRASIL, 2007).

Ainda no seu discurso, o Presidente Lula apontou algumas responsabilidades do Brasil para com a Guiné-Bissau. Ele afirma:

Depois da conversa que tivemos com o Presidente, depois dos protocolos assinados, nós precisamos fazer três coisas para consolidar as nossas relações. Primeiro, nós vamos fazer um resumo do trabalho que as 30 missões brasileiras que foram a Guiné-Bissau já fizeram; portanto, já temos uma fotografia dos problemas em Guiné-Bissau. Segundo, nós vamos mandar mais algumas missões importantes para lá. A Petrobras precisa voltar a Guiné-Bissau. O Ministro Nelson Jobim já assumiu o compromisso com o Presidente

de que, em fevereiro, irá a Guiné-Bissau. A Embrapa, certamente, já que está em Gana, terá que dar um pulinho a Guiné-Bissau. Eles precisam de ajuda, da experiência do nosso sistema financeiro para ir modernizando as coisas em Guiné-Bissau. Precisam, urgentemente, que a gente dê uma luz na questão energética em Guiné-Bissau, pois existe potencial de construir hidrelétrica em Guiné-Bissau. O Ministro Guido Mantega, a meu pedido, anunciou ao Presidente que a dívida de 34 milhões de dólares que Guiné-Bissau tem com o Brasil... Nós iremos enviar ao Congresso Nacional o pedido de perdão da dívida com Guiné-Bissau. E tem muitas outras coisas que o Brasil pode fazer. Como Presidente do Brasil, eu posso dizer ao Presidente Vieira que o Brasil pode fazer muito mais do que está fazendo para ajudar Guiné-Bissau. Nós temos um projeto de 2 milhões de dólares com Guiné-Bissau. Nós poderemos fazer muitas outras coisas. Eu disse ao Presidente que, em função de uma demanda apresentada na reunião que fizemos, essa demanda precisa ser trabalhada e comparada com as missões que nós já tivemos em Guiné-Bissau. E como eu acho que o Brasil precisa fazer muito mais do que está fazendo, estou assumindo publicamente um compromisso com o Presidente Vieira de que, todo ano eu viajo a cinco ou seis países africanos, na minha próxima viagem ao continente africano, eu sairei do Brasil e pararei na sua Guiné-Bissau para que a gente possa assinar os acordos que vão evoluir a partir desta sua visita ao Brasil. Por isso eu queria convidar a todos para que, de pé, a gente pudesse fazer um brinde ao Presidente de Guiné-Bissau, à sua esposa e a todo o povo de Guiné-Bissau (BRASIL, 2007).

Durante a sua visita no Brasil, o Presidente da Guiné-Bissau encontrou-se, igualmente, com os Presidentes do Senado Federal, Senador Tião Viana, da Câmara dos Deputados, Deputado Arlindo Chinaglia, e do Supremo Tribunal Federal, Ministra Ellen Gracie. Na seqüência, teve reuniões com o Reitor da Universidade de Brasília, Timothy Mulholland, e com o Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Miguel Jorge, acompanhado de empresários brasileiros.

É de salientar que a visita de Lula da Silva à Guiné-Bissau e outros países da África é entendida por alguns analistas como estratégia do Lula para obter apoio desses países na candidatura do Brasil ao Conselho Permanente da ONU. Esse desejo brasileiro não é algo novo e o Brasil contou desde sempre com apoio da Guiné-Bissau na ONU e vice versa.

Em 1995, Guiné-Bissau candidatou-se a uma vaga de membro não permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas para o biênio 1996/1997 e obteve o apoio brasileiro para tal empreendimento. Da mesma forma, que nos anos de 1992 (biênio 1993/1994) e de 1997 (biênio 1998/1999), o Brasil, ao se candidatar para a mesma vaga, também obteve apoio de Guiné-Bissau (RIZZI, 2012, p. 190)

A Guiné Bissau é importante recipiendário de cooperação técnica brasileira. Nesse campo, estão em curso, no momento, projetos que somam mais de US\$ 2 milhões e abrangem as áreas de educação, formação profissional, apoio à agricultura e à pecuária, saúde, estatística e censo.

O país africano é também destino de iniciativas de cooperação trilateral com participação brasileira. Exemplo disso é o caso de projeto na área de agricultura e pecuária, desenvolvido no âmbito do Foro Índia - Brasil - África do Sul (IBAS). Outras iniciativas trilaterais envolvem parcerias com os EUA, para o fortalecimento do Legislativo guineense, e com a Noruega, para a formação de quadros para a administração pública.

Em outubro de 2009, o então Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim realizara visita oficial à Guiné-Bissau, acompanhado por representantes da EMBRAPA, da FIOCRUZ e da CAPES, bem como por empresários. Esta foi a primeira visita brasileira de alto nível à Guiné-Bissau após a posse do novo Presidente da República, Malam Bacai Sanhá, eleito em julho, em eleições antecipadas em função da morte do então Presidente João Bernardo Vieira.

O Ministro Amorim manteve encontros com o Presidente Malam Bacai, com o Primeiro-Ministro Carlos Gomes Junior, com a Ministra dos Negócios Estrangeiros, Maria Adiatu Djaló Nandigna, e com o Ministro da Defesa, Artur Silva. Ademais, participou do encerramento do encontro de Cooperação Técnica e Empresarial Brasil-Guiné-Bissau.

Durante a visita, foram discutidos temas relativos à cooperação e ao apoio do Brasil à reforma do setor de segurança e defesa. Também foi inaugurado o Centro de Formação Profissional Brasil-Guiné-Bissau, um dos maiores projetos da cooperação brasileira. Construído em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), o Centro está em funcionamento parcial e já oferece cursos de formação, contribuindo, assim, para mitigar a reduzida oferta de capacitação profissional para o exercício de atividades produtivas (BRASIL, 2009).

Um ano depois, ao convite do Presidente do Brasil, Lula da Silva, o Presidente da Guiné-Bissau, Malam Bacai Sanhá realizou visita de Estado ao Brasil, em 24-27 de agosto de 2010. Na ocasião, o presidente Sanhá se fez acompanhar da Primeira-Dama, Sra. Mariama Mané Sanhá, e por delegação composta por oito Ministros de Estado e três Secretários de Estado, entre eles: Adelino Mano Queta, Ministro dos Negócios Estrangeiros, Cooperação Internacional e Comunidades; Soares Sambu, Ministro de Estado Conselheiro do PR para Assuntos Políticos e Diplomáticos; Octávio Lopes, Ministro de Estado Conselheiro do PR para Assuntos Jurídicos e Constitucionais; Helena Nosolini Embalo, Ministra da Economia, Plano e Integração Regional; Camilo Simões Pereira, Ministro da Saúde; Dinis Cabolol Nafantchamna, Chefe da Casa Civil;

Mamadu Serifo Jaquité, Secretário Geral da Presidência; Fernando Augusto Gomes Dias, Secretário de Estado das Comunidades; José Varela Casimiro, Secretário de Estado do Tesouro; e Mário Dias Sami, Secretário de Estado das Pescas.

A visita do mandatário da Guiné-Bissau ao Brasil, se insere no marco das tradicionais excelentes relações de amizade e irmandade que unem os dois países. Os dois Chefes de Estado procederam, dentro de uma atmosfera de amizade e cordialidade, a um exame compreensivo das vias e meios para reforçar os laços de cooperação entre o Brasil e a Guiné-Bissau.

Além disso, o presidente Malam Bacai Sanhá agradeceu o apoio que vem sendo prestado pelo Brasil para a consolidação do Estado Democrático de Direito na Guiné-Bissau, no plano bi e multilateral, nomeadamente através de organismos internacionais como a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), o Foro de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul (IBAS); e a Configuração para Guiné-Bissau da Comissão de Construção da Paz das Nações Unidas, cuja Presidência tem sido exercida pelo Brasil desde dezembro de 2007.

Em contrapartida, o presidente Lula da Silva manifestou a disposição do Brasil de continuar a apoiar o processo de normalização da situação política na Guiné-Bissau e ressaltou a importância de esclarecimento dos eventos que colocam em risco a almejada estabilidade política, no quadro legal, para o que o Brasil reiterou disponibilidade de contribuir. Enfatizou, ainda, a necessidade de avançar na Reforma do Setor de Segurança (RSS) com vistas a permitir a modernização das Forças Armadas da Guiné-Bissau e uma solução estrutural para o problema dos ex-combatentes. O presidente Lula saudou ainda a decisão da Guiné-Bissau de abrir Embaixada residente em Brasília e confirmou o nome de Eugénia Pereira Saldanha Araújo como primeira Embaixadora da Guiné-Bissau no Brasil.

Os dois mandatários assinalaram o cumprimento, pelos dois países, dos requisitos internos para a entrada em vigor do Acordo sobre Cooperação no Domínio da Defesa, assinado em Brasília, em junho de 2006. Também saudaram o avanço das negociações técnicas relativas ao perdão da dívida de Guiné-Bissau com o Brasil (BRASIL, 2010).

5.4 Guiné-Bissau e Brasil no época de Dilma Rousseff

Dilma Rousseff assumiu o cargo de presidente em janeiro de 2011 e, junto com ela, Antônio Patriota assumiu o Ministério das Relações Exteriores, substituindo Celso Amorim. Diversas expectativas surgiram em relação aos rumos que seriam tomados na política externa do

novo governo, especulando-se sobre mudanças ou sobre a continuidade da política anterior. Ainda no primeiro ano de governo, Dilma realizou sua primeira visita ao continente africano, dando indícios de que a política anterior seria mantida. Após participar da reunião do IBAS na África do Sul, a presidente visitou Moçambique e Angola. No mesmo ano a mandatária designou o ex-presidente Lula como representante oficial do Brasil na 17ª Cúpula da União Africana (UA), em 2011, realizada na Guiné Equatorial (OLIVEIRA, 2014, p. 6)), e promoveu a criação do “Grupo África”. O grupo, composto por diferentes ministérios além de especialistas e executivos do setor privado, tem por objetivo associar investimentos e vendas brasileiras a programas de desenvolvimento locais, como forma de proporcionar ganhos maiores ao continente africano, além de coordenar a atuação das empresas brasileiras no continente, garantindo um projeto geral para o Brasil (CABRAL, 2011 apud OLIVEIRA, 2014, p. 7).

Em 2013, Dilma retomou a agenda de visitas ao continente africano. Além de visitar a Guiné Equatorial no contexto da III Cúpula América do Sul-África, a presidente realizou visitas oficiais à Nigéria, à África do Sul (para a Vª Cúpula de Chefes de Estado e de Governo dos BRICS) e à Etiópia (onde participou das celebrações dos 50 anos da União Africana). Além disso, foi aberta a 37ª embaixada do país no continente, em Lilongwe, Malauí; o programa PEC-G foi reforçado (através do Decreto Presidencial no. 7.948, que conferiu maior força jurídica ao seu regulamento); foram estabelecidos novos projetos de capacitação militar com Angola, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Senegal, e a presidente anunciou, na Etiópia, o perdão e a reestruturação de US\$ 900 milhões em dívidas de países africanos com o Brasil. Os países atingidos pela decisão foram Congo, Costa do Marfim, Gabão, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Mauritânia, São Tomé e Príncipe, República Democrática do Congo (RDC), Senegal, Sudão, Tanzânia e Zâmbia, sendo a RDC e a Tanzânia os detentores das maiores somas reestruturadas (MARULL, 2013, apud OLIVEIRA, 2014, p. 7-8).

Em relação à Guiné-Bissau, o diálogo não parece tão intenso como na época de Lula. Os motivos podem ser notados a partir do contexto político guineense. A Guiné-Bissau vive momentos difíceis desde o assassinato do presidente Nino Vieira e do General Batista Tagme na Waie, em 2009. Esses incidentes mergulharam o país na crise política que originou no golpe de Estado de 2012, que derrubou o presidente interino Raimundo Pereira e o primeiro ministro Carlos Gomes Junior. Depois de golpe, o país passou a ser dirigido, nos últimos dois anos, por um presidente interino (Serifo Nhamadjó) e primeiro ministro interino (Rui de Barros). Em

abril/maio deste ano de 2014, foram realizadas as eleições presidenciais e legislativas. O PAIGC, o maior partido no país, ganhou as duas. Em razão delas, José Mário Vaz e Domingos Simões Pereira foram nomeados respectivamente Presidente e Primeiro Ministro.

Os dois homens têm como missão restaurar as estruturas estatais, societárias e tomar a vida política confiável para ganhar a confiança internacional e retomar as suas cooperações com seus parceiros regionais e internacionais, entre os quais o Brasil. Devido as crises políticas do país, a cooperação no âmbito educacional (PEC-G e PEC-PG), foram suspensas pelo governo brasileiro (2013 e 2014), tendo como perspectiva sua retomada para o ano de 2015.

6 COOPERAÇÃO TÉCNICA GUINÉ-BISSAU/BRASIL (1974 - 2014)

O ato de cooperar pode ser compreendido como um processo de interação que viabiliza a ajuda mútua e a consecução de múltiplas tarefas, possibilitando o desenvolvimento de uma esfera de conformidades e coordenações políticas. Este posicionamento requer dos Estados, das organizações ou dos indivíduos em questão, a adequação de seus comportamentos às demandas e as opções daqueles que se beneficiarão das ações promovidas pelo processo de cooperação (GOLDINO, 2012, p. 76).

Para Keohane (1994, apud GOLDINO, 2012, p. 76), a cooperação intergovernamental ocorre quando as políticas perseguidas por um governo são percebidas pelo outro governo como facilitadoras, possibilitando o alcance de seus próprios objetivos governamentais.

Os debates sobre o que chamamos hoje de Ajuda ou Cooperação Internacional para o Desenvolvimento surgiram no século XIX. Já ao final da Primeira Guerra mundial a necessidade de promover assistência pública para regiões enfrentando fome, quer por desastres naturais ou em decorrência dos conflitos, era clara e publicamente aceita. Na mesma época, França e Grã-Bretanha começaram com a ideia de contribuir com o desenvolvimento de suas colônias. Apesar da diminuição deste tipo de ajuda com a crise econômica dos anos 1930, a iniciativa ressurgiu após a Segunda Guerra Mundial. Já os Estados Unidos de América começaram provendo assistência técnica a países de América Latina nos anos 1940, quando as exportações latino-americanas para a Europa foram prejudicadas pelo conflito mundial. Esta ajuda governamental buscava diminuir a influência da Alemanha nazista no continente (BERNDT, 2009, p. 12).

A Cooperação para o Desenvolvimento, como a conhecemos hoje, surgiu a partir do Plano Marshall e de outras iniciativas para a reconstrução dos países afetados pela Segunda Guerra Mundial e seu crescimento foi fortemente determinado pelo contexto da Guerra Fria. Nos primeiros anos do pós-guerra, concentrou-se na reconstrução dos países da Europa, mais sujeitos à influência soviética. Expandiu-se para a Ásia depois da revolução comunista chinesa e para a América Latina a partir da revolução cubana. A URSS também iniciou um programa de ajuda aos países em desenvolvimento (sobretudo africanos) que pretendia influenciar. Em seguida os países europeus e asiáticos iniciaram ou incrementaram seus programas: Grã-Bretanha e França como seguimento da política colonial, assim como o Japão, a Alemanha e os países nórdicos (BERNDT, 2009, p. 12).

Paralelamente, após segunda guerra, criaram-se organismos internacionais, tais como o Banco Mundial e o Programa Ampliado de Assistência Técnica das Nações Unidas, criado em 1949, que posteriormente se uniu ao Fundo Especial das Nações Unidas para formar o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento em 1965.

Se a formulação e estabelecimento da Ajuda ao Desenvolvimento, como prática comum nas relações internacionais, foram iniciativas dos países hegemônicos no pós-guerra, a Cooperação Sul-Sul surgiu da iniciativa dos países em desenvolvimento de criar um desenvolvimento alternativo e independente.

O movimento dos não-alinhados (posteriormente conhecido de G-77), criado em 1955, representou o início desta nova iniciativa. Os países em desenvolvimento buscavam no incremento das relações políticas e comerciais e na integração regional uma alternativa face ao endurecimento do diálogo Norte-Sul, provocando pela tensão nas relações Leste-Oeste (BERNDT, 2009, p. 14) .

Foi neste contexto, de insatisfação dos países em desenvolvimento com a ordem internacional de um lado e a proeminência da cooperação Sul-Sul de outro, que surgiu a Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento (CTPD).

Para Goldino (2012, p. 76), existem tipos diversos de cooperação internacional, dentre os quais: cooperação humanitária; cooperação militar; cooperação tecnológica; cooperação científica, entre outras. O foco deste capítulo direciona-se à cooperação técnica entre a Guiné-Bissau e o Brasil.

O processo de cooperação técnica internacional tem por finalidade assessorar determinados países para que estes possam alcançar seu desenvolvimento econômico e social (GOLDINO 2012, p. 78). A cooperação técnica internacional é um importante instrumento de desenvolvimento que auxilia um país a promover mudanças estruturais para superar restrições ao seu crescimento. Consiste em programas que permitem transmitir conhecimentos capacitando, assim, recursos humanos e fortalecendo instituições do país receptor (MARTINS, 2010, p. 16).

Assim, a racionalidade da cooperação internacional é, portanto, um fenômeno relativamente recente, em termos de política externa de Estado. Apesar de muitas políticas de cooperação vingarem antes mesmo de 1945, essa prática somente se institucionaliza e é reconhecida como alternativa viável para a coexistência dos Estados após a Segunda Guerra Mundial (VASCONCELOS, 2014, p. 40).

A cooperação como auxílio mútuo para a manutenção e fortalecimento de um *status* vem principalmente dos efeitos adversos da Segunda Guerra Mundial. A princípio, a cooperação

significava a ajuda para a reconstrução dos países que sofreram com a guerra por aqueles Estados que saíram fortalecidos dela, como os Estados Unidos de América. Percebida a urgência de se adequar o cenário mundial ao modelo de desenvolvimento ocidental capitalista, as nações do então “primeiro mundo” passam, em seguida, a observar o “terceiro mundo” como deficitário, e logo receptores de ajuda internacional. Temos então a formação do que se chamou de “cooperação tradicional”: primeiramente chamado de “assistência técnica”.

Esse modelo de relação interestatal pautado pela transferência unidirecional de competências e recursos e da centralização das decisões nos países doadores cria um sistema de “tutela internacional” (VASCONCELOS, 2014, p. 40). Isso demonstra, um esforço para a conquista de áreas de influência por parte dos Estados desenvolvidos – lembremos que havia à época o contexto de Guerra Fria no qual as conquistas de posições ideológicas eram bastante significativas para estes países.

Com o impasse gerado em face da intransigência do norte em reformar o sistema internacional, os países do sul passaram a incentivar novas formas de integração entre si, surgindo daí o incentivo à Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento (CPTD), também denominada de Cooperação Horizontal. Os Estados sub-desenvolvidos do sul econômico, ao caracterizarem a prática da cooperação tradicional como uma intervenção colonialista e imperialista, com conseqüente quebra de Soberania, revolucionam as relações entre si através de uma cooperação mais independente do Norte e mais preocupada com o ganho recíproco.

Essa racionalidade horizontal vem de uma tentativa de redução das assimetrias sistêmicas, de desenvolvimento dos Estados renegados da política internacional e de maior grau de Soberania para eles. Ao contrário da competição entre Estados e mesmo na cooperação tradicional de alguma forma, a cooperação horizontal não seria inversa ao conceito de Soberania, uma vez que "o que há é divisão de competências, jamais usurpação de poder (FURLAN, 2008, apud VASCONCELOS, 2014, p. 42).

A Cooperação Técnica passou a englobar a ação e o planejamento conjunto de atividades e não mais a mera recepção de recursos e conhecimentos, tornando-se um importante instrumento auxiliar de promoção do desenvolvimento socioeconômico dos países em desenvolvimento, por se apresentar como uma alternativa mais viável aos poucos recursos financeiros disponíveis. A cooperação técnica transformou-se, assim, em instrumento da política externa de vários países do sul, perpassando a cooperação ou a assistência financeira e conjugando-se à cooperação econômico-comercial. É nesse contexto em que a cooperação Guiné-Bissau/Brasil se forma.

O Brasil, que trabalha com cooperação técnica há aproximadamente quatro décadas, desenvolve programas em transporte, energia, mineração, meio ambiente, agricultura, educação e saúde etc. Agência Brasileira de Cooperação (ABC), que é a representante oficial do Governo nas ações de cooperação técnica, conta com a Coordenação Geral de Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento (CGPD) para promover ações de cooperação horizontal, um importante instrumento de política externa que tem servido ao Brasil no sentido de assegurar sua presença positiva e crescente em países e regiões de interesse primordial para o país.

A Cooperação Técnica do Brasil direciona-se a cooperação horizontal, recebida do exterior e entre um grupo específico de países em desenvolvimento. Se utiliza o conceito de cooperação horizontal, aquela implementada pelo Brasil com outros países em desenvolvimento e que implica um estreitamento de laços políticos e econômicos entre os países envolvidos.

A Agência Brasileira de Cooperação (ABC), que é a representante oficial do Governo nas ações de cooperação técnica, conta com a Coordenação Geral de Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento (CGPD) para promover ações de cooperação horizontal, um importante instrumento de política externa que tem servido ao Brasil no sentido de assegurar sua presença positiva e crescente em países e regiões de interesse primordial. A ABC informa que o atual governo tem entre suas prioridades ações relacionadas a compromissos assumidos em viagens do Presidente e do Chanceler, à África, em especial os PALOP, e Timor-Leste e apoio à CPLP.

Os países africanos são os principais destinatários da cooperação técnica brasileira, sendo os PALOP o grupo de países em que o relacionamento é mais estreito e com os quais se desenvolvem, principalmente, projetos de saúde, educação e agricultura. Com a CPLP vem sendo desenvolvidos projetos saúde, telecomunicações, agricultura, treinamento em cooperação técnica internacional e governo eletrônico, envolvendo, em sua maioria, os PALOP e o Timor Leste. Através do Fundo do Diálogo Índia, Brasil e África do Sul (IBAS), que tem como objetivo implementar as Metas do Milênio, Guiné-Bissau foi selecionado para a implementação de um projeto de apoio ao desenvolvimento da agricultura e da pecuária com ênfase na geração de renda e combate à pobreza. Outra ação de destaque da ABC dentro da Cooperação Sul-Sul no continente africano é a o apoio ao Cotton-4: Benin, Burkina Fasso, Tchad e Mali, países produtores de algodão (ALMEIDA, 2011, p. 2).

As mudanças do interesse do continente africano para o Brasil é notada também na reestruturação no Ministério das Relações Exteriores (MRE) do antigo Departamento da África e do Oriente Médio, que passa a ter departamentos exclusivos para África e para Ásia (RIZZI, 2012, p. 2011). Dessa forma, a Subsecretaria-Geral de Política II passa a ser constituída por quatro departamentos: Departamento de Oriente Médio (DOMA), Departamento da Ásia e Oceania (DAO), Departamento da África (DEAF) e Departamento de Mecanismos Regionais (DMR). O Departamento de África, por sua vez, apresenta três sub-divisões: Divisão da África I, Divisão da África II e Divisão da África III – cada uma responsável pelas relações políticas com determinados países agrupados em função de sua localização geográfica e também por relações políticas com organismos regionais africanos, como mostra o quadro abaixo:

| DEAF | Relações Política com |
|---------|--|
| DAF-I | Benin, Burkina Faso, Camarões, Tchad, Rep. do Congo, Costa do Marfim, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné Conacri, Guiné Equatorial, Libéria, Mali, Marrocos, Mauritânia, Niger, Nigéria, Senegal, Serra Leoa, Togo, CEDEAO/ECOWAS, UEMOA, CEMAC, UMA, ZOPACAS, NEPAD e outros organismos regionais no âmbito da África Ocidental e do Norte. |
| DAF-II | África do Sul, Angola, Botsuana, Cabo Verde, Comores, Guiné-Bissau, Lesoto, Madagascar, Malauí, Maurício, Moçambique, Namíbia, São Tomé e Príncipe, Seicheles, Suazilândia, Zâmbia, Zimbábue, CPLP, SADC, UA, ZOPACAS, NEPAD e outros organismos regionais no âmbito da África Austral. |
| DAF-III | Argélia, Burundi, Djibuti, Egito, Eritreia, Etiópia, Líbia, Quênia, Rep. Centro Africana, Rep. Democrática do Congo, Ruanda, Somália, Sudão, Tanzânia, Tunísia, Uganda, IGAD, UMA, Zona Árabe de Livre Comércio, UA, NEPAD e outros organismos regionais no âmbito da África Oriental e Setentrional |

Fonte: elaboração própria baseado nos dados do MRE, Departamento da divisão da África do Ministério de Relações Exteriores. Disponível em < http://deaf.itamaraty.gov.br/pt-br/divisao_da_africa_iii.xml>. Acesso em 25 out. 2014.

No entanto, em julho de 1977, foi assinado convênio relativo ao programa de Cooperação Técnica Brasil-África entre o Ministério das Relações Exteriores (MRE) e a Secretaria de Planejamento da Presidência da República (SEPLAN). Esse acordo reflete a prioridade da cooperação técnica na política externa brasileira para o continente africano, na época. O convênio visava a ampliação e o estreitamento das relações entre as duas margens do Atlântico Sul. O discurso do chanceler brasileiro, na ocasião da assinatura do referido convênio, ilustra bem o caráter da cooperação técnica prestada pelo Brasil:

País em desenvolvimento, o Brasil oferece às outras nações do mundo em desenvolvimento compartilhar experiência e seus conhecimentos tecnológicos. Não desejamos privilegiar métodos ou modelos, sistemas ou formas de ação; colocamo-nos, sim, à disposição desses países amigos, para juntos examinarmos e executarmos programas reciprocamente vantajosos. Consistentes com essa orientação, as atividades sob a égide do Programa de Cooperação Técnica Brasil África, para 1977/78, representam, dentro de nossas possibilidades, o genuíno desejo brasileiro de construir para o desenvolvimento das nações africanas (SILVEIRA, 1977).

Nos Países Africanos de Língua Oficial Português (PALOP), ainda, nas décadas de 1970 e 1980, vários programas de cooperação bilateral entre o Brasil e eses países foram implementados, destacando-se a inauguração do Programa de Estudante Convênio (PEC), que oferece, desde então, vagas e bolsas a estudantes oriundos do continente africano, e principalmente dos PALOP, para cursarem universidades e colégios técnicos brasileiros. Bolsas de estudos, convênios culturais, intercâmbios de professores, técnicos e pesquisadores eram operacionalizados com o intuito de promover a integração e de possibilitar o intercâmbio ou a transferência tecnológica.

Os programas de cooperação técnica brasileira para os países lusófonos da África iniciaram-se em 1976, com a Guiné-Bissau e Cabo Verde . Naquele ano, o Brasil empenhou-se em estreitar a cooperação técnica com os países africanos, especialmente com os PALOP. No período de 1976 a 1987, a cooperação técnica entre o Brasil e os PALOP foi pouco expressiva, em razão das dificuldades em obter financiamentos para muitas demandas dos cinco países africanos de língua oficial portuguesa e pela falta de viabilidade de muitos dos projetos . A cooperação técnica entre o Brasil e os PALOP atribuiu, no início, grande ênfase à formação de recursos humanos no Brasil, com recebimento de bolsistas desses países nas universidades brasileiras e o envio àqueles países de missões técnicas de curta duração nos setores de saúde, de

piscicultura, de agropecuária, de administração financeira, de transportes e de formação profissional .

No fim da década de 1980, o Brasil estava modificando o seu perfil em termos de Cooperação Técnica Internacional (CTI): o país passava de receptor de assistência dos países do norte à prestador de assistência aos países em vias de desenvolvimento. A SUBIN/ SEPLAN foi extinta em março de 1987, e foi inaugurada em dezembro do mesmo ano, a Agência Brasileira de Cooperação (ABC). Com a transferência de atividades de cooperação técnica brasileira para a esfera do Ministério das Relações Exteriores, constatou-se uma certa diminuição da dispersão de esforços no atendimento a pedidos esparsos, conforme ocorreria até então.

Entre 1990 a 1995, não foram registradas mudanças significativas na cooperação técnica, se comparadas às décadas passadas, salvo no campo de cooperação educacional em que foram registrados aumentos consideráveis no número de estudantes dos PALOP nas universidades brasileiras. No período em questão, por meio da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), realizaram-se vários projetos de cooperação técnica entre Brasil e os PALOP. Entre estes projetos destaca-se a instituição pelo governo brasileiro, a partir de 1991, do Programa de Estudantes Convênio de Cursos Técnicos (PEC-TEC). O Programa tem por objetivo oferecer treinamento que permita a transferência de tecnologia, por meio da permanência de quadros técnicos daqueles países africanos em centros profissionalizantes do Ministério da Educação e Cultura, nos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET), Escolas Técnicas e Escolas Agrotécnicas e, eventualmente, no Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC).

Em 1994, ainda no quadro das iniciativas de cooperação com os PALOP, o Departamento de Cooperação Técnica do Itamaraty propôs ao Ministério da Ciência e Tecnologia a elaboração de um plano para a integrar os cinco Estados africanos lusófonos à Rede Nacional de Pesquisa (RNP), ligando-os, conseqüentemente, entre si, por meio da Internet. Vale ressaltar que o mérito de alguns dos projetos de cooperação técnica entre o Brasil e os PALOP foi reconhecido pela comunidade internacional através do apoio financeiro prestado por instituições como Banco Mundial (BM), Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) e Programa de Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Nos últimos anos, registrou-se um aumento significativo dos projetos de cooperação entre as instituições brasileiras, como SENAI, SEBRAE, ENAP, FIOCRUZ, entre outras, com os governos dos PALOP. A EMBRAPA vem treinando técnicos dos PALOP, implementando e/ou

adaptando a estrutura mínima para desenvolver tecnologias adequadas às necessidades alimentares e de produção da população desses países. O seminário “Fortalecimento da Capacidade Institucional dos Países Africanos de Língua Portuguesa” realizado em Salvador/Bahia, em 1998, no qual foram identificadas propostas de projetos para a capacitação institucional dos PALOP, estabeleceu nas áreas de Administração Pública e Desenvolvimento do Setor Privado como prioritárias, nas quais deverão ser concentrados os esforços para a implementação de projetos regionais com os cinco países africanos de língua oficial portuguesa.

Em relação à Guiné-Bissau, o Acordo Básico da Cooperação Técnica e Científica entre o Brasil e a República da Guiné-Bissau, foi assinado em Brasília, em 18 de maio de 1978, na ocasião da visita do chanceler guineense, Victor Saúde Maria, ao Brasil. Este acordo tinha como objetivo estimular a colaboração científica e técnica e o intercâmbio de conhecimentos científicos e técnicos entre ambos os países.

A Comissão Mista Brasil-Guiné-Bissau, criada com o objetivo de coordenar todas as atividades de cooperação entre os dois países, reuniu-se pela primeira vez em Bissau, de 6 a 8 de agosto de 1979, na ocasião da visita àquele país africano de uma delegação brasileira, chefiada pelo Secretário Geral das Relações Exteriores, João Clemente Baena Soares. Durante a reunião, as duas delegações concordaram com a necessidade de desenvolver uma cooperação financeira entre os dois países, a fim de estimular o comércio bilateral. Com este objetivo, examinaram a proposta de concessão de uma linha de crédito com base em projeto apresentado pela delegação brasileira (BRASIL; GUINÉ-BISSAU, 1979, p. 52-54).

Durante as décadas de 70 e 80, a referida comissão mista reuniu-se por quatro vezes. A segunda reunião realizou-se em Brasília, nos dias 17 e 18 de fevereiro de 1981; a delegação guineense foi chefiada pelo Ministro do Desenvolvimento Rural e pelo Ministro da Informação e Cultura, Mário Cabral. O objetivo do encontro foi examinar a evolução das relações entre os dois países, desde agosto de 1979 (data da primeira reunião da comissão mista). A terceira reunião desta comissão, realizada em Bissau, em março de 1983, foi marcada pela visita do chanceler brasileiro Saraiva Guerreiro. No seu discurso na abertura dos trabalhos da Comissão Mista, o diplomata brasileiro afirmou o seguinte:

Estou certo, enfim, de que a reunião da Comissão Mista constituirá novo marco na consolidação de nossas relações. Enfrentamos o desafio de encontrar meios e fórmulas para manter e expandir, numa conjuntura complexa de crise do sistema econômico internacional, a aproximação que nossos povos desejam e que nossos Governos consideram prioritária. Já foi criada uma teia de interesses comuns e existe a decisão de

progredir. Não tenho dúvida de que saberemos avançar por esse caminho (GUERREIRO, 1983).

Na quarta e última reunião da comissão mista Brasil-Guiné-Bissau, realizada em Brasília, em 1985, a delegação da Guiné-Bissau foi chefiada pelo Ministro da Educação Fidelis Cabral d'Almada e a parte brasileira pelo Ministro Olavo Setúbal. As duas delegações fizeram uma análise retrospectiva das suas relações após dez anos e traçaram novas metas para serem alcançadas.

A partir dessa data (1995), realizaram-se vários programas de cooperação técnica entre o Brasil e a Guiné-Bissau, em diversas áreas prioritárias para o desenvolvimento socioeconômico daquele país africano. Entre as áreas contempladas, destacam-se hotelaria, medicina tropical e nutrição, agricultura e veterinária, química industrial, formação profissional, ciência e tecnologia, ciências jurídicas, educação, controle de voo, armazenagem de gêneros alimentícios, produção animal, transportes, telecomunicações, fitopatologia e ensaios em sementes e produção de açúcar de cana (BRASIL, MRE, 1977).

Com o objetivo de estreitar a cooperação técnica entre os dois países, visitaram o Brasil diversas delegações da Guiné-Bissau, e vice-versa. Entre elas, destacam-se as visitas de uma missão brasileira chefiada pelo Embaixador Ítalo Zappa (Chefe do Departamento da África e Oceania do Itamaraty) à Guiné-Bissau, com o objetivo de levantar possibilidades e fixar prioridades para o início do programa de cooperação, e a visita do Ministro Guineense das Pescas, Joseph Turpin, em novembro de 1977, visando o estabelecimento da cooperação entre os dois países na área das pescas. O governo brasileiro, objetivando ajudar a Guiné-Bissau a melhor aproveitar os seus recursos naturais, concedeu 15 bolsas de estudo de nível superior para diversas especialidades ligadas à pesca (BRASIL, MRE, 1977).

A cooperação técnica nas áreas supracitadas envolveu a concessão de bolsas de estudo de níveis superior e médio, estágios e participação em seminários. Desse modo, a Guiné-Bissau foi o país que mais se beneficiou das bolsas de estudo oferecidos pelo governo brasileiro (ABREU, 1988, p. 100). Um exemplo de quanto foi intensa a cooperação técnica entre os dois países foi o Curso de Formação de Diplomatas, ministrado em Bissau, no período de 27 de março a 24 de junho de 1985, pelo Brasil, com a colaboração da ONU.

No entanto, a cooperação técnica entre o Brasil e Guiné-Bissau não foi linear ao longo da primeira metade da década de 90. A cooperação técnica entre os dois países neste período teve uma característica triangular, uma vez que vários projetos incluíam a participação de Organismos

Internacionais, como o PNUD. A inclusão de Organismos Internacionais nos projetos da cooperação técnica entre os dois países deve-se ao aumento significativo das demandas de cooperação com Guiné-Bissau, o que levou a ABC a procurar concertar esforços em ações de curto prazo voltadas para a capacitação de quadros guineenses em setores com financiamento assegurados por terceiros (CORREIA, 1997, p. 79). Vale ainda frisar que as ações predominantes nesse período foram as concessões de estágios para técnicos guineenses no Brasil em diferentes áreas.

Entre os projetos realizados no período de 1990 a 1995, destacam-se, na área da Saúde, a realização em Bissau, em 1991, do Curso sobre Saúde Pública destinado a médicos e enfermeiros, com participação de profissionais e professores brasileiros. O curso foi de grande importância para Guiné-Bissau, uma vez que serviu para a capacitação de profissionais de saúde daquele país em áreas como a da administração e planejamento na saúde pública e na área de epidemiologia, áreas em que o país apresentava uma deficiência considerável de profissionais, principalmente após a redução significativa de médicos³⁷ cubanos no país.

É importante ressaltar que a cooperação técnica entre Guiné-Bissau e Brasil consolida-se também por arranjos de cooperação acordados multilateralmente, dentro das negociações da CPLP e mais tarde na cooperação Brasil-PALOP. Além disso, suas pautas se formam pela correspondência no assuntos defendidos e abordados nas agências multilaterais para o desenvolvimento, combate a fome, etc. Mas, entre 1996 a 2000, cooperação técnica entre Guiné-Bissau e Brasil, foi bastante prejudicada pelo conflito militar guineense de 1998/99, pois vários projetos deixaram de ser implantados nesse período. A cooperação voltou a intensificar-se a partir de 2001. Em novembro de 2001, a ABC enviou para Guiné-Bissau uma missão com o objetivo de identificar ações de cooperação técnica a serem desenvolvidas entre os dois países nas áreas de formação profissional, administração pública, agricultura, saúde (DST/Aids) e educação esportiva. A missão multidisciplinar brasileira identificou diversas oportunidades de cooperação a serem desenvolvidas nos próximos anos.

³⁷ A Guiné-Bissau como os maioria dos países africanos que lutaram pelo independência tiveram apoio dos países comunista, entre as quais Cuba e Rússia. Após a independência, esses países foram os primeiros parceiros de desenvolvimento dos países africanos. A Guiné-Bissau teve uma forte relação com Cuba e recebia muita ajuda sobretudo nas áreas de educação e saúde. Muitos médicos cubanos trabalhavam nos hospitais da Guiné-Bissau e na faculdade de medicina também. Com o fim da Guerra Frio em 1989, a Guiné-Bissau instaurou e além disso intensificou a sua política externa para com os países de ocidente. Isso enfraqueceu a cooperação cubana, que resultou na diminuição dos médicos no país.

No campo da formação profissional, em 2001, foi implementado um amplo programa de cooperação técnica do Brasil com a Guiné-Bissau, nos projetos de apoio aos Ministérios da Administração Interna, da Justiça e dos Negócios Estrangeiros; de capacitação institucional da administração pública e formação de mão-de-obra básica para iniciativa privada. Na área da administração pública, ressalta-se que a cooperação brasileira concentra-se no apoio ao processo de reforma e modernização da administração pública guineense.

6.1 Cooperação Cultural

A singularidade das relações da Guiné-Bissau e Brasil resulta da ligação histórico-cultural entre dois lados do Oceano Atlântico. Nesse âmbito, realizou-se, na capital guineense, em março de 1978, uma Semana de Cinema Brasileiro, onde foram exibidos diversos filmes brasileiros que retratam a cultura brasileira. No mesmo ano, na ocasião da visita do Ministro dos Negócios Estrangeiros da Guiné-Bissau ao Brasil, ficaram acertadas as intenções dos dois governos de intensificar o intercâmbio cultural, nomeadamente no domínio cinematográfico. O maior acontecimento no campo das relações culturais entre os dois países foi, sem dúvida, a inauguração, em junho de 1988, em Bissau, do Centro de Estudos Brasileiros (CEB), em uma cerimônia presidida pelo Ministro da Educação do Brasil, Hugo Napoleão do Rego Neto.

Entre 1990 e 1995, o CEB de Bissau realizou várias atividades que visavam a divulgação da cultura brasileira na Guiné-Bissau, entre as quais a exibição semanal de filmes brasileiros nas suas instalações e a realização da Semana do Cinema Brasileiro, em dezembro de 1993. Em agosto de 1994, a Fundação Alexandre Gusmão (FUNAG) enviou para Guiné-Bissau um lote de 20 coleções da série “Cadernos – História da Pintura no Brasil”, em que constavam dados e reproduções de obras de pintores atuantes no Brasil nos séculos XIX e XX, bem como informações relativas aos marcos da pintura brasileira. Ainda no mesmo ano, o crítico de arte Cláudio Telles, viajou a Bissau onde contactou artistas, produtores e promotores culturais guineenses com a finalidade de organizar exposição de artes plásticas dos países da CPLP, no Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro e no Mosteiro dos Jerônimos, em Lisboa. Ainda em 1994, no mês de junho, o cantor e compositor brasileiro, Sérgio Ricardo, apresentou-se em Bissau com a missão de divulgar a cultura do Brasil nos países da CPLP.

Vale destacar que além de promover a divulgação da cultura brasileira na Guiné-Bissau, o CEB organizou, no período em questão, atividades que visavam a promoção da cultura daquele país. Neste sentido, com a iniciativa do CEB e da União Nacional dos Artistas e Escritores guineenses realizou-se nas instalações do CEB, no dia 2 de agosto de 1991, a cerimônia de entrega de Premio Literário José Carlos Schwartz , objetivando incentivar a cultura literária e revelar novos talentos no campo da prosa e da poesia.

Ressalta-se ainda que o Brasil por meio do CEB promoveu, entre 1996 e 2014, diversas atividades que visavam a promoção da cultura brasileira na Guiné-Bissau. Entre as atividades realizadas destaca-se a promoção da semana de cinema brasileiro, exposição de programas televisão brasileiros e a divulgação das manifestações culturais brasileiras, como carnaval.

No que concerne à Guiné-Bissau, houve pouca difusão da cultura guineense no Brasil. No entanto, nos últimos anos, vários grupos de danças tradicionais vieram ao Brasil para divulgar a cultura guineense através das danças tradicionais e teatros. Essa iniciativa é do jovem estudante da UNESP de Marília, Júlio António Aponto Té, que dedicou a promoção da cultura africana no Brasil, sobretudo a da Guiné-Bissau, o país dele.

6.2 Cooperação Educacional

A Cooperação Educational é uma das áreas de maior relevo nas cooperações dos países africanos com o Brasil. Os países africanos querem aproveitar das boas condições de ensino que as universidades brasileiras oferecem para formar os quadros que servirão de instrumentos para o desenvolvimento do continente.

Base da cooperação educacional entre o Brasil e os países em desenvolvimento são o Programa Estudante Convênio de Graduação (PEC-G) e o Programa Estudante Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG). O PEC-G foi criado em 1964, o primeiro Protocolo do PEC-G foi assinado em 1965, estabelecendo as bases do Programa³⁸. O segundo Protocolo do PEC-G, datado de

³⁸ Em termos de condições oferecidas e acompanhamento dos alunos participantes no Programa, pouco mudou desde sua criação, apesar dos aperfeiçoamentos em sua legislação inicial. Este acordo bem como o do PEC-PG, com diferentes países em desenvolvimento, é coordenado pelos Ministérios da Educação e das Relações Exteriores e tem a participação das instituições de ensino superior (IES) do país. O processo de conquista de vaga pelo aluno-convênio inicia com a disponibilidade de vagas pelas IES e contatos entre os ministérios responsáveis nos dois países. O aluno candidato indica o curso que tem preferência e, caso não haja vaga ou não seja selecionado para este curso específico, deve ser realocado em outro curso (PEC-G). No caso de PEC-PG, o contato é mais pessoal do aluno interessado e começa com a obtenção da carta de aceite da instituição do ensino da sua escolha. Uma vez que o

1967, também foi afetado pela Lei de Reforma Universitária (Lei nº 5540/68), dentro da lógica que a cooperação educacional obtinha no contexto do sistema mundial de Guerra Fria: as relações no eixo Norte-Sul tinham o cunho ideológico e no âmbito Sul-Sul, a cooperação aparecia de forma mais efetiva, técnica.

No que diz respeito ao convênio educacional entre o Brasil e os países africanos, este se institui a partir de uma ação diplomática pioneira da Universidade da Bahia-UBA, através do Centro de Estudos Afro-Orientais – CEAO, com Itamaraty (TCHAM, 2012, p. 22). De acordo com Reis (2010, p. 141, apud TCHAM, 2012, p. 22), essas duas instituições foram responsáveis pelo estabelecimento de intercâmbios com os países africanos. Os pesquisadores e religiosos de matriz africana da Bahia tinham interesse nessa aproximação educacional com os povos *nagôs* ou *iorubás* na perspectiva de ter contato direto com os ancestrais e reativar conexões culturais e religiosas:

A vinda dos estudantes oriundos dos países da África Ocidental (iorubás e nagôs) significava a reativação dos laços culturais e religiosos. A vivência destes atores sociais no Brasil era fundamental para os pesquisadores buscarem raízes da africanidade bahiana nos estudantes iorubás e nagôs. Portanto, contato com os estudantes significava encontro com ‘ancestrais. (REIS, 2010, p. 147, apud TCHAM, 2012).

O primeiro grupo de estudantes africanos chegou à Bahia em 07 de dezembro de 1961. Um contingente composto de quinze estudantes, dentre os quais 5 de Gana, 4 de Senegal, 2 Cabo Verde, 1 camaronês e 3 mestiços de origem francesa. Estes últimos vieram realizar curso de pós-graduação, já que dentro dos critérios estabelecidos pelo Itamaraty, não haveria restrições para bolsas de pós-graduação para estudantes oriundos da universidade de Dakar, no Senegal (TCHAM, 2012, p. 22).

O terceiro Protocolo, de 1973, foi assinado para se coadunar com a política africana, buscando a ampliação da esfera de cooperação. No ano de 1979, 65 universidades brasileiras já recebiam alunos do PEC-G, aquele ano em torno de 1750 estudantes-convênio, sendo mais de 60% provenientes do continente africano (RIZZI, 2012, p. 100). Dantas (2002) argumenta sobre as intenções desse projeto do Brasil, que tem tons políticos e envolve a formação de pessoas em solo africano. Nesse sentido, se eram ainda poucos os estudantes africanos em terras brasileiras na década de 1960, a partir da década de 1980 esse número aumentou consideravelmente, seja

aluno for selecionado, entra diretamente no curso sem outras exigências da instituição pois a carta de aceite já lhe garante a vaga caso for aceito. Eu estou estudando aqui no Brasil, fruto desse convênio (PEC-PG).

pela abertura da política brasileira com relação à África, seja pela expansão de seu sistema educacional. Esses projetos atuam como força de implementação dos processos migratórios temporários e intensificam os fluxos de migração com finalidade de estudo.

Em 12 de agosto de 1981, foi assinado o primeiro protocolo do Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG), com os objetivos de expandir cooperação educacional com países em desenvolvimento no qual o Brasil já tinha em vigor acordos de cooperação educacional e/ou cultural, fortalecer a cooperação tecnológica e científica com esses países, atrelado à garantia da qualidade acadêmica da pós-graduação do Brasil (RIZZI, 2012, p. 100). O PEC-PG começou a funcionar em 1983.

Ambos os programas (PEC-G e PEC-PG), fomentam a cooperação em pesquisa científica e na formação de quadros profissionais em países em desenvolvimento que mantêm acordos de cooperação com o Brasil - entre os quais muitos países da África. O PEC-G e o PEC-PG recebem grandes impulsos no governo Lula: o número de vagas para os programas foram ampliadas, foram criadas bolsas, como a Bolsa Mérito e a Bolsa MRE, com o intuito de ajudar na manutenção do aluno estrangeiro no Brasil. Vem sendo também estimulada a construção de universidades e centros de pesquisa em solo africano através de parcerias entre universidades africanas e brasileiras, a exemplo da Universidade de Cabo Verde – que contou com o apoio de instituições brasileiras, entre as quais a Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programas de educação à distância também tem sido implementados em parceria com os governos brasileiro e do país beneficiário através de universidades brasileiras e universidades dos países africanos (MARTINS, 2010, p. 17).

No continente africano, os maiores beneficiários com a Política Externa Brasileira são os PALOP. Isso pode ser entendido pela afinidade cultural que liga os dois lados do Atlântico. A cooperação educacional entre o Brasil e os PALOP teve maior relevo na época do Presidente Lula da Silva. Nos anos de Lula, o volume de visitas presidenciais entre Brasil e países africanos aumentou substancialmente, e o número de acordos comerciais e diplomáticos chegou a 346, mais que o dobro de acordos firmados entre 1960 e 2002. O então ministro Celso Amorim declarou, em sua posse: “Desenvolveremos, inclusive por meio de parcerias com outros países e organizações, maior cooperação com os países africanos. Angola e Moçambique [...] receberão atenção especial” (AMORIM, 2003).

A política externa do governo Lula para a África respondeu também à parcela importante da sociedade brasileira, composta por uma comunidade afrodescendente de cerca 76 milhões de pessoas, que reivindicavam reconhecimento, integração plena e promoção de seus valores culturais. Não à toa, a Lei Federal nº 10.639/03 foi a primeira assinada pelo empossado presidente, tornando obrigatório o ensino de História da África, cultura africana e afro-brasileira na educação básica (HELENO, 2014, p. 95).

Tomando como marco inicial a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), sob a ótica da internacionalização, a 5ª Reunião de Ministros da Educação da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), em 2004, foi elaborada a Declaração de Fortaleza, que pauta a construção de um Espaço de Ensino Superior da CPLP, elencando como prioridades (COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA, 2004, p. 1 apud HELENO, 2014, p. 104):

1. O estímulo à qualidade das formações oferecidas no âmbito da CPLP e ao reconhecimento mútuo e internacional;
2. A promoção da mobilidade de estudantes, docentes, investigadores e técnicos;
3. A cooperação no domínio da estrutura das formações superiores;
4. O incentivo à participação das instituições da CPLP em programas relevantes de outras comunidades de países.

A UNILAB foi instituída por meio da Lei 12.289 em 20 de julho de 2010, e está sediado em Redenção, situada no Maciço do Baturité, no estado do Ceará. Desde a sua concepção, implantação até o funcionamento, a UNILAB surge como uma iniciativa completamente inovadora e ousada. Traz consigo o diferencial e a marca da inclusão, tendo por objetivos a integração entre o Brasil e demais países lusófonos, a produção de conhecimentos relevantes socialmente para a formação de recursos humanos, o desenvolvimento regional e o intercâmbio científico, cultural e educacional. Encontra-se localizada em Redenção, por ter sido a primeira cidade brasileira a abolir a escravidão, em 1883, cinco anos antes da assinatura da Lei Áurea. Após 55 anos da criação da Universidade Federal do Ceará (UFC), a UNILAB constitui-se na segunda universidade federal do estado (HILUY FILHO et. al., 2011, p. 2).

Reforçando o papel da UNILAB como canal de cooperação, o Presidente Lula da Silva declarou:

Decidimos sediá-la na região Nordeste, onde são maiores em nosso país as marcas da desigualdade e os desafios do desenvolvimento. [...] No campus de Redenção repousam os valores de liberdade, justiça e igualdade que inspiram o projeto da Unilab. Aqui começou o resgate de uma dívida secular com os povos africanos (SILVA, 2013)

O Projeto Pedagógico Institucional (PPI) da UNILAB está orientado para a cooperação internacional solidária, principalmente com a Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), com ênfase nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) - Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e o Timor Leste (HILUY FILHO et. al., 2011, p. 2).

A interculturalidade singulariza a UNILAB no cenário das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) brasileiras, ao mesmo tempo em que a desafia a produzir conhecimento capaz de identificar, reconhecer e valorizar as múltiplas culturas constitutivas do Maciço do Baturité e dos países parceiros.

Além da filosofia de integração do Brasil com os países envolvidos no âmbito da lusofonia (CPLP), a escolha da localização no Maciço de Baturité, macrorregião composta por treze municípios, localizada ao sul da Região Metropolitana de Fortaleza, vem atender prioritariamente também a necessidade da região, pela ausência até então, de instituição de nível superior nesses municípios (HILUY FILHO et. al., 2011, p. 2).

Para o início das atividades, cinco áreas estratégicas foram priorizadas pela UNILAB, definidas em função das demandas conjuntas dos países considerados e dos municípios mais diretamente envolvidos. As formações implicam nos cursos de graduação de Agronomia, Enfermagem, Licenciatura em Ciências, Administração e Engenharia contemplando, portanto, segmentos fundamentais e estratégicos para o desenvolvimento ((HILUY FILHO et. al., 2011, p. 2).

Assim, desde sua criação até este ano (2014), a UNILAB conta com 3.261 alunos nos cursos de graduação, pós-graduação, presencial e à distância como mostra o quadro abaixo:

| | |
|---------------------------|------------------|
| Graduação presencial | 2.056 estudantes |
| Graduação à distância | 535 estudantes |
| Pós-Graduação presencial | 93 estudantes |
| Pós-Graduação à distância | 577 estudantes |

Fonte: Diretoria de Registro e Controle Acadêmico (DRCA). Dados de agosto/2014. Disponível em: <<http://www.unilab.edu.br/unilab-em-numeros/>>. Acesso em: 23 out. 2014.

O curso de graduação presencial conta com 2.056 alunos de sete países, como mostra quadro asseguir:

| país | N ^o dos estudantes |
|---------------------|-------------------------------|
| Angola | 46 |
| Brasil | 1.446 |
| Cabo Verde | 73 |
| Guiné-Bissau | 360 |
| Moçambique | 17 |
| São Tomé e Príncipe | 44 |
| Timor Leste | 70 |

Fonte: Diretoria de Registro e Controle Acadêmico (DRCA). Dados de agosto/2014. Disponível em: <<http://www.unilab.edu.br/unilab-em-numeros/>>. Acesso em: 23 out. 2014.

No que diz respeito à Guiné-Bissau especificamente, em 1975, o Comissário de Estado dos Negócios Estrangeiros bissau-guineense Victor Saúde Maria, quando da sua visita ao Brasil, trouxe demandas do país africano que, somadas às necessidades apontadas pela missão guineense no Brasil, resultou no Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre aquele Governo e o Brasil, de 18 de maio de 1978 (aprovado pelo Congresso brasileiro em 29 de novembro do mesmo ano). Esse acordo regeu as relações bilaterais até a década de 2000, pois daí surgiu toda a base legal que fundamenta os acordos, além da criação da Comissão Mista Brasil-Guiné-Bissau (RIZZI, 2012, p. 125). Esse acordo previa, entre outros itens³⁹:

- a) intercâmbio de informações, contemplando-se a organização dos meios adequados a sua difusão;
- b) aperfeiçoamento profissional, mediante programas ou estágios de especialização e através da concessão de bolsas de estudo para especialização técnica;
- c) projetos conjuntos de pesquisa em áreas científicas que sejam de interesse comum;

³⁹ Especificamente sobre a cooperação diplomática, o acordo previa uma bolsa de estudos para guineenses estudarem no Instituto Rio Branco, além de um programa de estágio da Chancelaria guineense em Brasília e a cooperação institucional, para o treinamento de recursos humanos guineenses no Brasil (RIZZI, 2012, p. 125).

- d) intercâmbio de peritos e cientistas;
- e) organização de seminários e conferências;
- f) remessa e intercâmbio de equipamentos e de material necessário à realização de projetos específicos;
- g) qualquer outra modalidade de cooperação que for acordada entre as Partes Contratantes. (ACORDO..., 1978, p. 166 apud RIZZI, 2012, p. 125).

Na oportunidade daquela visita, o Chanceler bissau-guineense também foi agraciado com a Grã-Cruz da Ordem de Rio Branco pelo colega brasileiro, além de declararem conjuntamente a preocupação com a situação conflituosa na África meridional e decepção em relação às negociações multilaterais sobre o desarmamento nuclear. Esse Acordo possibilitou o início das atividades do Programa Estudantes-Convênio (PEC-G), com a vinda anual de estudantes bissau-guineenses para cursar graduações no Brasil, além de outras atividades no âmbito da formação e treinamento de recursos humanos. O que fica evidente é que como o Brasil nem sempre dispunha de condições para financiar os programas demandados na cooperação técnica bilateral, o país passou a oferecer bolsas de estudos para formar recursos humanos bissau-guineenses no Brasil, no sentido de aproximar cultural e politicamente os dois países.

Apesar de o Brasil estar disposto à oferecer bolsas de estudos para formação dos quadros guineenses, registrou-se nas décadas de 1970 e 80, um número relativamente baixo de estudantes guineenses nas universidades brasileiras. Isso se deveu ao fato de a maioria de estudantes guineenses irem estudar nas universidades dos países do leste europeu e de Cuba, devido ao grande número de bolsas de estudo oferecidas à Guiné-Bissau por países socialistas. Na segunda metade da década de 1970, apenas três estudantes da Guiné-Bissau ingressaram nas universidades brasileiras. Na década de 1980, foram 37 estudantes guineenses que vieram estudar no Brasil (CORREIA, 1997, p. 78).

| ano | Número dos estudantes |
|------|-----------------------|
| 1970 | 3 |
| 1980 | 37 |
| 1990 | 8 |
| 1991 | 10 |
| 1992 | 7 |

| | |
|------|----|
| 1994 | 14 |
| 1995 | 11 |

Fonte: elaboração própria baseada nos dados do texto de Yolanda Correia

Na década de 1990, ressalta-se que o número de estudantes guineenses ingressados nas universidades brasileiras continua baixo apesar de ter aumentado se comparado ao número dos ingressados nas décadas anteriores. Em 1990, oito estudantes guineense ingressaram nas universidades brasileiras, no ano seguinte este número subiu para dez e caiu para apenas três estudantes em 1992. Em 1994 ingressaram nas universidades brasileiras, quatorze estudantes oriundos da Guiné-Bissau. No ano seguinte, este número reduziu para onze estudantes (CORREIA, 1997, p. 82). Como se pode constatar, não houve uma regularidade no número de estudantes guineenses que ingressaram nas universidades brasileiras, fato que pode ser entendido como a instabilidade na cooperação técnica entre os dois países.

Em 2001, foi implementado um amplo programa de cooperação técnica do Brasil com a Guiné-Bissau, nos projetos de apoio aos Ministérios da Administração Interna, da Justiça e dos Negócios Estrangeiros; de capacitação institucional da administração pública e formação de mão-de-obra básica para iniciativa privada

No campo da cooperação educacional, destaca-se o aumento significativo no numero de estudantes guineense a ingressarem nas universidades brasileiras. Deste modo, entre 1996 e 2004, ingressaram nas universidades brasileiras 463 estudantes provenientes da Guiné-Bissau (BRASIL 2014).

Nos últimos 13 anos, chegaram ao Brasil através do PEC-G seis mil jovens vindos de África. Nesse período, Cabo Verde foi o país que enviou mais estudantes, num total de 2.657, seguido pela Guiné-Bissau, com 1336.

A Agência Brasileira de Cooperação (ABC) envia, entre os dias 17 e 21 de agosto de 2009, dois professores da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Paulo Roberto Pegoraro e Herus Pontes, à Guiné-Bissau para a execução da atividade Capacitação Técnica em Contabilidade Gerencial e Administração Financeira e Orçamentária (Módulo VI). Esta atividade faz parte do projeto Apoio à Reestruturação dos Cursos de Educação Profissional em Contabilidade e Administração do Centro de Formação Administrativa de Guiné-Bissau - CENFA. O objetivo é contribuir para a melhoria da qualidade e da oferta da educação profissional em contabilidade e administração no país (BRASIL, ABC, 2014).

Desde o início do projeto, em julho de 2008, os professores da UTFPR juntamente com os professores do CENFA reformularam os currículos e programas dos cursos de contabilidade e administração. Depois, os professores brasileiros transferiram as metodologias de gestão e experiências de formação profissional e então fizeram a capacitação de 30 professores guineenses de acordo com os novos currículos elaborados, sendo que essa capacitação foi dividida em seis módulos. Essa foi a última atividade de capacitação do projeto.

Após o golpe de Estado na Guiné-Bissau em abril de 2012, o Brasil decidiu interromper os convênios educacionais com o país. Os jovens guineenses tiveram, assim, de adiar o sonho de estudar em universidades brasileiras. Após o golpe militar sofrido pela Guiné-Bissau em 2012, o Brasil decidiu interromper os convênios educacionais com o país africano. Para embaixadora Carmen Ribeiro Moura, do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, “O Brasil não reconhece o atual governo da Guiné-Bissau. E essa medida de não aceitar estudantes de lá, não é para punir o país, mas para tentar fazer com que a ordem democrática e constitucional volte” (MOURA, 2012).

Para o guineense Fristtram Helder Fernandes, de 24 anos e estudante de Ciências da Computação na Universidade Federal de Santa Catarina, no sul do Brasil, a interrupção do convênio é uma grande perda para Guiné-Bissau: “É muito preocupante, são mais pessoas ficando lá sem uma oportunidade de estudar. É uma desvantagem para o meu país e, de certa forma, para o meu continente” (FERNANDES, 2012).

6.3 Cooperação Militar

O fim da Guerra-Fria, que se associa indubitavelmente à queda do muro de Berlim, o desmembramento da ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e à dissolução do Pacto de Varsóvia, provocaram, no pós-1989, o surgimento de uma nova e porventura mais complexa ordem internacional. Este fenómeno conjuntural e simultaneamente global, levou à adoção de um conceito mais alargado e abrangente de segurança e defesa. Para VIANA (2002), “a segurança de cada Estado passou a constituir preocupação de todos”. É neste contexto que os Estados se aproximam cada vez mais, buscando arranjos de cooperação militar para manter a segurança e defesa dentro dos seus territórios.

De certa forma, antecipando tais fatos, na África, em 25 de maio de 1963, em Adis Abeba (Etiópia), no auge da Guerra Fria, 30 Estados africanos independentes criaram a Organização da Unidade Africana (OUA). A agenda da nova organização era ambiciosa, ao incluir a coordenação de esforços nos campos, entre outros, da economia, educação, saúde, ciência e defesa. Na prática, diante do intervencionismo das grandes potências que vigorava naquele período, a OUA notabilizou-se pela defesa da integridade territorial, da descolonização, da soberania e do princípio da não intervenção (ESCOSTEGUY, 2011, p. 29).

Algumas das iniciativas da OUA relativas à defesa da integridade territorial e da descolonização foram reconhecidas como exitosas. Durante a guerra civil na Nigéria (1967 – 1970), por exemplo, a OUA teve um papel relevante no apoio à preservação da unidade territorial nigeriana. A OUA foi capaz, também, de articular e sustentar uma longa campanha visando à aceleração da descolonização no continente africano.

A OUA não demonstrou desenvoltura, no entanto, na construção de uma arquitetura institucional voltada para a paz e segurança. As iniciativas lançadas nesse campo, com a exceção da operação de manutenção da paz desdobrada no Tchade, entre 1979 e 1982, que chegou a contar com cerca de 3.500 soldados, restringiram-se à exercícios de mediação e ao envio de pequenas missões de observadores. Apesar da OUA ter contado, entre 1964 e 1979, com uma Comissão de Mediação, Conciliação e Arbitragem e, a partir de 1993, com um Mecanismo para a Prevenção, Gerenciamento e Resolução de Conflitos, as intervenções da OUA no campo da paz e segurança foram desenvolvidas, em larga medida, segundo critérios formulados em caráter *ad hoc*. Foram descartadas propostas mais robustas, relativas à formação de uma Organização de Defesa Africana (1975) e de uma Força de Defesa Africana (1979).

Nessas condições, a OUA não foi capaz de formular respostas à altura da proliferação de conflitos no continente africano que marcou o fim da Guerra Fria, em países como a Somália, Burundi, Ruanda, Libéria, Serra Leoa e República Democrática do Congo. Essa percepção foi aguçada no contexto da política do Ocidente, adotada naquele momento histórico, de abdicação da participação direta em operações de manutenção da paz no continente africano.

Em meados dos anos 90, diversos países da África subsaariana viviam situações de guerra, distúrbios civis ou colapso do Estado. Essa situação gerou esforços de reflexão sobre as causas da instabilidade e marginalização experimentadas pela África. Nesse contexto, começou a ser elaborado um novo discurso de regeneração continental, que passou a confundir-se com a

chamada “nova agenda africana”. Questionamentos relativos à paz e segurança na África passariam a figurar, de forma proeminente, nesta nova agenda.

No novo discurso de regeneração continental, frisava-se a necessidade de abandonar o enfoque exclusivo na soberania que se associava à OUA. Este enfoque passara, gradualmente, a ser visto como insuficiente para lidar com a proliferação de desafios que o continente enfrentava. Não faltava, também, quem apontasse, conforme salientado por Gomes, que a ênfase excessiva na defesa do princípio da não intervenção teria encorajado uma “cultura da impunidade” entre os países da OUA, transformando a organização em silente observadora de atrocidades cometidas em vários Estados membros (GOMES 2008, p. 17 apud ESCOSTEGUY, 2011, p. 37).

Na elaboração da nova agenda africana, diversas lideranças africanas adotariam compromissos que revelavam uma nova disposição para abrir mão de uma parcela de sua soberania, em nome do desenvolvimento e do progresso de todo o continente. Nesse contexto, tornavam-se prioritárias a promoção da democracia, a transparência e o combate à corrupção, o império da lei e os direitos humanos. Todos esses elementos passariam a ser apresentados como indissociáveis e interdependentes do desenvolvimento e da paz e segurança.

Uma das primeiras articulações dessa visão é o documento de Kampala, de 1991, aprovado em uma reunião de Chefes de Estado africanos que iniciou um processo conhecido como Conferência sobre Segurança, Estabilidade, Desenvolvimento e Cooperação na África (CSSDCA).

O projeto de CSSDCA teve seu fracasso devido a falta de coesão ideológica dos próprios líderes africanos. Thabo Mbeki⁴⁰ e Olusegun Obasanjo⁴¹ procuraram apresentar-se como solução dos problema no que diz respeito à promoção da paz e segurança, bem como do desenvolvimento no continente africano. Nesse espírito, assumiram o papel de porta-vozes dos interesses africanos perante o mundo desenvolvido, reivindicando, nas reuniões anuais do G-8 e em outros foros, o perdão das dívidas africanas, maior acesso a mercados, investimentos e assistência ao desenvolvimento para países africanos, bem como maior apoio e envolvimento ocidental na promoção da paz no continente africano.

⁴⁰ Thabo Mvuyelwa Mbeki é um político da África do Sul e ex-presidente do país, que governou, sucedendo a Nelson Mandela, entre 14 de junho de 1999 à 20 de setembro de 2008. Renunciou por falta de apoio político no Parlamento de seu partido.

⁴¹ Olusegun Mathew Okikiola Arẹmu Obasanjo foi presidente da Nigéria entre 1999 a 2007.

Mbeki e Obasanjo atuaram juntos, também, em favor de uma abordagem gradualista para a construção da nova arquitetura institucional africana, mediante a consolidação de normas, valores e princípios. Contrariam, nesse sentido, o projeto apresentado por Muammar Kadafi⁴² de criação imediata dos “Estados Unidos da África”, que incluiria um Presidente com mandato de cinco anos, uma força militar unificada para todo o continente, uma moeda única e uma sede em Trípoli, Líbia (ESCOSTEGUY, 2011, p. 48)

As divergências dos líderes africanos, contribuíram muito na inoperância da OUA. A organização assumiu que não dispunha de mecanismos legais de intervenção na resolução dos inúmeros conflitos regionais que proliferavam em África. Assim, na Cúpula Extraordinária da OUA, em Sirte (Líbia), em 1999, foi tomada a decisão de estabelecer a União Africana (UA). O Ato Constitutivo da UA foi adotado em 2000, em Lomé (Togo) e, em 2002, a UA foi oficialmente lançada em Durban (África do Sul). Integram a organização todos os Estados africanos com a exceção do Marrocos, bem como a República Árabe Saaraui Democrática. A sede da nova organização, a exemplo da OUA, permaneceu em Adis Abeba (Etiópia). Os objetivos da nova organização estão enumerados no artigo 30 do Ato Constitutivo da UA: a defesa da soberania, da integridade territorial e da independência dos seus Estados-membros; a aceleração da integração política e econômica no continente; e a promoção de princípios democráticos, boa governança, paz, segurança e estabilidade no continente (ESCOSTEGUY, 2011, p. 49)

O órgão central da nova Arquitetura Africana de Paz e Segurança (AAPS) é o Conselho de Paz e Segurança (CPS) da UA, ele foi criado durante a Cúpula de lançamento da organização em Durban, mediante a adoção de um protocolo que entrou em vigor em dezembro de 2003. Além do equilíbrio regional, constam, entre os critérios para elegibilidade ao CPS, a participação em operações de manutenção da paz e outros esforços em prol da paz e segurança no continente.

Entre objetivos do CPS, estão a promoção da paz, segurança e estabilidade na África; a prevenção de conflitos, a promoção de práticas democráticas, boa governança e o império da lei, direitos humanos e liberdades fundamentais; a resolução de conflitos, mediante ações de *peace-making e peace building*; a reconstrução no período pós-conflito; a coordenação de esforços continentais para o combate ao terrorismo; e o desenvolvimento de uma política de defesa comum para a África.

⁴² Muammar Abu Minyar al-Gaddafi foi um militar, político, ideólogo e guia líbio, sendo chefe de Estado do seu país entre 1969 a 2011.

É de salientar que dos 54 países, apenas 5 (África do Sul, Argélia, Egito, Líbia e Nigéria) são responsáveis por 75% do orçamento regular da União Africana; cada um desses países contribui com 15%. No que refere as operações da manutenção da paz, apenas 15% provêm do orçamento regular da organização, sendo os 85% restantes provenientes de alguns contribuintes voluntários africanos e demais doadores externos (ESCOSTEGUY, 2011, p. 62).

No entanto, as dificuldades encontradas pelos países africanos na manutenção da defesa e segurança, tornaram indispensável a intervenção dos atores internacionais no processo de manutenção e organização das forças armadas dos países africanos. Neste sentido, o Brasil desenvolve cooperação militar bilateral com diversos países africanos. Para tanto, mantém adidâncias militares em Abuja, Cairo, Luanda, Maputo, Pretória e Windhoek.

A cooperação militar do Brasil com países africanos inclui o oferecimento de vagas em escolas preparatórias de oficiais e suboficiais a militares africanos. Embora não seja ainda enfatizada a formação específica para operações de manutenção da paz, existe a expectativa de que a experiência recente de militares brasileiros, principalmente na Minustah, enseje novas formas de cooperação, como o envio de instrutores brasileiros para centros de formação na África. Por exemplo, conforme anunciado pelo Presidente Lula durante visita do Presidente de Moçambique, Armando Guebuza, em julho de 2009, o Brasil prometeu oferecer treinamento a oficiais moçambicanos com vista à participação em operações de manutenção da paz. Em março de 2009, foi assinado Acordo de Cooperação no Domínio da Defesa com aquele país.

Na África do Sul, a cooperação militar abarca, além da instrução militar e de exercícios navais conjuntos, a dimensão tecnológica. O Brasil e a África do Sul cooperam no desenvolvimento do míssil A-DARTER que, um dos mais significativos projetos mantidos no exterior pela Força Aérea Brasileira, cuja importância estratégica deve-se à transferência efetiva de tecnologia e de conhecimentos acessórios que podem ter aplicação para fins civis em diversas áreas (agricultura, sensores, sistema de comunicação por rádio, veículos aéreos não tripulados).

No caso da Namíbia, a cooperação naval é o eixo da relação bilateral, tendo o Presidente Hifikepune Pohamba chegado a atribuir o fato da Namíbia ter uma marinha ao apoio recebido do Brasil. A Marinha brasileira mantém Missão Naval naquele país desde 1994. Conforme observado pelo Presidente Lula durante visita do Presidente Pohamba, entre 1998 e 2009 o Brasil treinou cerca de 500 oficiais namibianos.

O Brasil coopera também com a Namíbia no campo da construção naval. Em 2009, foi entregue à Marinha da Namíbia um navio-patrolha construído no Brasil. Além disso, o Brasil doou, em 2003, uma embarcação brasileira às Forças de Defesa namibianas. O Brasil coopera, ainda, no delineamento da plataforma continental namibiana.

No que diz respeito à Guiné-Bissau, a cooperação militar oferecida pelo Governo brasileiro insere-se no contexto do envolvimento brasileiro no apoio à consolidação da paz naquele país. Antes de tratar desta questão, cabe algumas linhas sobre as Forças Armadas da Guiné-Bissau.

Em 23 de janeiro de 1963, deu início a Guerra de Libertação Nacional liderada por Amílcar Cabral. Nesse momento, todas as etnias foram mobilizadas para integrarem a guerrilha do PAIGC e lutar contra o colonialismo português que até então dominava o país. A mobilização teve a participação de todas as etnias do país, mas de proporção diferente. As etnias Balantas, Mandingas, Papéis, Bijagós, Felupes participaram em massa na guerra de libertação, as restantes tiveram participação menor e outras foram consideradas traidoras (Fulas, Manjacas e Mancanhas), aliadas aos portugueses (MENDES, 2010, p. 34).

Após a independência (1973), teve início o processo de organização das Forças Armadas em três grupos (Exército, Marinha e Força Aérea) para garantir a segurança do novo Estado. Essa organização estava sob a liderança do PAIGC, o único representante legítimo do povo guineense reconhecido por Portugal. Mas como organizar e manter a coesão de uma Força Armada composta por vários grupos étnicos?

As divergências ideológicas entre guineenses e caboverdianos no seio do PAIGC, impossibilitaram uma organização coesa nas Forças Armadas da Guiné-Bissau. Essas divergências resultaram no golpe de Estado de 14 de Novembro de 1980, liderado por Nino Vieira. A justificativa foi ascensão a cargos-chaves do País pelos caboverdianos promovido pelo então presidente Luis Cabral (FERNANDES, 2009, p. 26-27).

No início dos anos de 1990, o exército guineense contava com cerca de 5700 homens, divididos por um batalhão de tanques, quatro batalhões de infantaria, um batalhão de artilharia, um de reconhecimento e uma unidade de engenharia. A infantaria estaria armada principalmente com espingardas de assalto AK-47, algumas FN FAL, diversos modelos de metralhadoras pesadas e lançadores de granadas RPG-7 (BISSAU, 2012). Essa divisão contava com todas as etnias em cada unidade, tendo a etnia balanta sempre majoritária.

Entretanto, ao longo dos 11 meses de conflito de 1998, os membros das Forças Armadas haviam praticamente triplicado e a economia encontrava-se num estado alarmante. Os cargos superiores nas forças militares eram muito cobiçados e poucos estavam dispostos a ceder o lugar⁴³. O General Ansumane Mané opôs-se frontalmente às tentativas de Kumba Yalá para reorganizar as chefias militares. No impasse que se seguiu, Kumba Yalá acentuou a questão da etnia, alegando que sendo o maior grupo do país, os Balanta deveriam contar com maioria no aparelho de Estado, especialmente entre as altas patentes, num desafio implícito à autoridade de Ansumane Mané.

A questão transformou-se num forte pomo de discórdia durante um período difícil de transição, particularmente entre os que corriam o risco de perder posições privilegiadas nas Forças Armadas, as vésperas de uma vasta desmobilização pós-guerra. No seio das Forças Armadas, os apoiantes de General Ansumane Mané dividiram-se. Kumba Yalá ordenou a sua prisão e, em novembro de 2000, o General Mané foi assassinado por tropas leais ao Presidente Kumba Yalá.

Após a morte de Ansumane Mané, as divergências continuam, os oficiais contestam desde então a composição étnica das Forças Armadas. As disputas relativas às promoções e exonerações efetuadas pelo Presidente Kumba Yalá só foram resolvidas em dezembro de 2004, após a deposição de Kumba Yalá através de um golpe de Estado. Numa tentativa de reequilibrar a situação e obter consenso, foram readmitidos nas Forças Armadas 65 oficiais e promovidos uma série de apoiantes de General Ansumane Mané e do ex-Presidente Nino Vieira, ficando a chefia a cargo de um Balanta (O'REGAN; THOMPSON, 2013). O critério da etnia permanece uma questão controversa no seio das Forças Armadas da Guiné-Bissau, dominadas em 80% por Balantas, o que torna as promoções e recrutamentos um motivo frequente de tensões e disputa.

O período Yalá, ficou marcado sua agudização da crise econômica e social, pela perda de credibilidade internacional da Guiné-Bissau, pelo declínio das instituições, pela desresponsabilização das autoridades, pelo desrespeito pela Constituição e pela crise entre a Presidência e os órgãos da Justiça e Assembleia Nacional Popular. Essas ações são, entre outras, explicativas de que em 14 de setembro de 2003, Kumba Yalá foi deposto do poder pelo General Vírissimo Correia Seabra de etnia Mancanha.

⁴³ Durante a Guerra, todas as etnias participaram ao lado da junta militar mas a etnia balanta era maior. Após o conflito, no governo do presidente Kumba Yalá iniciou lutas pelos cargos nas Forças Armadas.

O golpe de Estado de 14 de Setembro de 2003, dá início a outro processo de transição em que interinamente assumiu a Presidência o empresário Henrique Perreira Rosa, tendo o General Viríssimo Seabra assumido o cargo de presidente do Comité Militar para a Restituição Constitucional e Democrática (CMRCD), órgão consultivo do Presidente da República. É neste contexto que são realizadas as eleições legislativas, em 30 de Março de 2004, que dão a vitória ao PAIGC.

Os elementos sempre presentes que estão na origem dos conflitos na Guiné-Bissau, em que podemos destacar a falta de diálogo para a resolução dos problemas do país por vias não violentas, são postos em evidência com o assassinato do então Chefe de Estado Maior das forças Armadas, General Viríssimo Correia Seabra, em outubro de 2004, juntamente com o Chefe dos Serviços de informações de Forças Armadas, Coronel Domingos Barros, perpetrado por militares que participaram da missão de paz na Libéria no âmbito da CEDEAO e da ONU. Viríssimo foi acusado de promoção arbitrária no interior das forças armadas, corrupção e abuso de poder. Segundo o sociólogo Hugo Monteiro (2004), o assassinato de Viríssimo Seabra não passa de um ajuste de contas nas Forças Armadas pela deposição do Presidente Kumba Yalá em 2003. Neste sentido, Teixeira afirma:

Percebe-se por outro lado, que as clivagens étnicas dentro das Forças Armadas e a luta pelo poder entre os oficiais militares tinham também uma dimensão simbólica: a colocação nas patentes militares dos dois ramos de arroz, principal produto de consumo nacional, cujos produtores majoritariamente são oriundos da etnia balanta, foi entendida como uma demonstração de hegemonia Balanta dentro das Forças Armadas sob proteção do Partido da Renovação Social (PRS), então no governo (DIÁRIO DE BISSAU, 2003, p. 13. Apud FERNANDES 2013, p. 33).

Embora esse fenómeno tenha ficado visível durante o governo de Kumba Yalá, e pelo Partido da Renovação Social (PRS), do qual era líder, é importante realçar de que não se trata de uma balantalização da sociedade guineense, mas sim de atribuição de cargos públicos a membros da mesma etnia (DIAS, 2000). Não existem conflitos étnicos a se manifestar na sociedade guineense. Em resumo, tanto a morte de Ansumane Mané, como a morte de Veríssimo Seabra abriram caminho à tomada do poder por parte dos militares pertencentes à etnia Balanta que, ainda hoje, está no poder (SOARES, 2013, p. 58-59).

O ano de 2005, em que o país festejava 36 anos da independência, foi marcada pelo retorno de Nino Vieira e a realização da terceira eleição presidencial. Vieira e Yalá, dois presidentes eleitos democraticamente e depostos pelos militares em 1999 e 2003, apresentaram-se

como candidatos a eleições presidenciais e as suas candidaturas foram validadas pela Suprema Corte. Nino Vieira saiu vencedor das eleições e tornou-se novamente presidente do país.

A volta de Nino Vieira traria a estabilidade política como esperavam os guineenses? Para quem entedesse a realidade política da Guiné-Bissau, sabia que Nino Vieira teria um grande desafio, sobretudo com os militares da etnia balanta, pois estes combateram contra ele e estavam à frente das forças armadas.

Um outro fenómeno que mexeu com as Forças Armadas guineense foi o tráfico de drogas. A Guiné-Bissau faz parte da África Ocidental, uma região apoderada pelos traficantes latinos americanos durante vários anos. A Guiné-Bissau é conhecida nas mídias internacionais como um “Narco-Estado”. O envolvimento de políticos, militares e elites guineenses no tráfico de drogas, tornou difícil o seu combate. Desde 2005, os traficantes latino-americanos e nigerianos aproveitam a fraqueza do Estado e de suas forças de segurança para instalar a base de tráfico de drogas. Em julho de 2008, foi apreendido um avião com 517 kg de cocaína no Aeroporto Internacional Osvaldo Vieira, em Bissalanca, nos arredores de Bissau, que desaparece quando está sob a guarda do Tesouro Público. É de salientar que os militares são os principais atores envolvidos no tráfico de drogas.

Diante dessa crise, as forças armadas provocaram a saída do governo por meio do assassinato de seus líderes. Em 23 de novembro de 2008, Vieira escapou da primeira tentativa de assassinato organizada por militares; já em 1 de março de 2009, o então Chefe de Estado Maior General das Forças Armadas, Baptista Tagme na Waie, não teve a mesma sorte e foi assassinado por militares de sua própria etnia, a balanta. Na madrugada do dia 2 de março, foi a vez do Presidente da República, Nino Vieira, atacado e morto na sua residência por um grupo de militares da etnia balanta.

Depois da morte do presidente e do chefe de Estado Maior, os militares afirmaram que respeitariam a Constituição, sendo então nomeado o presidente de transição, Raimundo Pereira e marcada eleição. Do pleito, realizado em maio de 2009, saiu vitorioso o candidato do PAIGC, Malam Bacai Sanhá. Sanhá teve como missão restaurar o país das profundas crises e, especialmente, ganhar a confiança da Comunidade Internacional. Todavia, as violações de direitos perpetradas por militares continuaram. Ademais, Sanhá faleceu em 9 de Janeiro de 2012, em Paris, vítima de uma doença prolongada e, portanto, não pôde completar seu mandato.

Ao longo do processo eleitoral, marcado por denúncias de fraude e insegurança generalizada, novo golpe de Estado é perpetrado pelos militares, em 12 de Abril de 2012, resultando na deposição do presidente interino, Raimundo Pereira, e do primeiro ministro Carlos Gomes Jr., que foram presos. As forças armadas justificaram a tomada de poder pela presença de soldados angolanos em território nacional, o que representaria abuso por parte do governo. Ressalte-se que os cerca de 200 soldados foram enviados por Angola justamente para garantir a integridade dos governantes da Guiné Bissau.

Os soldados angolanos estavam na Guiné-Bissau, no quadro de uma solicitação feita pelo governo guineense à comunidade internacional em 2010, devido as constantes instabilidades que o país atravessava. A solicitação internacional não foi atendida, tornou-se um acordo bilateral entre governos da Guiné-Bissau e de Angola, gerando a instalação de Missão Militar de Angola (MISSANG) no território guineense, em 21 de março de 2011 (MBUNDE, 2012). Além de mais, o governo angolano passou a apoiar e a conceder linhas de crédito ao seu homólogo guineense. Em fevereiro de 2011, o congresso angolano aprovou um crédito de 600 milhões de dólares a favor da Guiné-Bissau (MBUNDE, 2012).

A MISSANG gerou polêmica entre os atores políticos domésticos, os partidos de oposição a contestaram. O Partido da União Patriótica Guineense (UPG) qualificou a instalação das tropas angolanas em Guiné-Bissau de ocupação estrangeira e que a classe castrense guineense é incompatível a uma força estacionária angolana no seu país, tendo em conta as características da MISSANG, com fortes tradições militar e de comando (NANSIL, 2011). Além desse partido, várias vozes políticas, como a de Silvestre Alves, líder do Movimento Democrático Guineense, discordaram da presença angolana (CASSAMA, 2011). Essas discordâncias motivaram novo golpe de Estado, que aconteceu em 12 de abril de 2012. Outra justificativa dos golpista, foi abuso do poder por parte do primeiro ministro.

Além dessas justificativas, é importante lembrar que o então primeiro ministro, Carlos Gomes Júnior, nunca teve boas relações com as elites das forças armadas, da etnia balanta. O braço direito de Carlos Gomes Júnior na força armada guineense era o General Virissimo Correia Seabra, da etnia mancanha, assassinado em outubro de 2004, quando foi eleito pela primeira vez como Primeiro Ministro da Guiné-Bissau. Desde aquele momento, Carlos Gomes Júnior queria fazer um reajuste nas forças armadas do país em termos de etnias. Esse reajuste consistiria em fazer uma reforma dos altos oficiais com idade avançada e recrutar jovens com/ou que serão

formados das outras etnias para manter um equilíbrio nas forças armadas. Todavia, a sucessão de golpes e a permanente instabilidade até agora não permitiram a necessária renovação das forças armadas do país.

É nesse âmbito de instabilidade que a cooperação entre a Guiné-Bissau e o Brasil se torna indispensável. A cooperação militar oferecida pelo Governo brasileiro insere-se no contexto do envolvimento brasileiro no apoio à consolidação da paz naquele país. Irene Vida Gala (2007) aponta que, embora a Guiné-Bissau tenha passado a constar da agenda do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) a partir do final dos anos 1990, o pequeno país da África Ocidental não despertou o mesmo interesse observado naquele órgão por outras situações na sub-região, como as da Libéria, Serra Leoa e, posteriormente, Costa de Marfim. Nesse contexto, “a Guiné-Bissau passou a fazer parte do que seria, informalmente, entre os membros do CSNU e no próprio Secretariado das Nações Unidas, uma área de influência brasileira, que caberia ao Brasil buscar resgatar da situação de instabilidade e de ameaça de novos conflitos” (GALA, 2007, p. 131). Na mesma linha, o Brasil passaria, a partir de 2008, a presidir a configuração da Guiné-Bissau na Comissão de Construção da Paz.

A cooperação militar do Brasil com a Guiné-Bissau foi concebida como uma contribuição ao processo de estabilização político-institucional naquele país. Gala aponta que, de maneira a apoiar a reforma das forças armadas bissau-guineenses, foram enviadas diversas missões brasileiras àquele país, “culminando em plano de reestruturação das Forças Armadas, que prevê desde a reforma de estruturas físicas, até a aquisição de equipamentos e a preparação de um plano nacional de defesa para o país” (GALA, 2007, p. 132).

A despeito das dificuldades de ordem orçamentária para a implementação do ambicioso plano, a cooperação militar do Brasil com a Guiné-Bissau vem progredindo. Em 2006, foi assinado Acordo sobre Cooperação no Domínio da Defesa. Em março de 2009, o Ministro da Defesa, Nelson Jobim, visitou a Guiné-Bissau, ocasião em que pôde visitar instalações cedidas pelo governo local para uma Missão de Cooperação Militar Brasileira no país.

Além do nível bilateral, arranjos como a CPLP, o Ibas, a Cúpula ASA e a Zopacas também oferecem possibilidades de cooperação com a África no campo da manutenção da paz e segurança (ESCOSTEGUY, 2011, p. 158)

No caso da CPLP, o Brasil participa, desde 2000, de exercícios militares anuais de operações de paz e de ajuda humanitária conhecidos como Felino, reunindo representantes dos

oito países integrantes da Comunidade, cinco dos quais são africanos. Gala observa que “Essa é a única participação brasileira digna de registro no tocante a iniciativas internacionais voltadas para a capacitação de tropas africanas para atuação em operações de paz” (GALA, 2007, p. 134).

No entanto, durante reunião da Comunidade de Países da Língua Portuguesa (CPLP), em Lisboa, Portugal no dia 26 de maio de 2014, o Ministro da Defesa do Brasil, Celso Amorim afirmou que “o Brasil está disposto a cooperar no treinamento e na formação dos militares de Guiné-Bissau para auxiliar o país a prover a segurança necessária à sua estabilidade política e a seu desenvolvimento socioeconômico” (AMORIM, 2014a). Tal auxílio tem o objetivo garantir a segurança necessária a estabilidade política e desenvolvimento socioeconômico do país.

A Guiné-Bissau realizou, em abril de 2014, as primeiras eleições presidenciais após o golpe de Estado que levou os militares ao poder, em 2012. O pleito foi acompanhado por observadores internacionais, entre eles integrantes da CPLP, que o consideraram válido, tendo ocorrido em clima de liberdade e transparência.

Diante da perspectiva de retorno à normalidade democrática, Amorim manifestou o apoio brasileiro ao país da Costa Ocidental africana. “O Brasil está muito empenhado em ajudar assim que as condições permitirem” (AMORIM, 2014a). O ministro brasileiro lembrou que, antes do golpe de Estado de 12 de abril de 2012, o Brasil havia destacado oficiais de suas Forças Armadas para auxiliar o processo de formação das polícias e das forças armadas guineenses, ação que foi interrompida em razão dos acontecimentos de então. Ele defendeu que a CPLP realize ações conjuntas na área de segurança para auxiliar Guiné-Bissau, mas ponderou que isso deve ser feito levando em conta o ponto de vista dos países situados no entorno geográfico da nação africana.

Segundo Amorim, também é necessário realizar a desmobilização dos atuais militares de Guiné-Bissau. “É algo que tem que ocorrer progressivamente, de maneira negociada e tem que ser adequadamente financiada porque isso tem um custo” (AMORIM, 2014b). Para o ministro, o país africano requer a formação de forças armadas profissionais, organizadas e modernas, capazes de desempenhar funções essenciais como a defesa da pátria, além de combater ilícitos.

As eleições guineenses e a perspectiva de retomada da normalidade institucional no país dominaram as discussões ocorridas na XV Reunião dos Ministros da Defesa da CPLP. Durante o encontro, o ministro da Defesa de Portugal, José Pedro Aguiar-Branco, destacou a importância da manifestação conjunta dos países-membros da CPLP sobre Guiné-Bissau, algo que, segundo ele,

deverá levar a ações concretas no sentido de auxiliar o país a consolidar o resultado das eleições livres. “Os sinais que vem do país são encorajadores” (AGUIAR-BRANCO. 2014).

O assunto também foi objeto de manifestações de todos os demais ministros da Defesa presentes à reunião: Moçambique, Angola, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em um período de 40 anos, a diplomacia brasileira passou da consideração de que as províncias ultramarina eram parte integrante e inseparável de Portugal, identificando-se com as teses portuguesas, ao desenvolvimento de relações político-diplomáticas plenas com a Guiné-Bissau. A Guiné-Bissau faz parte dos PALOP, os principais parceiros políticos do Brasil no continente africano.

No campo político, ao longo destes quarenta anos, a Guiné-Bissau e o Brasil mantêm um diálogo político cordial em maior ou menor grau, variando segundo a vontade política dos dirigentes. Nas Nações Unidas, o Brasil posicionou-se favoravelmente às resoluções que favoreciam os PALOP. Do lado africano, o Brasil recebeu apoio irrestrito dos PALOP nas posições que almejava nas eleições multilaterais para cargos nos mais diversos foros, sobre os mais distintos temas. Deste modo, o Brasil está atualmente representado em praticamente todas as instancias deliberativas da governança global, em grande medida graças ao apoio dos países do sul, entre os quais a Guiné-Bissau.

No continente africano, os PALOP, são opções inevitáveis da diplomacia brasileira no que diz respeito a parcerias nos debates dos grandes temas globais, como o comércio internacional e a cooperação para o desenvolvimento. Mas para que o Brasil consolide esta parceria, é necessário um planejamento maior por parte do governo brasileiro para execução de uma diplomacia que oriente por diversos vetores, entre eles, o estreitamento cada vez maior do diálogo político-diplomático com os cinco países africanos lusófonos, que poderão servir de ligação do país com os demais países africanos.

A Guiné-Bissau faz parte da Comunidade Econômica de Estados da África Ocidental (CEDEAO), região marcada pela fortíssima influência francesa. A presença brasileira já era marginal mesmo nos anos 1970, reduzida aos valores do comércio e de contra-comércio. Mais recentemente, nos anos 1990, graças aos laços de diálogo e a cooperação com Guiné-Bissau sob

os auspícios da CPLP, o Brasil passou a projetar-se sobre essa região em temas relacionados à política regional como na resolução do conflito guineense.

Concernente à cooperação técnica, ressalta-se que esta ocorreu de forma unilateral, tendo a Guiné-Bissau uma atitude passiva. A cooperação técnica entre a Guiné-Bissau e o Brasil teve, ao longo destes anos, uma característica vertical em que o lado guineense limitou-se a beneficiar-se da ajuda brasileira. O Brasil, por meio da cooperação técnica, conseguiu sustentar as suas posições na Guiné-Bissau. Enquanto instrumento da política externa, a cooperação técnica mostrou-se eficaz, pois conseguiu preencher as lacunas deixadas pelo pouco diálogo político registradas entre os dois lados na primeira metade de década de 1990. A maioria das ações da cooperação técnica brasileira prestada à Guiné-Bissau, centraram-se na capacitação dos recursos humanos e em missões de prospecção e participação em projetos internacionais desenvolvidos na Guiné-Bissau.

É importante frisar que hoje os PALOP são os principais beneficiários da cooperação técnica internacional brasileira, sendo a Guiné-Bissau o primeiro do grupo. No campo da saúde, a cooperação brasileira para o combate a epidemia do HIV/Aids, por meio de capacitação de recursos humanos dos PALOP e da transferência de tecnologia para produção de anti-retrovirais, constitui em um dos mais importantes projetos da cooperação brasileira prestada àqueles cinco países africanos. Sabe-se que hoje a expansão progressiva da epidemia do HIV/Aids no continente africano constitui um fator de empecilho ao desenvolvimento deste continente.

No campo da cooperação cultural, ressalta-se que a cooperação cultural oficial brasileira focalizou-se em ações de difusão cultural brasileira na Guiné-Bissau, mediante o envio, para este país, de produtos culturais brasileiros, como música e cinema. Do lado contrário, foram registradas poucas ações no sentido de divulgação cultural da Guiné-Bissau no Brasil, talvez por falta de recursos. Angola talvez seja o único país com maior iniciativa no campo da divulgação cultural de país africano lusófono no Brasil. Nesse sentido, foi inaugurado pelo governo angolano, a Casa de Angola em Salvador, Bahia (TRINDADE, 2008, p. 10).

As relações entre o Brasil e a Guiné-Bissau foram intensas nas décadas de 1970 e 80. As visitas oficiais aos autoridades dos dois países também foi intensa neste período: a inclusão da Guiné-Bissau na lista dos países visitados pelo então presidente brasileiro João Batista Figueiredo, em 1983, durante a primeira viagem de um chefe de estado brasileiro ao continente

africano, ilustra bem o nível das relações entre os dois países na época. A partir do início da década 1990, as relações entre os dois países ficaram centradas na cooperação técnica. As exportações brasileiras para Guiné-Bissau foram prejudicadas pela crise econômica em que aquele país africano mergulhou no fim da década de 1980. Guiné-Bissau, entre os PALOP, é aquele que apresenta a situação mais crítica, tanto do ponto vista político quanto econômico. Neste sentido, a cooperação brasileira deveria se centrar na contribuição para o fortalecimento das instituições do Estado guineense, por meio de capacitação dos recursos humanos daquele país.

Em síntese, as relações da Guiné-Bissau e Brasil foram, ao longo destes quarenta anos, marcadas por discontinuidades devido as sucessivas instabilidades políticas na Guiné-Bissau (golpes de Estados e tentativas de golpes) e a oscilação do interesse da política externa brasileira (América do Norte, Europa ou América do Latina). As décadas de 1970 e 80 foram indiscutivelmente as mais proveitosas para ambos os lados. Já a década de 1990, foi marcada por distanciamento entre os dois lados do Atlântico, as ações da cooperação brasileira centraram-se na cooperação técnica e, sobretudo, na formação dos recursos humanos da Guiné-Bissau no Brasil. A criação da CPLP deu um novo ânimo a estas relações, no entanto, a reaproximação dos dois lados ainda é um pouco tímida, faltam ações mais concretas da diplomacia.

Após 1998, período que a Guiné-Bissau teve a guerra civil que devastou o país, a área de segurança e defesa chamou atenção do Brasil. O Brasil está atuando junto das organizações internacionais, entre as quais a CPLP e a ONU, no processo de resgatar o país da situação de instabilidade e ameaça de novos conflitos, além de presidir desde 2008 a configuração da Guiné-Bissau na Comissão de Construção da Paz. O Brasil oferece ainda à Guiné-Bissau, o treinamento policial para melhorar sua segurança nacional.

As relações bilaterais Guiné-Bissau/Brasil, alargadas sobretudo nas cooperações técnicas, tem tudo para comover os guineenses e brasileiros pois, os dois povos comungam inúmeras identidades históricas e culturais.

REFERÊNCIAS

AGUILAR, Sérgio Luis Cruz. Atântico Sul: **As Relações do Brasil com os Países Africanos no campo da Segurança e Defesa**. Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais | e-ISSN 2238-6912 | ISSN 2238-6262 | v.2, n.4, Jul-Dez 2013 | p.49-71.

AMORIM, Celso. **As palavras do Ministro da Defesa do Brasil Embaixador Celso Amorim, na reunião da Comunidade de Países da Língua Portuguesa (CPLP), em Lisboa, Portugal no dia 26 de maio de 2014**. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/defesa-e-seguranca/2014/05/brasil-aceita-cooperar-na-formacao-militar-de-guine-bissau>>. Acesso em 27 maio 2014.

AMORIM, Celso. **As palavras do Ministro das Relações Exteriores do Brasil embaixador Celso Amorim, na abertura dos trabalhos da Primeira Reunião de Ministros de Negócios Estrangeiros e de Relações Exteriores dos Países de Língua Portuguesa**. Resenha de Política Exterior do Brasil, Brasília, n. 75, jul./dez. 1994, p. 171-173.

AMORIM, Celso. **Lusofonia e cooperação. O Globo, Rio de Janeiro, 05 ago. 1994**. Publicado em: Resenha de Política Exterior do Brasil, Brasília, n. 75, jul./dez. 1994, p. 171-173.

ANDRADE, Mario de. **A geração de Amilcar**. Bissau: Instituto Amizade, 1973.

ARON, Raimond. **Paz e guerra entre as nações**. Brasília: EDUnB, 1986.

BELLUCCI, Beluce, LAMY, Philippe. **A exploração colonial na África**. Textos para debate 17. Secretaria de Relações Internacionais do Partido Trabalhista (PT). São Paulo, 2010.

BERNDT, Priscila Pimont. **A Cooperação Técnica Internacional como instrumento da Política Externa Brasileira: O Brasil como doador junto aos países africanos**. 62p. Monografia (bacharel em relações internacionais). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2009.

BITELLI, Júlio. **A política brasileira para a África e a descolonização dos territórios portugueses**. In: Ensaios de historia diplomática do Brasil (1930-1986). Cadernos do IPRI nº 2, Brasília, 1989.

BRASI. Ministério da Relações Exteriores. **Visita do Presidente Lula a Botsuana, em 2006**. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/2006/02/11/comunicado-conjunto-visita-de-estado-a-botsuana-do>>. Acesso em: 13 set. 2014.

BRASI. Ministério da Relações Exteriores. **Visita do Presidente Lula a Botsuana, em 2006**. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/2006/02/11/comunicado-conjunto-visita-de-estado-a-botsuana-do>> . Acesso em 13 set. 2014.

BRASIL, Ministério da Relações Exteriores. **Discurso do Embaixador Celso Amorim no ato de transmissão de posse do Ministro de Estado de Relações Exteriores, em 2003**. Diplomacia, Notas. Disponível em:

<<http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/2003/01/discurso-proferido-pelo-embaixador-celso-amorim>>. Acesso em 11 set. 2014.

BRASIL, Ministério da Relações Exteriores. **Discurso do Luis Inácio Lula por ocasião do almoço em homenagem ao Presidente da Guiné-Bissau durante sua visita ao Brasil, em 2007**. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/2009/06/29/visita-do-presidente-luiz-inacio-lula-da-silva-a>>. Acesso em: 16 set. 2014.

BRASIL, Ministério da Relações Exteriores. **Visita do Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Celso Amorim a Guiné-Bissau, em 2007**. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/2009/06/29/visita-do-presidente-luiz-inacio-lula-da-silva-a>>. Acesso em: 15 set. 2014.

BRASIL, Ministério da Relações Exteriores. **Visita do Presidente João Bernardo Vieira da República da Guiné-Bissau ao Brasil, 2007**. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/2009/06/29/visita-do-presidente-luiz-inacio-lula-da-silva-a>>. Acesso em: 15 set. 2014.

BRASIL, Ministério da Relações Exteriores. **Visita do Presidente Lula da Silva a Guiné-Bissau, em abril de 2005**. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/2009/06/29/visita-do-presidente-luiz-inacio-lula-da-silva-a>>. Acesso em: 15 set. 2014.

BRASIL, Ministério da Relações Exteriores. **Visita do Presidente Malam Bacai Sanha da Guiné-Bissau ao Brasil, em 2010**. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/2009/06/29/visita-do-presidente-luiz-inacio-lula-da-silva-a>>. Acesso em: 17 set. 2014.

BRASIL. **AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO (ABC)**. Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/imprensa/mostrarnoticia/113>>. Acesso em: 3 out. 2014.

BRASIL. Brasília. **Discurso do presidente Luis Inácio Lula da Silva na tomada de posse em 1 de janeiro de 2003**. Disponível em: <<http://port.pravda.ru/news/cplp/brasil/05-01-2003/836-0/>>. Acesso em: 11 set. 2014.

BRASIL. **Comunicado conjunto da Primeira Reunião da Comissão Mista Brasil-Guiné-Bissau**. Resenha da Política Externa Brasileira, nº 18, p. 52-54, jul/set 1979.

BRASIL. **Comunicado conjunto da Primeira Reunião dos Chanceleres dos Países de Língua Portuguesa**. Resenha da Política Externa Brasileira, nº 74, 1º semestre, 1994. p. 81-83.

BRASIL. FOLHA DE SÃO PAULO. **Visita do Presidente Lula da Silva a Senegal, em 2005**. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1504200508.htm>>. Acesso em 13 set. 2014.

BRASIL. Ministério da Relações Exteriores. **Departamento da divisão da África do Ministério de Relações Exteriores. Embaixadas do Brasil na África**. Disponível em : <http://www.itamaraty.gov.br/o-ministerio/o-brasil-no-exterior>>. Acesso em 15 set. 2014.

BRASIL. Ministério da Relações Exteriores. **Visita do Presidente Lula da Silva a São Tomé e Príncipe por ocasião da Va Conferência de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – 26 e 27 de julho de 2004.** Disponível em: < <http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/2004/07/23/0659174450881-visita-do-presidente-luiz-inacio-lula-da-silva-a>>. Acesso em 13 set. 2014.

BRASIL. Ministério da Relações Exteriores. **Visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Líbia para participar da Cúpula da União Africana - Sirte, 1º de julho de 2009.** Disponível em: < <http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/2009/06/29/visita-do-presidente-luiz-inacio-lula-da-silva-a>>. Acesso em 28 set. 2014.

BRASIL. Ministério da Relações Exteriores. **Visita do Presidente Lula a Cabo Verde - Ilha do Sal, 3 e 4 de julho de 2010 por ocasião da Cúpula Brasil –Comunidade dos Estados da África Ocidental (CEDEAO).** Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/2009/06/29/visita-do-presidente-luiz-inacio-lula-da-silva-a>>. Acesso em: 28 set. 2014.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Endereços de consulados estrangeiros no Brasil.** Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/servicos-do-itamaraty/enderecos-de-consulados-estrangeiros-no-brasil>>. Acesso em: 13 set. 2014.

BRASIL. **Ministério das Relações Exteriores. Relatório, 1977.**

BRASIL. **Ministério das Relações Exteriores. Relatórios. (1974-1988).**

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. **Missões Empresariais.** Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/noticia.php?area=1¬icia=12788>>. Acesso em 11 set. 2014.

BRASIL; GUINÉ-BISSAU. **Comunicado conjunto Brasil Guiné-Bissau, assinado em Brasília, em 3 de julho de 1984, pelos Presidentes João Figueiredo e João Bernardo Vieira.** Resenha da Política Externa Brasileira, nº 42, jul./set. 1994. p. 81-83.

CABRAL, Jorge. **A política externa na Guiné Bissau.** Soranda – Revista de Estudos Guineense. Bissau, nº 7, p.63-84, 1989.

CABRAL, Luiz. **Discurso do Presidente da Guiné-Bissau, Luiz Cabral no Palácio do Itamaraty, em 16 de junho de 1980.** Resenha de Política Exterior do Brasil. Brasília, n. 25, abr/jun 1980, p. 125-130.

CARDOSO, Carlos. **A transição Democrática na Guiné-Bissau, um parto difícil.** Bissau. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP), 1995.

CARDOSO, Fernando Jorge. **A África da CPLP. In Cardim, Carlos Henrique e Cruz, João Batista (Org.). CPLP: Oportunidade e Perspectivas.** Brasília: FUNAG/IPRI, 2002.

CASTRO, Antônio J. Rezende de. **As Relações entre Brasil e Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa. In: FUNDAP (org.). Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa: Reflexões sobre história, desenvolvimento e administração.**São Paulo: FUNDAP, 1992.

CERVO, Amado Luis. **Relações internacionais do Brasil: Um balanço da era Cardoso**. Revista Brasileira de Política Internacional. Brasília, 45 (1), p. 5-35, 2002.

CERVO, Amado Luiz ; BUENO, Clodoaldo. **Meios e resultados do pragmatismo em política externa (1967-1979)**. In: **História da Política Exterior do Brasil**. 2.ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília; Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 2002. p. 398-425. (Coleção O Brasil e o mundo).

COMITINI, Carlos. Amílcar Cabral. **A arma da teoria**. Rio de Janeiro: Codecri, 1980.

COMUNIDADE DOS PAISES DA LINGUA PORTUGUESA. **Comunidade dos Países da Língua Portuguesa**. [Lisboa]: [1996].

CORREIA, Yolanda T.N. **Cooperação técnica Brasil/PALOP de 1975 a 1996**. 146f. Dissertação (mestrado em relações internacionais). Universidade de Brasília, Brasília, 1997

COSTA, Fernando Marques da; Falé; Natália. **Guia Político dos PALOP**, Lisboa, Editorial Fragmentos/Fundação de Relações Internacionais, 1992.

COUTINHO, Ângela Sofia Benoliel, in: <<http://coloquiocvgb.files.wordpress.com/2013/06/p03c02-angela-coutinho.pdf>>. Acesso em 17 nov. 2013.

DANTAS, San Tiago. **Política externa independente**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira SA. 1962.

DIDINHO. Fernando Cassimiro. **Perfil: João Bernardo "Nino" Vieira**. Disponível em: <<http://expresso.sapo.pt/perfil-joao-bernardo-nino-vieira=f500593>>. Acesso em: 14 set. 2014.

DOPKE, Wolfgang. **Há salvação para a África? Thabo Mbequi e o seu New Partnership for African Development**. Revista Brasileira de Política Internacional, Brasília, 45 n. 1, p. 146-155, 2002.

ESCOSTEGUY, Pedro. **A nova arquitetura africana de paz e segurança: implicações para o multilateralismo e para as relações do Brasil com África**. Fundação Alexandre Gusmão, Brasília, 2011.

FEIJÓ SOBRINHO, Pedro da Silva. **Comunidade dos Países de língua Portuguesa: Institucionalização e relações culturais, político-diplomáticas e econômicas**. 124f. Dissertação (mestrado em relações internacionais). Universidade de Brasília, Brasília, 1996.

FERNANDES JUNIOR, José. **Colapso do Estado na Guiné-Bissau ou outra face de qualquer Estado de Direito**. 60f. Monografia (graduação em Sociologia), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

FERNANDES, Fristtram Helder. **Declaração do estudante guineense em Santa Catarina, Fristtram Helder Fernandes sobre a interrupção de convênio educacional Brasil/Guiné-Bissau após golpe de Estado perpetrado**

na Guiné-Bissau em 2012. Disponível em: <<http://www.dw.de/programa-para-estudar-no-brasil-exclui-guin%C3%A9-bissau/a-16841958>>. Acesso em: 22 out. 2014.

FIGUEIREDO, João Baptista. **Discurso do Presidente João Baptista Figueiredo no Palácio do Itamraty, em 16 de junho de 1980.** Resenha de Política Exterior do Brasil. Brasília, n. 25, abr/jun 1980, p. 125-130.

FIGUEIREDO, João Baptista. **Discurso do Presidente João Baptista Figueiredo em Bissau, em novembro de 1983, por ocasião de sua visita a Guiné-Bissau.** Resenha de Política Exterior do Brasil. Brasília, n. 39, out./dez. 1983, p. 16-18.

FIGUEIREDO, João Baptista. **Discurso do Presidente João Baptista Figueiredo em Bissau, em 17 de novembro de 1983, por ocasião de almoço oferecido pelo Presidente da Guiné-Bissau, João Bernardo Vieira.** Resenha de Política Exterior do Brasil. Brasília, n. 39, out./dez. 1983, p. 16-18.

FIGUEIREDO, João Baptista; VIEIRA, João Bernardo. **Comunicado Conjunto Brasil - Guiné-Bissau, assinado, em Bissau, em 17 de novembro de 1983, durante a visita do Presidente João Baptista Figueiredo a Guiné-Bissau.** Resenha da Política Exterior do Brasil, Brasília, n. 39, p. 15-22, out./dez. 1983.

GALA, Irene Vida. **A política externa do Governo Lula para a África: a política externa como instrumento de ação afirmativa...ainda que não só.** LI Curso de Altos Estudos. Brasília: Instituto Rio Branco, 2007.

GOLDINO, Carolina Ferreira. **Nasce um Estado: A construção do Timor Leste.** 141f. Dissertação (mestrado em relações internacionais) San Tiago Dantas (UNESP, UNICAMP, PUC-SP). São Paulo, 2012.

GUERREIRO, Saraiva. **Discurso do Chanceler brasileiro Saraiva Guerreiro na abertura dos trabalhos da Comissão Mista Brasil-Guiné-Bissau, em Bissau, em 1983.** Resenha da Política Exterior do Brasil, Brasília, n. 28, p. 35-36, jan/mar. 1989.

GUINÉ-BISSAU. **A Revolta dos Mais Velhos (Guiné Bissau, 1998/99).** Documentário da Guerra civil na Guiné-Bissau. As razões da revolta expressas pelos cinco comandantes do cerco a Bissau: Tagma Na Way, Bubo Na Tchuto, Bidom Na Montche, Lassana Ni Danni e Almame Alan Camará. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=bQs4UUeuV5Y>>. Acesso em: 28 set. 2014.

GUINÉ-BISSAU. **Ministério da Defesa Nacional. Estado das Forças Armadas da Guiné-Bissau (Exército, Marinha e Força Aérea).** Disponível em: <<http://movv.org/2012/04/16/estado-das-forcas-armadas-da-guine-bissau-exercito-marinha-e-forca-aerea/>>. Acesso em 20 out. 2014.

GUINÉ-BISSAU. **Visita do Presidente português, General Ramalho Eanes a Guiné-Bissau, de 20 a 25 fevereiro de 1979.** Disponível em: <<http://www.cart1525.com/gouveia/independencia.pdf>>. Acesso em 26 set. 2013.

HELENO, Maurício Gurjão Bezerra. **A Política Externa do Governo Lula: A experiência da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB).** 148f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade) do Centro de Estudos Sociais Aplicados da Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2014.

HERNANDEZ, Leila M. M. Leite. **Movimentos Políticos – Ideológicos. In: FUNDAP (org.). Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa: Reflexões sobre história, desenvolvimento e administração.** São Paulo: FUNDAP, 1992.

HILUY FILHO, João J. et. Al. **UNILAB – O desafio da concepção de formação em engenharia em Universidade pioneira.** XXXIX Congresso Brasileiro de Educação em Engenharia. Blumenau (SC), 03 a 06 out. 2011.

HIRST, Mônica e Letícia Pinheiro. **A política externa do Brasil em dois tempos.** Revista Brasileira de Política Internacional. Brasília, 38 (1), p. 5-23, 1995.

JAUARÁ, Manuel. **Análise do processo de transição democrática na África: o caso Guiné-Bissau.** Vol. I e II. 467f. (Doutorado em Sociologia). Universidade de São Paulo (USP), 2003.

JOSÉ, Zamora Induta. **Guiné – 24 Anos de Independência (1974-1998).** Hugin Editores, Lisboa, Portugal, 2001.

KI-ZERBO, Joseph. **História da África Negra II.** Lisboa, Europa-América, 1972.

KOUDAWO, Fafali e Mendy Peter. **Pluralismo político na Guiné Bissau: Uma transição em curso.** Bissau: INEP, 1996.

LOPES, Carlos. **Etnia, Estado e Relações de Poder na Guiné-Bissau.** Edições 70, Lisboa. 1982.

LOPES, José Vicente. **Cabo Verde: os bastidores da independência.** Instituto Camões, Praia-Mindelo, 1996.

MAIA, Ana Clarissa Bernardino. **Uma recorrente comunidade lusófona: percepções jornalísticas brasileiras e portuguesas acerca do processo de gestação e formalização da CPLP (1989 – 1997).** 128f.. Dissertação (mestrado em relações internacionais). Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

MARIA, Victor Saude. **Discurso do Ministro dos Negócios Estrangeiros da Guiné-Bissau, Victor Saude Maria, durante sua visita ao Brasil em agosto de 1975.** In: MUNDORAMA. Disponível em: <<http://mundorama.net/2008/03/01/rpeb-%E2%80%93-abril-maio-junho-no-17-1978/>>. Acesso em: 25 set. 2014.

MARTINS, Mariana da Rosa. **A Cooperação em Saúde entre o Brasil e os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (2003-2010).** 92f. Dissertação (mestrado em relações internacionais). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

MBUNDE, Timóteo Saba. **A Missão Militar Angolana em Guiné-Bissau (MISSANG) e os interesses econômicos.** Disponível em: <<http://www.didinho.org/AMISSAOMILITARANGOLANAEMGB.htm>>. Acesso em: 9 jun 2014.

MENDY, Peter; KOUDAWO, Fafali. **Pluralismo político na Guiné-Bissau: uma transição em curso.** INEP, 1996.

MEZA, Raúl Bernal. **A política Externa do Brasil 1990-2002.** *Revista Brasileira de Política Internacional*. Brasília, 45 (1), p. 36-71, Brasília, 2002.

MOURA, Carmem Ribeiro. **Declaração da embaixadora Carmem Ribeiro Moura sobre a interrupção de convênio educacional Brasil/Guiné-Bissau após golpe de Estado perpetrado na Guiné-Bissau em 2012.** Disponível em: <<http://www.dw.de/programa-para-estudar-no-brasil-exclui-guin%C3%A9-bissau/a-16841958>>. Acesso em: 22 out. 2014.

MOURÃO, Fernando Augusto. **Portugal, Brasil, África: os dois caminhos da Convergência.** In: **África Austral - o desafio do futuro.** Lisboa: IEEI, 1991.

MOURÃO, Fernando Augusto. **Colonialismo Português na África.** In: **FUNDAP (org.). Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa: Reflexões sobre historia, desenvolvimento e administração.** São Paulo: FUNDAP, 1992.

O'DONNEL, Guilherme. **“Democracia Delagativa”.** *Novos Estudos*, nº31, Outubro 1991, p. 25-40.

OLIVEIRA, Guilherme Ziebell de. **Política Africana do Brasil: Mudança entre Lula e Dilma?** João Pessoa –PB, 2014.

OLIVEIRA, Henrique A de. **As relações Brasil/África.** In: **Cadernos de relações Internacionais.** Brasília, nº 4, 1992.

PADMORE, George. **Pan-Africanisme ou Communisme?.** Paris, Ed. Présence Africaine, 1960. Apud SERANO, Carlos. **A luta pela libertação nacional na África de Língua Portuguesa e a crise do fascismo português.** In: Osvaldo Coggiola (org.). **Espanha e Portugal: O fim das ditaduras.** São Paulo: Xamã, 1995.

PÉLISSIER, Rene, **História da Guiné Bissau, 1841-1936, vol I.** Estampa, Lisboa, 1989.

PENNA, Filho Pio. **O Brasil e a descolonização da África nos anos Kubitschek (1956-1961): Ensaio de mudança.** 143f. Dissertação (mestrado em relações internacionais). Universidade de Brasília, Brasília, 1994.

PEREIRA, Aristides. **Guiné-Bissau e Cabo Verde: uma luta, um partido, dois países.** Notícia Editorial. Lisboa, 2002.

PEREIRA, João Dantas. **Relações Brasil, Guiné Bissau e Cabo Verde no Contexto das Comunicações nos Países do Terceiro Mundo: 1963 -1974.** Dissertação (mestrado em relações internacionais. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1989.

PIMENTEL, José Vicente. **Relações Internacionais entre Brasil e a África Subsaariana.** *Revista Brasileira de Política Internacional*, ano 43, n.2, 2000.

RIBEIRO, Cláudio Oliveira. **Brasil – África: notas sobre Política Externa e Comércio Exterior (1985 – 2005)**, *Afro – Asia*, 35 (2007), 281 – 314.

RIBEIRO, Claudio Oliveira. **Relações político-comerciais Brasil-África (1985-2006)**. 243f. Tese (doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2007.

RILEY, Stephen. **“Political Adjustment or Domestic Pressure: democratic politics and political choice in Africa”**. *Third World Quarterly*, Vol. 13: 3, Sep 1992, p. 554.

RIZZI, Kamilla Raquel. **A instabilidade contínua na Guiné-Bissau**. Meridiano, 2010.

RIZZI, Kamilla Raquel. **Grande Brasil e os pequenos PALOP: A Política Brasileira para Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe (1974/2010)**. 301f. Tese (Doutorado em Ciência Política), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2010.

RODRIGUES, José Honório. **Brasil e África: Outro Horizonte**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira AS, 1961.

SANGREMAN, Carlos, SOUSA, Fernando Jr, ZEVEERINO, Guilherme , BARRO, Miguel. **A evolução política recente na Guiné-Bissau: -As eleições presidenciais de 2005 - Os conflitos - O desenvolvimento - A sociedade civil**, 2006.

SARAIVA, José F. S. **Do silêncio à afirmação: as relações do Brasil com a África**. In: **Cervo Amado (org) O Desafio Internacional**. Brasília: EDUnB,1994.

SARAIVA, José F. S. **O Lugar da África: A dimensão atlântica da política externa Brasileira (de 1946 a nossos dias)**. Brasília, EDUnB,1996.

SARAIVA, José F. S. **CPLP: plataforma para uma frutífera concertação político-diplomático**. In: **Saraiva, José Flávio (org.). Comunidade dos Países de Língua Portuguesa: Solidariedade e ação política**. Brasília: IBRI, 2001.

SARNEY, José. **Discurso do Presidente José Sarney na Cerimônia de Abertura do Encontro de Chefes de Estado de Língua Oficial Portuguesa, em São Luís, em 12 de novembro de 1989**. Resenha da Política Exterior do Brasil, Brasília, n. 63, p. 41-46, out./dez. 1989.

SARNEY, José. **Visita do Presidente José Sarney na Assembléia Nacional Popular de Cabo Verde, em 09 de maio de 1986**. Resenha da Política Exterior do Brasil, Brasília, n. 49, p. 37-50, abr./jun. 1989.

SERANO, Carlos. **A luta pela libertação nacional na África de Língua Portuguesa e a crise do fascismo português**. In: **Oswaldo Coggiola (org.). Espanha e Portugal: O fim das ditaduras**. São Paulo: Xamã, 1995

SILVA, D. António. **A independência da Guiné-Bissau e a descolonização portuguesa**. Porto: coleção textos/30, 1997.

SILVA, Luiz Inácio Lula da Silva. **Discurso do ex-Presidente Luis Inácio Lula da Silva - Outorga do Título de Doutor Honoris Causa da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) – 1º de Março de 2013.** Disponível em: <<http://www.unilab.edu.br/wp-content/uploads/2013/03/Discurso-Lula.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2014.

SILVA, Luiz Inácio Lula da. **A política externa do Brasil (discursos).** Brasília: IPRI/FUNAG, 2003.

SILVEIRA, António F. Azeredo da. **Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores na abertura dos debates da XXX Sessão Ordinária da Assembleia Geral da ONU, em Nova York, em 22 de setembro de 1975.** Disponível em: <http://cafemundorama.files.wordpress.com/2011/11/rpeb_6_jul_ago_set_1975.pdf>. Acesso em: 25 set. 2014.

SILVEIRA, Antônio F. Azeredo da. **Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Antônio F. Azeredo da Silveira, ao assinar o Convênio de Cooperação Técnica Brasil-África com o Ministro de Estado-Chefe de Secretaria de Planejamento da Presidência da República, João Paulo Reis Velloso.** Resenha da política externa do Brasil. Vol. 13-17. julho/setembro de 1977.

SOARES, Tiago Luís Rodrigues de Castro. **Desafio à Paz na Guiné-Bissau: o papel da etnicidade na reforma do setor da segurança.** 166f. Dissertação (mestrado em Relações Internacionais), na especialidade de Estudos da Paz e dos Conflitos. Coimbra, Universidade de Coimbra, 2013.

SOTO MAIOR, Luiz A. P. **O pragmatismo responsável. In: José Augusto Guilhon Albuquerque (Org.). Sessenta anos de política externa brasileira 1930-1990: Crescimento, Modernização e Política Externa.** Cultura, São Paulo, 1996.

SOUZA, Ricardo A. **CPLP: plataforma para uma frutífera concertação político-diplomático. In: Saraiva, José Flávio (org.). Comunidade dos Países de Língua Portuguesa: Solidariedade e ação política.** Brasília: IBRI, 2001.

SOUZA, Ricardo A. de. **As Relações Brasil-Portugal e a Construção de um Projeto Idêntico: A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.** Dissertação (mestrado em relações internacionais), Universidade de Brasília, Brasília, 2003.

TCHAM, Ismael. **A África fora de casa. Sociabilidade, trânsito e conexões entre os estudantes africanos no Brasil.** 90f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife-PE, 2012.

TEXEIRA, Duma Ricardinho. **A sociedade civil e a democratização na Guiné-Bissau.** Dissertação (mestrado em sociologia) Programa de Pós-Graduação em Sociologia-Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2008. Duma Ricardinho. **Golpe de Estado na Guiné-Bissau, 1998 – 2003.** Disponível em : <www.didinho.org>. Acesso em 02 nov. 2013.

TEXEIRA, Duma Ricardinho. **Golpe de Estado na Guiné-Bissau, 1998 – 2003.** Disponível em : <www.didinho.org>. Acesso em 2 nov. 2013.

TOLENTINO, C. André. **Subdesenvolvimento e Democracia na África. In: Ciclo de Debates: Direitos Humanos, Cidadania e Democracia.** Praia, Cabo-Verde, Nov. 1997.

TORRES, Miguel. **Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.** Lisboa. 1994.

TRINDADE, Pedro Morães. **Do lado de cá da Kalunga: os africanos angolanos em Salvador – 1800-1864.** 104f. Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade Federal da Bahia, Salvador – Bahia, 2008.

VASCONCELOS, Daniel de Oliveira. **Pode um Estado Africano cooperar? Os processos de state-building e construção da identidade da Guiné-Bissau no âmbito da Cooperação Internacional Brasil-PALOP.** 60f. Monografia (graduação em ciência política), Universidade de Brasília. Brasília, 2014.

VIEIRA, João Bernardo. **Entrevista. Cadernos dos Terceiro Mundo, v.7, n. 69, p. 59-62, agost. 1984.**

VISENTINI, P. G. F.; PEREIRA, A. D. **A Política Africana do Governo Lula.** Disponível em: <<http://www6.ufrgs.br/nerint/folder/artigos/artigo40.pdf>>. Acesso em 11 set. 2014.

VISENTINI, Paulo Fagundes, RIBEIRO, Luiz Dario, PEREIRA, Analucia Danilevicz. **Breve História da África.** Porto Alegre: Leitura XXI, 2007.

WEFFORT, Francisco. **“Incertezas da Transição Democrática na América Latina”.** Lua Nova, nº 16, Março 1989, p. 5-45.

XALMA, Cristina. **Relatório da Cooperação Sul Sul na Ibero – América.** Madrid, 2011.

XIMENES, Cristiana Ferreira Lyrio. **Bahia e Angola: Redes Comerciais e o Tráfico de Escravo 1750-1808.** 269f. Tese (Doutorado em História Social). Universidade Federal Fluminense, Niterói-RJ, 2012.